



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EDUARDO FRANCO CORREIA CRUZ**

**ADOLESCENTES E POLICIAIS NA ORLA MARÍTIMA DE NATAL/RN: um  
estudo sobre representações sociais a propósito do turismo sexual**

**Natal-RN  
2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

EDUARDO FRANCO CORREIA CRUZ

**ADOLESCENTES E POLICIAIS NA ORLA MARÍTIMA DE NATAL/RN: um  
estudo sobre representações sociais a propósito do turismo sexual**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com o objetivo de aferição do título de mestre em Ciências Sociais.  
Área de concentração: Dinâmicas sociais, práticas culturais e representações.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lore Fortes  
Co-orientador: Prof. Dr. Arim Soares do Bem

**Natal-RN  
2010**

EDUARDO FRANCO CORREIA CRUZ

**ADOLESCENTES E POLICIAIS NA ORLA MARÍTIMA DE NATAL/RN: um  
estudo sobre representações sociais a propósito do turismo sexual**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de concentração Dinâmicas Sociais, Práticas Culturais e Representações, e aprovada no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2009.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lore Fortes– Orientadora  
Doutora em Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB)  
**Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGS)**

---

Prof. Dr. Arim Soares do Bem – Co-orientador  
Doutor em Sociologia, Freie Universität Berlin - RFA  
**Universidade Federal de Alagoas – UFAL**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Berenice Alves de Melo Bento – PPGS/UFRN  
Doutora em Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB)  
**Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGS)**

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu pai Lauro de Jesus Cruz, homem forte e determinado, que conseguiu transformar todas as adversidades de sua vida em força para transpô-las; homem de semblante tranquilo e fala mansa que através de atitudes ponderadas, sempre foi uma fortaleza para todos. Agradeço a Deus a honra de ser teu filho, e somente existe algo maior do que os ensinamentos que passastes, a minha imensa saudade. O meu eterno amor.

À minha mãe Iramy Correia Cruz, pessoa amorosa e carinhosa, que do seu jeito sempre ensinou dos deveres da honestidade, da sinceridade, da perseverança e do bom coração. Meu grande amor.

À minha amada esposa Ana Suzy, pelo imenso amor, refletido no brilho de seus olhos, únicos, sempre iluminando a minha vida. Você é a palavra de incentivo e apoio que me fortalece e que me faz acreditar na possibilidade de ser melhor a cada dia. Tu és o meu exemplo de força e determinação. Amo você.

Ao meu menino Eduardo Franco Filho, Pequeno Homem que me enche de alegria, e que de forma sutil sempre me cativa, seja dormindo em meu escritório nas madrugadas em que trabalhava na Dissertação, seja na sua forma especial de ser criança, em um mundo tão conturbado em que vivemos. Aprendo muito com você filho. Amo você.

A Professora Lore Fortes. Sua postura foi além da relação orientadora-orientando. Nos momentos precisos suas intervenções me mantiveram no rumo, incentivando para que não ficasse no meio do caminho. A minha admiração.

Ao Professor Arim Soares do Bem. Ser humano de elevada compreensão e sensibilidade. O meu referencial acadêmico, que através de seus ensinamentos norteou o desenvolvimento deste trabalho. A minha grande admiração.

A todos vocês, o meu reconhecimento e a minha  
sincera e permanente gratidão.

**GRAÇAS A DEUS.**

## AGRADECIMENTOS

Pela colaboração e contribuição prestadas, das mais distintas formas, ao longo do período deste curso de Mestrado, registro o meu fraterno agradecimento aos amigos de jornada que seguem nominados, os quais figuram como representantes de muitos outros que a limitação de espaço não permite destacar:

- Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na pessoa do Professor Dr. Edmilson Lopes Júnior. A secretaria da Pós-graduação na pessoa de Otávio Revredo, sempre prestimoso em ajudar a todos.
- A Ana Cláudia Correia Cruz Souza, Patrícia Valéria Correia Cruz (minhas irmãs) e Enos Fernandes de Souza (cunhado e irmão), pelo incentivo, companheirismo e amizade, constantes em nossa convivência.
- Ao Paulo Henrique de Góis Melo (cunhado e irmão) e Rosana Maria Madureira Dantas Melo pelo incentivo e amizade, constantes em nossa convivência.
- Ao Sr. Paulo Sérvulo de Melo, a Antônia Gomes de Góis (Dona Toinha) e a Maria Gomes de Góis (Tia Zoraide), pela atenção e apoio eficiente e eficaz que sempre nortearam a nossa convivência.
- A Laurinha, Isadora, Paulinho, Andreo, Carol e Bia, na esperança de um mundo melhor, mais justo e honrado.
- A Armeli Marques Brenand, digna Promotora de Justiça da área da infância e juventude, pessoa que com seus ensinamentos propiciou-me grande interesse pela temática infanto-juvenil. Muito obrigado.
- A Hilderline Câmara de Oliveira e Joseneide Souza Pessoa dos Santos, minhas amigas de estrada acadêmica. Meu agradecimento pelo apoio no transcorrer da Dissertação. Muito obrigado.
- A Francisco das Chagas Alves, pela paciência e pelo excelente trabalho na elaboração e edição de imagens e gráficos que integram o trabalho.
- Ao Comando da Companhia Independente de Proteção Turística, na pessoa do Capitão QOPM Antônio Marinho da Silva, que gentilmente facultou o acesso às dependências de sua unidade policial e disponibilizou os policiais militares para a realização das entrevistas.

Abracem-se milhões!  
Enviem este beijo para todo o mundo!  
Irmãos, além do céu estrelado  
Mora um Pai Amado.  
Milhões se deprimem diante Dele?  
Mundo, você percebe seu Criador?  
Procure-o mais acima do Céu estrelado!  
Sobre as estrelas onde Ele mora!

**Ludwing Van Beethoven, 9ª Sinfonia**

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AC** – Ancoragens

**CECRIA** - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

**CIPTUR** – Companhia Independente de Proteção ao Turista

**CPC** – Comando de Policiamento da Capital

**CIODS** – Centro Integrado de Operações de Defesa Social

**DSC** – Discurso do Sujeito Coletivo

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**ECH** – Expressões Chaves

**EMBRATUR** – Empresa Brasileira de Turismo

**FIPE** – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IC** – Idéias Centrais

**IIN** - Instituto Interamericano Del Niño

**OMT** – Organização Mundial do Turismo

**ONG** – Organização Não-Governamental

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PMRN** – Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte

**PRF** – Polícia Rodoviária Federal

**RN** – Rio Grande do Norte

**SEMTUR** – Secretaria Municipal de Turismo da cidade de Natal/RN

**SEMURB** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo da cidade de Natal/RN

**SETUR** – Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Quadro esquemático de núcleos emissivos e receptivos no segmento turístico	23
<b>Figura 2</b> - Tipos de explorações sexuais no Brasil – elaborado pelo autor de acordo com dados do CECRIA.....	40
<b>Figura 3</b> - Campanha Publicitária vinculada no município de Natal – contra o turismo sexual.....	42
<b>Figura 4</b> - Fotografia de campanha publicitária - maio de 2008 .....	54
<b>Figura 5</b> - Site de sexo norte-americano especializado em mulheres brasileiras.....	69
<b>Figura 6</b> - Mapa das Praias metropolitanas – Semurb/2009.....	84
<b>Figura 7</b> - Mapa do turismo sexual infanto-juvenil na orla marítima de Natal/RN.....	92

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 -</b>	Qual foi o tratamento dispensado pela Polícia Militar.....	100
<b>Gráfico 2 -</b>	Faixa etária dos policiais militares/CIPTUR.....	110
<b>Gráfico 3 -</b>	Formação escolar/CIPTUR.....	111
<b>Gráfico 4 -</b>	Conhece as crianças e adolescentes que fazem turismo sexual?.....	112
<b>Gráfico 5 -</b>	Comparativo das percepções policiais referente às crianças e adolescentes inseridas no turismo sexual - 2004/2008.....	113
<b>Gráfico 6 -</b>	As ações repressivas desenvolvidas frente ao turismo sexual de crianças e adolescentes.....	114

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Brasil – Turismo Doméstico Receptivo - Classificação das principais cidades – 2001.....	22
<b>Tabela 2</b> - Brasil – Estimativa da Receita Turística Total - Brasileiros e Estrangeiros, RN, 2002 - 2007 (US\$1,00).....	38

## RESUMO

Esta dissertação aborda o turismo sexual de adolescentes na orla marítima de Natal/RN, na perspectiva juvenil e policial militar. Analisa o turismo sexual como fonte de desenvolvimento e de exploração, analisando suas dimensões na realidade de Natal/RN, tomando como universo empírico a sua orla marítima urbana e a Companhia Independente de Proteção Turística, através do efetivo policial militar. Essa discussão contempla elementos teóricos, pautados principalmente nas análises teóricas de Pierre Bourdieu e Michel Foucault, aliado a um quadro empírico que possui grande especificidade como a Praia do Meio, Ponta Negra, Alagamar e Praia da Redinha, onde foram aplicadas técnicas de observação assistemática, levantamento e revisão bibliográfica e entrevista semi-estruturada junto ao público alvo composto de vinte e cinco policiais militares e de quinze adolescentes. Ao longo do texto diversas discussões são realizadas objetivando a compreensão da realidade do turismo-sexual juvenil, através do estudo sobre o corpo, da sexualidade, do habitus, da estigmatização e do papel policial militar na segurança pública neste contexto. Para a compreensão desta realidade foi procedido o discurso do Sujeito Coletivo de policiais militares e de adolescentes, objetivando a compreensão que cada segmento possui do outro, sendo que a análise do discurso policial militar produziu a percepção de considerar a adolescência como pessoas oriundas de famílias desestruturadas e que vivenciam desigualdades sociais; enquanto que o outro segmento percebeu o policial militar como participante de um sistema arbitrário e violento.

**Palavras-chave:** Juventude. Turismo sexual. Sexualidade. Sociabilidade. Percepção.

## ABSTRACT

This dissertation approaches the children's sexual tourism and adolescents in the seafront of Natal/RN, in the Childhood and youth perspective and military policeman. It analyzes the sexual tourism as development source and of exploration, analyzing your dimensions in reality of Natal/RN, taking as empiric universe your urban seafront and the Independent Company of Tourist Protection, through the cash military policeman. That discussion contemplates theoretical elements, ruled mainly in Pierre Bourdieu theoretical analyses and Michel Foucault, ally to an empiric picture that possesses great specific as the Praia do Meio, Ponta Negra, Alagamar and Praia da Redinha, where they were applied techniques of observation no systematic, rising and bibliographical revision and glimpses semi-structured the white public composed of twenty-five military policemen close to and of fifteen children and adolescents. Along the text several discussions they are accomplished aiming at the understanding of the reality of the tourism-sexual childhood-juvenile, through the study on the body, of the sexuality, of the habitus, of the stigmatization, of the public safety and of the paper military policeman in this context. For the understanding of this reality the Subject's Bus of military policemen speech was proceeded and of children and adolescents, aiming at the understanding that each segment possesses of the other, and the analysis of the speech policeman military produce the perception of considering the childhood and youth that practices the sex tourism, as people originating from of families no restructured and that live social inequalities; while the other segment notices the military policeman as arbitrary and violent system.

**Key -Word:** Childhood and youth. Sexual tourism. Sexuality. Sociability. Perception.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. TURISMO SEXUAL NA REALIDADE BRASILEIRA E NO CONTEXTO DO RN..	19
1.1. Turismo sexual: fonte de desenvolvimento e/ou de exploração?.....	19
1.2 Contextualizando o turismo sexual na realidade brasileira e do Rio Grande do Norte.....	38
1.3 A política de segurança pública junto ao turismo sexual.....	43
2. AS DIMENSÕES DO CORPO INVISÍVEL NO CENÁRIO DO TURISMO SEXUAL.....	52
2.1. O corpo juvenil e seus aspectos simbólicos para o turismo sexual.....	52
2.2. A exploração sexual de crianças e adolescentes – (in) visibilidades e descasos.....	57
2.3. As dimensões do turismo sexual juvenil e seus paradoxos nas relações sócio-econômicas e afetivas.....	61
3. PAPÉIS E POSTURAS POLICIAIS FRENTE AO MERCADO SEXUAL DE ADOLESCENTES.....	75
3.1. O Papel Policial Militar no trato com adolescentes.....	75
3.2 A reconstrução das posturas policiais no trato com a juventude explorada sexualmente.....	83
4. UM LEVANTAMENTO TENDO POR OBJETO AS ADOLESCENTES QUE ATUAM NO TURISMO SEXUAL NA ORLA MARÍTIMA DE NATAL/RN.....	84
4.1. Percursos metodológicos do trabalho empírico.....	84
4.2. Análise descritiva: elementos característicos do turismo sexual juvenil na orla marítima de Natal/RN.....	88
4.3. Análise das percepções juvenis e policiais militares na realidade da exploração sexual.....	93
4.3.1. O Discurso do Sujeito Coletivo juvenil e policial militar.....	94
4.3.2. Turismo sexual juvenil: Uma história de vida.....	101
4.3.3. A percepção policial da atividade de policiamento.....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICES.....	129

## INTRODUÇÃO

A aceleração que experimentam os movimentos turísticos em nível mundial impõe àqueles que direta ou indiretamente tenham relação com o seu desenvolvimento, o estudo mais detido acerca da natureza do fenômeno, considerando-o para tanto como o conjunto de relações e fenômenos produzidos pelos deslocamentos e a permanência de pessoas fora de seu lugar normal de domicílio, motivadas fundamentalmente por atividades não lucrativas (ACERENZA, 2002).

O turismo possui uma significação histórica para o mundo social, qual seja a forma particular do uso do tempo livre e uma forma particular de recreação. Nesse sentido, o turismo não pode elencar todas as formas de uso do tempo livre que podem ser feitas pelo homem, nem todas as possíveis formas de recreação.

Nessa conceituação o tempo livre é aquele em que se busca o cuidar de si, que é sentido como livre, ao dedicá-lo a atividades como o descanso, a recreação e a criação para se compensar e, em último caso, para que a pessoa afirme-se individual e socialmente.

Considerando o turismo como uma atividade que tem lugar dentro do tempo livre, este constitui-se como fator de melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que esta tenha assegurado às condições mínimas de subsistência e alcançado boas condições de saúde, moradia e educação (idem, 2002).

O turismo possui influência enquanto fenômeno social e econômico, sendo capaz de gerar desdobramentos de diferentes intensidades. O impacto do turismo exerce influência nos diversos setores da economia, seja ela local, regional, nacional ou internacional. Exerce também influência no aspecto ambiental, seja através do uso consciente da potencialidade natural ou através da degradação ambiental. Além dessas influências, há a interação entre a população local e o turista, que para Dias (2003) se constitui num fenômeno social, considerando que os agentes deste fenômeno possuem uma reciprocidade no que tange ao referencial de seus atos, podendo esta análise ser tomada para contextualizar todas as interações existentes no âmbito do turismo, que de modo geral tomam o comportamento do turista como referencial, orientando seus atos a partir desse parâmetro.

Portanto, esta pesquisa parte da análise dos fenômenos sociais e da forma que exercem influência no campo social, tendo por base que a Sociologia busca as regras do comportamento social, não no que se refere ao desenvolvimento perceptível de suas existências individuais, mas sim na medida em que formam grupos sociais (SIMMEL, 2006).

Este trabalho de dissertação foi influenciado pela experiência junto ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar Coronel Milton Freire de Andrade, no ano de 2004, que culminou com o trabalho científico em nível de especialização, o qual tratava da temática da exploração sexual infanto-juvenil. Os resultados desse trabalho evidenciaram que as ações policiais que envolviam crianças e adolescentes em situação de exploração sexual não eram embasadas em uma postura protetiva, sendo eivada do senso comum de que as adolescentes se prostituíam por opção e não por decorrência de vários fatores. Partindo dessas observações sobre a visão policial da exploração sexual, decidiu-se aprofundar as análises sobre esse tema.

Não obstante às dificuldades encontradas, a vivência com a temática fortaleceu o interesse e a necessidade de aprofundamento, esclarecendo os questionamentos sobre as crianças e os adolescentes inseridos no turismo sexual e a função policial relacionada a eles.

Na trajetória da referida pesquisa, 50 crianças e adolescentes em situação de risco foram entrevistadas, para que a realidade das vítimas de exploração pudesse ser observada. A partir desse acompanhamento constatou-se o caráter de hostilidade e violência por parte dos agenciadores, chegando ao ponto do pesquisador ter sofrido ameaça de violência física caso continuasse as pesquisas, pelo fato do tempo despendido nas entrevistas vir a atrapalhar a realização da prostituição. Se não bastasse a natureza da repulsa por parte dos agenciadores, verificou-se à época que existia uma percepção negativa das vítimas de exploração com relação ao policial, que era visto como uma figura eminentemente truculenta, chegando-se ao ponto de buscarem envolvimento.

Na realidade do policiamento, impera dentro dos quartéis a idéia de ser a criança e o adolescente aquele que se avoca da proteção legal, no caso o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, para poder praticar atos ilícitos, sendo que esse entendimento passa a figurar dentro da cultura policial existente, conforme pôde ser observado nos discursos dos policiais militares que atuavam no patrulhamento.

Na relação em que figura a ação policial, o fato ilícito envolvendo adolescentes, o agente criminoso e a vítima, muitas vezes toma encaminhamentos que divergem do procedimento legalmente correto. Não fica claro para o policial o caráter de exploração, isso porque muitos policiais consideram que as ações que muitas adolescentes praticam não são induzidas por criminosos, mas praticadas voluntariamente por elas.

Nesse contexto verifica-se que apesar do aspecto exploração, a vitimização apresenta-se fundada na inexistência de uma estruturação sócio-econômica igualitária, como também nas possibilidades que se apresentam a este segmento – no caso a prostituição – como

fonte de geração de renda, considerando a limitação de possibilidades no que tange a outras atividades remuneratórias.

A exploração sexual de crianças e adolescentes é percebida de forma antagônica, visto que por um lado o policial considera as condutas delitivas, realizadas com o interesse de delinquir, sendo o adolescente e a criança cômicos de seus atos e por outro lado, o posicionamento jurídico e doutrinário considera as crianças e os adolescentes cidadãos em fase de formação moral, cultura física e intelectual, sendo detentores de prerrogativas de proteção, tendo por foco a doutrina de proteção integral<sup>1</sup>, sendo titulares de direitos humanos, tendo o direito a um desenvolvimento equilibrado, integrado, sem interrupções, conforme a Constituição Federal (Brasil, 1988):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A questão da exploração sexual remete a uma discussão sobre a denominação empregada pelos órgãos de apoio às crianças e adolescentes, que não acatam a denominação de turismo sexual de crianças e adolescentes, pelo fato de acharem que existe no termo uma conotação pejorativa e ao fato de ficar embutido o ato volitivo por parte dos jovens de se prostituir, desnaturando-se o caráter de exploração sexual.

É necessário afirmar que de fato existe o turismo sexual praticado pelos turistas, que se deslocam no intuito de obter o sexo com pessoas da comunidade local, como também, existe o ato volitivo por parte de homens e mulheres (inclusive adolescentes), da comunidade local em se relacionar com turistas, não ficando claro muitas vezes o que seria a prostituição, ou a intenção de um relacionamento afetivo mais duradouro com o turista.

Nesse sentido, o objeto de análise desta dissertação visa levantar a percepção das adolescentes no que tange à temática em questão, e num segundo plano verificar a atuação do policial militar nessa área, procurando comparar e contrapor as duas representações sociais em relação ao turismo sexual.

Metodologicamente foram utilizadas a investigação e a análise de como se efetiva o turismo sexual de adolescentes na orla marítima de Natal/RN, sendo necessário combinar

---

<sup>1</sup> A doutrina da proteção integral tem por corolário a proteção a crianças e adolescentes considerando a peculiar condição de pessoa humana em desenvolvimento, pela faceta de maior vulnerabilidade que ela traz em si, mas, sobretudo, pela faceta de força potencial de transformação da realidade para a redução das desigualdades sociais, ligadas ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e aos Princípios referidos no artigo 3º da Constituição Federal (MACHADO, 2003).

uma pesquisa teórica com uma pesquisa exploratória, para a aproximação do objeto de investigação. Desse modo, com o objetivo de compreender esta realidade, o referencial metodológico trata do interacionismo simbólico, o qual apresenta a relação entre o significado simbólico e os símbolos com a interação social.

Nesse sentido, o interacionismo simbólico atribui importância fundamental ao sentido que as coisas – tais como objetos físicos, seres humanos, instituições, idéias que são valorizadas e situações vivenciadas – têm para os indivíduos, ressaltando que esse sentido surge do processo de interação entre as pessoas.

Dentro da perspectiva de observação direta foi utilizado o diário de campo, que serviu como fonte de consulta, no qual foram anotadas as percepções através de técnicas de observação assistemática, bem como todas as informações e reflexões relevantes para a compreensão do objeto de estudo. A segunda parte da pesquisa se constituiu de entrevistas mi-estruturadas com as adolescentes que estão inseridas nessa situação, visando o diagnóstico das condições sócio-econômicas e identificação dos fatores de risco à promoção da saúde, tais como drogadição, alcoolismo, tabagismo e nutrição; e também a visão que as adolescentes possuem da PMRN.

Cabe salientar que foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (ver apêndice A) com um percentual de 10% dos policiais militares que exercem policiamento turístico na orla da Grande Natal, visando traçar o perfil deles. As entrevistas foram priorizadas aos policiais da Companhia Independente de Policiamento Turístico – CIPTUR, cabendo frisar que atualmente esse efetivo gira em média de 220 policiais. A entrevista na concepção de Gil (1999, p. 115) “é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificadamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”.

No que tange à sexualidade e ao poder foi empregado o referencial teórico de Michel Foucault e Michel Maffesoli. Em se tratando do poder simbólico e da dominação masculina, houve a utilização dos conceitos de Pierre Bourdieu; e quanto à sociologia do corpo, foi utilizada a teoria de David Le Breton. A modernidade e identidade fundamentou-se nos conceitos de Anthony Giddens e Zygmunt Bauman. Na esfera da segurança pública ao tratar sobre o policiamento e segurança pública, foram importantes as obras de Marcos Rolim, David Bayley e Egon Bitner. E com relação ao turismo, Mário Carlos Beni, ao tratar da globalização do turismo e seus efeitos; Jost Krippendorf, ao tratar da sociedade local e o desenvolvimento do turismo e Miguel Ángel Acerenza ao tratar das atividades turísticas. Quanto à abordagem jurídica referente ao tema, com relação ao aspecto criminal relativo à

exploração sexual de adolescentes, fundamental foi a contribuição de Júlio Fabbrini Mirabete, Renato Fabbrini, Fernando Capez, Mauricio Gonçalves Saliba e Munir Cury.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, quais sejam: o primeiro aborda o turismo sexual na realidade brasileira e no contexto do Rio Grande do Norte, focando o turismo sexual e a realidade local no que tange ao seu desenvolvimento, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento regional.

O segundo capítulo abrange o turismo sexual com foco na adolescência, no qual é realizada uma discussão sobre a relação corpo e aspectos simbólicos inseridos no turismo sexual, tratando sobre a ética corporal e a sexualidade. Além de abordar o corpo, apresenta a naturalização e a banalização, seja no campo do cotidiano, seja na carência de políticas públicas eficientes para o caso em questão, através do estudo das dimensões do turismo sexual juvenil.

O terceiro capítulo discute sobre os papéis e posturas policiais frente ao mercado sexual de adolescentes, apresentando uma análise acerca dos modelos de policiamento empregados, como também da estrutura da ordem da segurança pública destinada ao exercício da atividade policial, e ainda, sobre as posturas policiais no trato com este segmento.

No quarto capítulo, foi realizada uma análise acerca da juventude que atua no turismo sexual da orla marítima de Natal/RN, como também a apresentação da visão que os jovens possuem da PMRN. Como resultado da aplicação das entrevistas semi-estruturadas junto aos policiais militares que atuam no policiamento, o foco da análise deverá se concentrar nas percepções que os policiais possuem da problemática do turismo sexual de adolescentes, como também de sua instituição.

E por fim, as considerações finais foram apresentadas retomando os conceitos teóricos fundamentais relacionados à temática em questão.

## 1. TURISMO SEXUAL NA REALIDADE BRASILEIRA E NO CONTEXTO DO RN

### 1.1. Turismo sexual: fonte de desenvolvimento e/ou de exploração?

O turismo enquanto segmento econômico pode ser considerado atualmente como uma grande vertente de oportunidades, podendo ser entendido como uma fonte de desenvolvimento, visto que segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (2008), o turismo internacional cresceu 5% nos primeiros quatro meses do ano de 2008, constatando-se um crescimento considerável na América do Sul.

Após a segunda metade do século XX, o turismo passou a ter uma amplitude social significativa, em função da efetivação das férias anuais remuneradas, adquirida a partir da evolução no campo jurídico trabalhista, passando a ser objeto de conquista de inúmeros países desenvolvidos, que transformaram o ócio em fonte de geração de riquezas (DIAS, 2003).

Em decorrência das novas tecnologias advindas do pós-guerra as possibilidades de incremento do turismo aumentaram em razão da existência de aviões militares que se transformaram em aviões comerciais de transporte de passageiros, possibilitando a chegada em locais que até então não era possível. Porém, não se pode deixar de afirmar que o imaginário colonialista, a existência de uma exotividade e a relação preço-desempenho mais oportuna, na maior parte dos países do “terceiro mundo”, compensaram os custos mais altos com transporte e permanência, redundando em fatores que em um primeiro momento contribuíram com a expansão turística.

A realidade do turismo no século XX foi produtiva no aspecto macroeconômico, de modo que a OMT constatou que no segmento nacional tomou a vertente de crescimento que acompanha a realidade mundial, em que as atividades características de turismo, no ano de 2005, geraram um total de R\$131.755 milhões<sup>2</sup>, constituindo-se para tanto como atividade de prestação de serviços, que somou o valor de 11% comparado com outras atividades na economia brasileira (IBGE, 2008).

Quando se trata do segmento turístico, as empresas que exercem atividades características do turismo no Brasil geraram no ano de 2003 o montante de R\$ 31.116

---

<sup>2</sup> As atividades econômicas são definidas de acordo com o Instituto de Geografia e Estatística como atividades características do turismo, que se constituem no grupo heterogêneo de atividades econômicas quando comparadas as suas estruturas produtivas.

milhões, o que representou 2,23% do valor adicionado à economia brasileira, que totalizou R\$ 1.395.606 milhões neste período. Considerando a geração de emprego, observou-se que o quantitativo de pessoas ocupadas totalizou 2,47% do total das 84.596.294 pessoas ocupadas no Brasil nesse ramo (IBGE, 2003).

Esses dados comprovam que o segmento turístico é um dos grandes geradores de renda e de emprego, possuindo um potencial a ser estimulado, considerando que no aspecto econômico a remuneração advinda do segmento representa o total de 3,36% do total das remunerações pagas no Brasil em 2003, que totalizaram R\$ 469.693 milhões (IBGE, 2003).

No que tange ao cenário turístico nordestino, verifica-se que a inserção econômica via turismo foi tardia, visto que desde o século XVIII, com o desenvolvimento da mineração como fonte de produção de riqueza no Sudeste do Brasil, a região nordeste passou por um estágio de queda no aspecto econômico, perdendo a sua hegemonia. Este fato deve-se à mudança de pólos econômicos, passando a figurar como zonas ativas a região Sudeste e passivas a região Nordeste, havendo uma relação de dominação entre ambas (SOARES DO BEM, 2001), que veio a ser acentuado através do incremento de investimentos modernizadores, nas décadas de 1940 e 1950, que serviram para aumentar as diferenças existentes.

Nesse contexto, o nordeste brasileiro passa a ser um emissor de migrantes que figuram como força de trabalho para os estados industrializados da região sudeste, onde o estado de São Paulo se configura como o maior pólo receptor de mão de obra nordestina. Contudo, após as crises econômicas ocorridas na década de 1970, verifica-se que a corrente migratória sofreu redução, devido ao incremento na esfera econômica dos denominados fundos públicos, que serviram como impulsionador da economia, em especial no aspecto da industrialização, diminuindo nesse sentido a migração existente (SOARES DO BEM, 2001).

Nesta realidade o turismo surge como fonte de desenvolvimento, sendo para tanto criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I), através do qual se executou a articulação entre os capitais multinacionais e os interesses das elites nacionais. Este programa teve como gênese a iniciativa dos governadores dos estados do Nordeste, sendo formalizado através de documento expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) no ano de 1991, tendo por escopo o desenvolvimento do turismo integrado na região Nordeste (e norte do estado de Minas Gerais), estimulando o aumento do nível de empregos e a geração de renda, através do turismo (VASCONCELOS, 2007).

Os objetivos específicos do PRODETUR/NE - I foram elencados em torno do aumento do turismo receptivo, aumento da permanência dos turistas no Nordeste, indução de novos investimentos em infra-estrutura turística e geração de emprego e renda com a exploração direta e indireta da atividade turística (TECNOLOGIA E CONSULTORIA BRASILEIRA S. A., 1996 apud VASCONCELOS, 2007). O objetivo central do programa seria contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região, gerando novas oportunidades de emprego, aumento da renda *per capita* e crescimento das receitas estaduais.

O PRODETUR/NE-II tem por objetivo dar continuidade ao processo de desenvolvimento turístico da região Nordeste do Brasil, pretendendo alcançar seus objetivos por meio da promoção do fortalecimento da capacidade de gerenciamento administrativo, fiscal e ambiental, incluída a capacitação dos recursos humanos para gerenciar os fluxos turísticos e operar e manter os investimentos realizados nos municípios. Sobre o Prodetur/NE, Soares do Bem (2005, p.28) assevera:

É somente no início da década de 1990 que surge o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Nordeste Prodetur/NE, numa iniciativa dos governos nordestinos, com apoio da Presidência da República. Com efeito, sabe-se que turismo se posiciona atualmente como uma das atividades de maior contribuição ao Produto Interno Bruto, com uma participação estimada em 10,15% do PIB global pela Organização Mundial do Turismo.

A estratégia do programa é que todos os investimentos estejam inseridos num plano integrado de desenvolvimento do turismo, onde os pólos possuam limites geograficamente delimitados, com a ênfase no fortalecimento da capacidade local de gestão do turismo.

Mesmo considerando que o modelo turístico implantado pelo PRODETUR/NE possui caráter desenvolvimentista é importante considerar que o mesmo tem caráter tecnicista e economicista, analisando o fato de que as ações implantadas têm cunho iminentemente econômico, que visam o aumento de valores econômicos atrelados à atividade turística, ao passo que o valor econômico deve estar conjugado com a comunidade local dos núcleos receptivos de turistas, não sendo cabível que seja gerado grandes lucros e que a população local venha a ser excluída do desenvolvimento.

Sob o aspecto tecnicista verifica-se que o modelo turístico tem por objeto a consecução de técnicas pré-elaboradas para que exista efetivamente uma localidade com

capacidade de tornar-se um núcleo receptivo (SOARES do BEM, 2005), muitas vezes utilizando-se de técnicas que venham a descaracterizar a cultura de uma localidade.

Sob o contexto do turismo verifica-se que o estado do Rio Grande do Norte - RN, através da sua capital, figura em 5º lugar na classificação realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, no ranking de turismo doméstico receptivo, ficando evidente que a potencialidade turística do estado é geradora de emprego e renda.

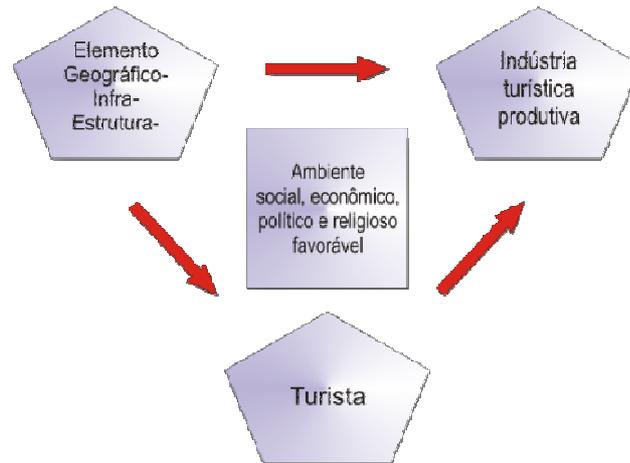
**Tabela 1 - Brasil – Turismo Doméstico Receptivo - Classificação das principais cidades – 2001**

Cidade	% de fluxo	Classificação
São Paulo – SP	4,6	1º
Rio de Janeiro – RJ	3,2	2º
Fortaleza – CE	2,4	3º
Salvador – BA	2,0	4º
Natal – RN	1,8	5º
Porto Alegre – RS	1,7	6º
Santos – SP	1,7	7º
Belo Horizonte – MG	1,7	8º
Recife – PE	1,6	9º
Itanhaém – SP	1,6	10º
Brasília – DF	1,6	11º
Porto Seguro – BA	1,4	12º
Curitiba – PR	1,4	13º

Fonte: Fipe/Embratur-2001

O estado do RN possui os requisitos para a efetivação de uma potencialidade turística bem configurada, conforme depreende Neil Leiper (apud Zacchi, 2005, p.04), verificando-se que o sistema turístico é modelado no comportamento da oferta e da demanda, que estabelece uma base de três elementos orientadores: o primeiro é a presença do elemento geográfico propício para receber turistas, ou seja, um núcleo emissor; uma região de destinação turística, convencionada de núcleo receptivo, e as condições de infra-estrutura favoráveis quanto à necessidade da existência de recursos e atrativos turísticos; o segundo elemento é a indústria turística observada desde a região geradora de turistas até o núcleo receptivo, através dos setores primários, secundários e terciários ligados ao turismo e, o último elemento é o turista, considerado o epicentro do sistema, que possuindo um ambiente social, econômico, cultural, tecnológico, político e religioso favorável podem gerar desenvolvimento.

Neste ponto os núcleos emissores e receptivos devem atuar em conformidade e em sintonia para que torne a localidade propícia a engajamentos turísticos, conforme pode ser verificado na representação esquemática a seguir.



**Figura 1 - Quadro esquemático de núcleos emissores e receptivos no segmento turístico - elaborado pelo autor**

No segmento dos núcleos emissores e receptivos de turistas, encontram-se as agências de turismo, que não devem se restringir somente à atividade de venda de passagens e pacotes turísticos, mas sim, que possam, de acordo com as informações repassadas, e a seriedade de suas ações, contribuir para o desenvolvimento, através do respeito aos valores morais e culturais das pessoas das comunidades receptoras, sendo nesse sentido, co-responsável para que não ocorra prejuízo para a sociedade local, como assevera Acerenza (2002, p. 30):

Es dentro de esta actividade de venta, que las agencias de viajes realizan su mayor contribucción al desarrollo del turismo em todo el mundo, dinamizando la actividad y haciendo que la misma contribuya a su vez, al logro del bienestar y progreso de las comunidades receptoras, así como al desarrollo individual de las personas, mediante los viajes que éstas, con el auxilio de los agentes de viajes, realizan por el interior de sus países y por el extranjero. Todo lo cual, además de contribuir a la integración nacional y al afianzamiento de los valores morales y culturales, ayuda a estrechar los vínculos entre los pueblos.

Em toda realidade de um ambiente social ensejado de valoração econômica e de desenvolvimento social emerge a realidade do turismo sexual, que visto sob o panorama de uma possibilidade econômica não traz consigo avanços na esfera social local em função do caráter desagregador dessa suposta potencialidade turística, que passa a se configurar num processo de exploração do corpo masculino ou feminino na obtenção de prazer.

O turismo sexual não deve ser considerado simplesmente um segmento a mais da atividade turística, porém uma de suas perniciosas deformações. Sua existência reflete, de fato, a preexistência de problemas bem mais profundos, os quais, por sua vez, estão ancorados no coração das sociedades receptoras e emissoras de turistas (SOARES DO BEM, 2005).

Vale salientar que a atividade de turismo sexual é concebida quando existe a intenção de obtenção de prazer sexual com membros de uma comunidade local em troca de pagamento em valor pecuniário ou em mercadorias.

É bem certo que a definição de turismo sexual, como afirma Silva & Blanchette (2005) passa pelo senso comum como sinônimo de comportamento dos turistas estrangeiros que frequentam as metrópoles costeiras brasileiras, com o intuito de obter sexo com homens e mulheres nativas. A reprovação é baseada num código moral que estipula que os estrangeiros não devem manter contato sexual promíscuo com as nativas, trazendo como processo de solução do problema à repressão desta prática.

Verifica-se que caracterizar o turista como “turista sexual” não se constitui em uma tarefa prática. Como separar os turistas ditos “normais” dos “turistas sexuais”? A tarefa torna-se complexa, considerando que todos são seres sexuais, ou seja, o dito comportamento desviante passa somente pela ótica da denominada “explorada”, sem analisar o fato de que existe o sexo consentido, e até mesmo relações afetivas resultantes da interação turista com locais (Silva & Blanchette, 2005). Objetivamente não se busca simplificar a existência do turismo sexual, contudo não são prudentes generalizações quanto afirmar que o turista que se relaciona sexualmente com uma pessoa local pratica turismo sexual.

No que tange ao contexto do turismo sexual existem fatores que atuam como fomentadores para a proliferação do turismo sexual nos países receptores. A exclusão social, a desagregação familiar, as políticas de turismo e o papel silencioso do planejamento turístico, são fatores que contribuem para o estímulo do turismo sexual.

A exclusão social deve ser analisada no contexto do turismo sexual não de modo monocausal, mas no sentido de considerar que o processo de exclusão social como fomentador do turismo sexual atua em determinados grupos sociais em situações estruturais e conjunturais bem específicas, que participam do mercado de trocas sexuais com o intuito de mobilidade social (SOARES DO BEM, 2005).

Quanto à desagregação familiar, a família segundo Roudinesco (*apud* Claude Lévi-Strauss, 2002) é encontrada em praticamente todas as sociedades humanas, mesmo naquelas em que os hábitos educacionais e sexuais são diferentes dos brasileiros.

Ao tratar a relação estabelecida entre trabalho e família, Soares do Bem (2005) utiliza o conceito de espoliação urbana de Kowarick, que pode ser definido como a forma radical de exploração característica do modelo de urbanização no Brasil, através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, necessários para níveis de subsistência, que tendem a aguçar a dilapidação das relações de trabalho.

O ciclo de desagregação familiar iniciado pela migração, culminando com o processo de reestruturação produtiva, identificado por alguns autores como decorrente da 3ª Revolução Industrial, em que se “evidencia o caráter instrumental, a manipulabilidade e a permutabilidade da mão de obra de baixa qualificação, levando-a ao esgotamento físico e mental” (Soares do Bem, 2005, p. 89), contribuiu para que a família ficasse sujeita diretamente às pulsações perversas do mercado, sendo ela fruto de um mercado que os rejeita e de um Estado que negligencia o foco de suas ações, não dando consecução aos projetos de modernidade.

Com a dilapidação e a fragmentação da família, esta tem poucas possibilidades de reorganização, tornando-se bastante cooptável; e que através dos meios de comunicação são forjados modelos de vida baseados no consumo ou na obtenção de sucesso, que estimulam aspirações legítimas por mobilidade social.

Os canais legítimos são substituídos pelo que afirma Kowarick em *mercados de ilusões*, que se apoderam da energia transformadora contida no imaginário desse segmento. Dessa forma fazem dela um valor ideológico, empregado por muitos, como contrapartida para uma realidade social deficiente em oportunidades reais, que juntamente com a figura do Estado são responsáveis pelas poucas redes de segurança disponíveis para os pobres, em especial a família que passa a ser objeto de interesse das redes criminosas (SOARES DO BEM, 2005).

As políticas de turismo centradas na proibição não são suficientes para minimizar o turismo sexual, posto que a origem da problemática encontra-se nos modelos econômicos adotados no Brasil desde o período colonial, que produzem a pobreza, a miséria, e a exclusão social, aliada à concentração de renda e a sua péssima distribuição. Para Soares do Bem (2005) tratar de frente a problemática do turismo sexual exige o estabelecimento de políticas econômicas e sociais de porte, além de mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento turístico e de planejamento da atividade turística.

Quanto ao papel silencioso do planejamento turístico o autor critica o valor tecno-economicista da atividade turística, abordando desde a formação das primeiras instituições acadêmicas de ensino do turismo no Brasil, possuidoras de um caráter eminentemente economicista e tecnicista, enfatizando as disciplinas voltadas para o desenvolvimento através de uma visão técnica, em detrimento de disciplinas de formação humanística, social, antropológica, que aparecem de modo periférico nos programas acadêmicos.

Partindo da ótica da academia, o modelo utilizado no planejamento turístico não poderia ser outro. O modelo tecno-economista produzirá modelos de ação reducionistas, ou

seja, haveria uma previsibilidade considerando a articulação de recurso para atingir resultados. Contudo não existe a previsibilidade de efeitos no campo do turismo considerando este modelo, onde o exemplo mais claro é o turismo sexual, que apesar de não ser objeto de planejamento foge totalmente à gestão tecnocentrada dos gestores (Soares do Bem, 2005).

O planejamento turístico contribui para que o turismo sexual se reproduza e se utilize da mesma estrutura por ele criada, pelo fato dos gestores desconsiderarem o movimento da sociedade e não questionarem os modelos a partir dos quais operam. (SOARES DO BEM, 2005).

O segmento turístico analisado do ponto de vista das ciências sociais é um fenômeno de extrema complexidade, sendo mutável, operando-se em diversas formas e em múltiplas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo em sua totalidade, através de uma única ciência. Nesse sentido, a figura do turista não deve ser analisada como um ser isolado, posto que existe uma extensa modalidade de tipos de turistas, como também, surge a análise dos efeitos redundantes do turismo nas comunidades locais em que atuam (BANDUCCI JUNIOR, 2001).

Cabe repensar, nesse sentido, o papel das comunidades locais, a sua preservação, o seu valor ético, com ênfase aos grupos sócio-culturais, tornando assim a ocupação turística menos danosa em relação aos ambientes, aos costumes e às realidades locais, posto que não interessa somente o atrativo de turistas para certa localidade, definido por Krippendorf (2006, p.145):

O turismo só deve ser encorajado na medida em que proporcionar à população local uma vantagem de ordem econômica, antes de tudo, sob a forma de lucros e empregos. Que a mesma tenha desejado que essa vantagem seja de natureza duradoura e não traga prejuízos aos outros aspectos da qualidade de vida. As implicações de um projeto (custos e benefícios econômicos, compatibilidades sociais e ecológicas) devem ser bem esclarecidas antes da execução.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento turístico local deve ser estimulado a partir do momento que haja integração com a comunidade local, não somente no aspecto econômico, no que se refere à geração de empregos e renda, considerando que o desenvolvimento não se constitui em somente atrair turistas para destinos intertropicais detentores de paisagens únicas e culturas diversas, mas também existe a necessidade de proteger as etnias locais, as questões da cidadania e o meio ambiente, preservando para tanto o patrimônio natural e cultural local (ARAÚJO, 2007).

A natureza do turismo possui uma relação direta com o ócio, partindo-se da análise que este se constitui na compensação aos esforços que formam a essência da vida produtiva

do ser humano, possuindo uma divisão em dois segmentos: o das teorias humanistas e o das teorias de alienação, que possuem concepções diametralmente opostas. O primeiro considera que o ócio se constitui como a mais genuína manifestação da personalidade humana, tendo por pressuposto que o turismo estimula a comunicação entre diversas nacionalidades, sendo meio eficaz para incrementar o conhecimento e a compreensão entre os povos, contribuindo para o fortalecimento da paz mundial. Pelo ponto de vista das teorias da alienação, afirma-se que o turismo massivo sempre destrói o meio ambiente, contribuindo para o desaparecimento dos usos e costumes das sociedades receptoras e favorecendo a difusão da prostituição e do uso de drogas (ACERENZA, 2002).

De fato, as interpretações que buscam a visualização do turismo, decorrente de posicionamentos filosóficos e ideológicos, não podem ser generalistas, tendo em vista que são posicionamentos particulares, que muitas vezes não transmitem a pergunta básica: o que é o turismo?

De acordo com a OMT, turismo deve ser definido como o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu local de convívio habitual por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado (OMT, 2001). Esse período fora do domicílio habitual deverá ser superior a 24 horas, simplificando pelo menos um pernoite e um período máximo de 90 dias (PAIVA, 2005, p.28).

Para a EMBRATUR, a atividade turística foi entendida como sendo:

Uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações – compra e venda de serviços turísticos – efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (1992, p.12).

Como produto composto e pela própria estrutura, cuja funcionalidade depende de uma série de fatores, o turismo se traduz no rol de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento (ANDRADE, 1997), possuindo em seu âmago complexidade e como afirma Margarita Barretto (2003) um importante grau de imprevisibilidade, ao afirmar que o turismo não se constitui em algo realizado por um homem isolado, mas sim pela sociedade como um todo, ou seja, com a participação da coletividade.

O conceito de Deleuze e Guattari de imprevisibilidade fundamenta-se no conceito de rizoma<sup>3</sup> da botânica. Barretto (2003) desenvolve um novo conceito – Turismo Rizomático – fundamentado na imprevisibilidade, ou seja, em se tratando de critérios de expansão turística e de relações com a comunidade local, não se sabe precisamente os seus efeitos, como assevera,

O rizoma se adequa à análise do fenômeno turístico porque é, em primeiro lugar, imprevisível. Nunca se sabe para onde vai se expandir, nunca se sabe quando vai ressurgir; sempre que cortamos uma parte, esta pode tornar a transformar-se numa planta. Assim, por mais que haja um bom planejamento de turismo, nunca sabemos como a sociedade vai reagir à presença dos turistas, nem como os turistas vão reagir à sociedade que os hospeda (BARRETTO, 2003, p.22).

Em se tratando dos efeitos do turismo, tem-se como principal meta a revalorização do *local*, principalmente no contexto de globalização e de ajustes econômicos, dando-se ênfase à melhoria da infra-estrutura e à criação de emprego e renda como sustentação sócio-econômica. Entretanto, o foco no local encontra barreiras em seu desenvolvimento, principalmente pelas desigualdades regionais, que é uma das características marcantes do processo de desenvolvimento nacional, constituído por vários nichos econômicos formando um verdadeiro mosaico de realidades, acarretando diferenças entre o desenvolvimento social e econômico em uma mesma região e/ou em regiões diferentes entre si, apresentando também, indicadores baixos de qualidade de vida de uma parcela considerável da população.

O desenvolvimento regional e local é balizado por um conjunto de inter-relações econômicas entre a sociedade, Estado e o mercado, mas também pelas dimensões políticas e as suas implicações sociais nesse processo. E isso é muito mais determinante quando se trata do turismo, que possui um potencial atrelado a valores e estruturas regionais, pois depende necessariamente de uma política de desenvolvimento regional/local.

Pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local, no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento, e nesse aspecto, o turismo permite essa vinculação (LIMA & OLIVEIRA, 2003), mesmo considerando que isso se dá de forma ambígua junto às propostas de desenvolvimento turístico. Ora a comunidade local é chamada a participar dos processos de avanço do turismo em suas localidades, por meio do aparato

---

<sup>3</sup> A noção de rizoma foi adotada da estrutura de algumas plantas cujos brotos podem ramificar-se em qualquer ponto, assim como engrossar e transformar-se em um bulbo ou tubérculo; o rizoma da botânica, pode funcionar como raiz, talo ou ramo, independente de sua localização na figura da planta.

estatal e privado empregado na geração de serviços, produtos e atividades turísticas; ora, a comunidade local é a menos integrada nas decisões referentes ao seu desenvolvimento; muito pelo contrário, a sociedade sente os efeitos, seja no aumento de custos de produtos, seja nas mazelas sociais ocasionadas por um “desenvolvimento” turístico desequilibrado.

Nesse sentido, o desenvolvimento pode ser compreendido em relação ao turismo como sendo um processo complexo de mudanças e transformações de ordem política, econômica e social e, principalmente, humana, sendo os incrementos positivos no produto e renda destinados a satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano (LIMA & OLIVEIRA, 2003).

Este desenvolvimento depende de um equilíbrio combinado entre as variáveis de oferta (potencialidades) e de demanda (mercado), considerando os fatores que levam determinados locais a apresentarem indicadores sociais e econômicos mais elevados, sendo que o emprego de um modelo de gestão adequado poderá efetivamente proporcionar a promoção do desenvolvimento econômico e social na área turística, devendo existir para cada localidade específica uma estratégia única aplicável e adequada.

No cenário brasileiro, o papel do Estado em relação à promoção do turismo se encontra em construção, mas a sua importância no que tange o desenvolvimento regional é de alta significância, através de diversos instrumentos de intervenção, que se traduzem em alocação de recursos para a infra-estrutura logística e tecnológica, a educação, a concessão de incentivos e crédito e a promoção da acumulação do capital social regional.

Nessa perspectiva, historicamente, a atividade turística desempenha uma grande possibilidade de geração de emprego e renda e de lucratividade nos setores comerciais e produtivos junto às comunidades locais, muito embora se verifique que a partir da profissionalização do turismo por meio de uma gama de agências e de serviços as comunidades locais se voltaram para atividades turísticas de menor envergadura econômica e muitas atuam na periferia dessas atividades, e ainda há outras que estão cada vez mais distantes das atividades turísticas em sua região.

As inserções de atividades turísticas nas comunidades locais também apresentam outro lado: elas se integram de forma transversa, constituindo-se em falso desenvolvimento advindo de um turismo que não traz desenvolvimento, pois este viola conceitos do ponto de vista ambiental, moral e jurídico, quando se volta para atividades consideradas ilícitas, ferindo a constituição do país/região/comunidade.

No Brasil, ocorrem os dois tipos de turismo, baseados em uma interconexão entre as condições sócio-econômicas da população local, a oferta de serviços (lícitos e ilícitos) por

parte de agências/agenciadores e a procura destes serviços por parte do turista junto às comunidades locais.

O estado do RN vem se revelando desde a década de 1980 um grande potencial turístico, que na atualidade vem recebendo, independente de altas e baixas estações, turistas brasileiros e estrangeiros que buscam apreciar a qualidade de vida e as belezas naturais, e em especial destaca-se o município de Natal, com belas praias e natureza exótica. Essa grande expansão turística não deve ser considerada somente como aumento de possibilidades financeiras e de desenvolvimento, porém, deve ser vista como catalisadora de problemas de ordem estrutural, multifatorial referente à cidade, principalmente quando se volta para as atividades de turismo que não valorizam a comunidade local.

As agências e as pessoas que fazem parte de um turismo que não considera a comunidade local têm um mercado em franca expansão, voltando-se para os serviços ilícitos, em virtude de existir uma oferta e uma demanda que transitam, especialmente, em torno do turismo sexual, o que gera uma fonte de renda para alguns (agenciadores) e em certos casos problemas sócio-psicossociais para uma parte dos envolvidos.

O turismo sexual não pode ser separado da realidade do turismo existente, considerando que o próprio desenvolvimento do turismo possui a ligação íntima com valores históricos constituídos, que para Soares do Bem (2005, p.20),

[...] na década de 1950, Fanon alertava para o perigo de o "terceiro mundo" vir a se transformar num bordel para os países industrializados (1969). As grandes transformações ocorridas no pós-guerra impulsionaram sobremaneira o desenvolvimento do turismo internacional.

A Declaração da OMT sobre a prevenção do turismo sexual organizado, adotada pela resolução A/res/338 (XI) da Assembléia Geral, realizada no Egito em outubro de 1995, define o turismo sexual como “as viagens organizadas de turismo interno e externo, que serve de *cluster* e do *trade* turístico, com o objetivo essencial de realização de relação sexual de caráter comercial entre turistas e habitantes autóctones da destinação turística” (OMT, 1995).

A própria definição de turismo sexual remete a afirmação de que o mercado sexual é a atividade que tem por objeto a comercialização e a produção de mercadorias, serviços e produtos sexuais, as quais são vendáveis devido a sua integração à sociedade de consumo globalizada, produtos esses que são caracterizados pela grande variedade, níveis de qualidade, de consumidores, profissionais e preços. Assim depreende Faleiros e Campos (2000, p. 33):

É importante salientar a existência de um imenso mercado consumidor para serviços sexuais, considerando que o sexo é uma mercadoria altamente vendável e valorizada, principalmente o sexo-jovem, de grande valor comercial. Exemplo disto são os “leilões de virgens” ainda existentes em diversos países.

O turismo sexual tem por base, portanto, a realização de uma atividade específica: a de práticas sexuais, mediante pagamento em espécime e/ou troca por objeto de valoração econômica. Todavia, não implica afirmar que toda prática sexual livre esteja ligada tão somente ao exercício do turismo sexual, posto que a prostituição, como um dos aspectos do turismo sexual, no que tange à legislação brasileira, somente é considerado como crime quando se caracteriza o agenciamento e o fomento à prostituição.

O artigo 228 do Código Penal Brasileiro prevê que o induzimento de alguém à prostituição, seja facilitando-a ou impedindo que alguém a abandone, constitui-se em uma conduta tipificada no ordenamento jurídico, sendo definido como o comércio habitual do próprio corpo, exercido por homem ou mulher, em que estes se prestam à satisfação sexual de indeterminado grupo de pessoas (CAPEZ, 2005).

O simples fato de um homem ou mulher se prostituir não se constitui crime, podendo cada pessoa dispor do corpo como bem aprouver, desde que não culmine em lesões aos direitos de outrem e/ou colocar em risco a sua integridade física, que para Mirabete e Fabbrini (2005, p.459):

Por razões de política criminal, a prostituição, em si, não foi elevada a categoria de crime, podendo constituir, quando há solicitação escandalosa em lugares públicos, uma contravenção (art.61 da LCP). A lei penal procura reprimir a exploração do lenocínio. No art. 228 é definido o crime de favorecimento a prostituição: “induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone: pena-reclusão, de dois a cinco anos.”

Não se pode falar em extinção do turismo sexual e/ou colocá-lo sob uma visão reducionista, posto que existem fatores que interferem na sua realidade, tais como cultura, economia, história, saberes cotidianos, desejos, e métodos, fatores estes que juntos ou isolados atuam na dimensão do turismo sexual.

De forma geral, observa-se a prostituição como uma atividade que serve de substrato para a manutenção financeira própria e de familiares, pois de acordo com Dolores (2005, p.81),

Cuando se trata el tema de la prostitución, parece que nos refirieramos a un ámbito separado de las otras conductas sociales, caracterizado por la marginalidad y la discriminación. Así, algunos artículos sobre el tema se centran en la violencia que puede ejercerse sobre las prostitutas y en la degradación que esta actividad

significa, separando este fenómeno de las condiciones económicas de la sociedad en que se produce. Sin embargo muchas de las mujeres que trabajan en este campo, consideran que es simplemente una actividad laboral entre otras posibles y subrayan su carácter de opción económica (y no moral).

Para Piscitelli (apud AGUSTÍN, 2005), o sexo comercial tem dado lugar a uma verdadeira indústria ao afirmar que não as pessoas não se deparam com "a prostituição", mas com uma diversidade de trabalhos sexuais. E a lista é imensa, abarcando os desempenhados em bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da Internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornô, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo, prostituição na rua, e o turismo sexual. Essa diversidade de opções de sexo ilumina a compreensão de que há, de fato, um mercado em expansão destinado aos diversos desejos das pessoas que procuram serviços sexuais.

É evidente que a questão de gênero é permeada por uma concentração de poder e autoridade na figura masculina, que exerce uma influência no campo da sexualidade, em que a figura feminina foi, por muito tempo, reprimida, a partir de valores e crenças; em que as prostitutas tinham uma serventia para o deleite sexual do sexo masculino de forma socialmente aceita, existindo uma função social da prostituta que em termos de representações sociais agregou valores, ideologias e contradições, em que os discursos moralizadores e regras sociais e religiosas atuaram como fator fundamental na construção de um pensamento que interpretava como ato prostituinte da vida sexual ativa da mulher solteira, das separadas ou viúvas; em que a virgindade passou a ser considerada como fator essencial para a estipulação de uma mulher impura, contrariando os mandamentos da igreja católica (SOUSA, 1998).

A origem da prostituição foi religiosa, ao se permitir que o sexo sem finalidade de procriação fosse meio de alcançar o êxtase do errante, do pobre, do monge e do homem casado; sendo que na Índia, Grécia e entre os hebreus a prostituição sagrada era muito desenvolvida, organizada em usos e costumes locais, tendo a função de harmonizar os contrários (MAFFESOLI, 2005).

A prostituição sagrada existe até os dias atuais sob a tradição hindu, no culto a deusa Yellamma, onde famílias indianas possuindo filhas próximas à puberdade as oferecem para que possam exercer a atividade de prostituição sagrada, não podendo as servas das deusas, denominadas de Devadasis, serem desposadas, passando somente a disposição da prática sexual religiosa, satisfazendo as necessidades sexuais dos homens da comunidade. Esta prática remonta ao século IX na Índia e apesar dos tempos e da influência inglesa, os quais tentaram bani-la por ser contrário ao costume ocidental, continua a existir, com uma

nova forma de execução, onde as devadasis passaram a ser filhas de famílias de baixa renda, que utilizam a prostituição religiosa como forma de ajudar no sustento de suas famílias.

A prostituição sagrada é uma tradição do ritual sexual que se tornou parte integrante da adoração religiosa das primeiras civilizações do mundo e com o decorrer dos tempos foi modificada pela decisão dos governantes em se contraporem ao poder político existente dentro dos templos, perseguindo as sacerdotisas, destituindo-as do poder, e na afirmação de Roberts (1998, p.23), “a partir deste momento que começa a verdadeira história da prostituição; com as sacerdotisas dos templos, que eram ao mesmo tempo mulheres sagradas e prostitutas, as primeiras prostitutas da história”.

Essa forma de encarar a religiosidade e a sexualidade foi se alterando, chegando ao higienismo do século XIX, cuja principal ambição era canalizar e tornar produtiva toda energia, inclusive a energia sexual, caracterizando uma nova ordem moral, conforme Maffesoli (2005, p.39) atesta:

É também o triunfo da dessacralização da função antes desempenhada pela prostituição, a marca do desencantamento do mundo. Catalogadas, as garotas tornam-se meros objetos econômicos que pervertem um corpo sadio. Esse processo é conhecido e não será necessário dar mais detalhes dele. No que se refere ao século XIX foi extraordinariamente estudado, especialmente por A. Corbin, que descreveu esse vasto movimento de domesticação, *stricto sensu*, e de atomização. O resultado foi uma sociedade asséptica e destituída de sensibilidade.

A própria moral religiosa institui que o prazer deve ser separado da figura da procriação, instituindo que a conduta sexual deve ter parâmetros definidos. A própria natureza do gênero deveria ser definida de acordo com a sexualidade, sendo a prostituta totalmente separada da figura da mulher/esposa, o que, apesar dos tempos, continua a ser uma realidade social, pois para Ribeiro (2005, p.13):

Esta disjunção entre prazer e procriação, que continua a constituir um elemento dominante na tradição judaico-cristã e, ainda que em bastante menor medida, nas sociedades contemporâneas e, obviamente, na relação dos homens com suas esposas, por um lado, e com as prostitutas por outro, marcou toda a vida sexual do Ocidente medieval.

Max Weber (1982) afirma que a religião tem um papel profundo na construção social de uma cultura, ao afirmar ser o ocidente detentor de uma moral religiosa orientada na ética, possibilitada pela promessa divina de salvação. O caráter orgiástico (MAFFESOLI, 2005), mítico e público das relações sexuais, que em dados momentos da História teve ligação com a religião, foi regulamentado, fazendo parte do que se considera "as relações sexuais em favor do matrimônio". Para o autor, a ética religiosa racional entra em choque com a esfera

erótica da vida, uma vez que se coloca a salvação racional em um Deus que está em oposição com a erotização consciente da sexualidade nas sociedades modernas. E a tensão é presente já que:

Dentro dessa ordem divina, é dado ao homem viver de acordo com as finalidades racionais que ela impõe e somente de acordo com elas; procriar, educar filhos, e estimular-se mutuamente ao estado de graça. Esse asceticismo racional interior deve rejeitar a sofisticação do sexo transformado em erotismo, como uma idolatria do pior gênero (WEBER, 1982, p. 243).

Quanto mais as religiões orientam ensinamentos proféticos, maior é a rejeição às coisas do mundo. Nesse sentido, a sexualidade é inserida como um valor mundano, tida como algo indigno, idéia que entra em tensão com a racionalização da ética religiosa que orienta a dignidade, fraternidade de amor ao próximo. A força erótica contrapõe-se ao saber racional e ameaça o autocontrole orientado pelas normas de um Deus salvador, pois mesmo dentro do casamento as relações sexuais são orientadas à procriação, ou seja, seguem como instrumento religioso.

A conduta sexual humana, de acordo com Espinheira (1984), está marcada pelo fato indiscutível da separação entre a sensação de prazer e a reprodução da espécie, analisando que a sexualidade humana é permanente e não cíclica (cio); que durante o período gestacional a mulher continua a ter impulsos sexuais, e que a fecundação se perfaz em um único óvulo, sendo geralmente uma cria em cada gestação. Esses fatos comprovam que a mulher não tem a sua funcionalidade fisiológica direcionada à procriação tão somente, mas sim, à obtenção de prazer, que torna uma necessidade para todos os seres humanos.

Nessa realidade que enseja manipulações da sexualidade surgem concepções de dominação, em que se considera a mulher como objeto de status, possível de ser manipulada, ao passo que no conceito feminino colocam-se as mulheres como manipuladoras de símbolos (LÉVI-STRAUSS, 2003), sabendo as mulheres que suas características físicas são fatores determinantes de desejos sexuais, as prostitutas tendem a valorizá-las no sentido de adquirir maior clientela, transformando-se em moeda de troca e instrumento de manipulação e controle.

A mulher brasileira vem sendo educada ao longo dos séculos para aceitar sua condição de submissão, subalternidade e dependência – financeira, emocional e social – em relação ao homem, e, de acordo com Bourdieu (2007), a relação entre os sexos não pode ser tomada como algo dado naturalmente, devendo ser reinserida na história de modo que se possa enxergar como as diversas instituições agem no sentido de manter um estado de coisas.

Esta relação entre a sexualidade e a moral sexual traz consigo a dualidade de papéis femininos, considerando que no imaginário social é vigente a associação da mulher prostituta àquela que presta serviços sexuais nas diversas formas, de maneira desregrada e sem pudor; e a figura da mulher de família, aquela que cuida dos filhos e aguarda o marido após um longo e exaustivo dia de trabalho (SILVA, 2006).

Em se tratando de turismo sexual, a problemática da emancipação feminina encontra-se vinculada ao fomento da crença de que o *gentleman* estrangeiro, cercado de todo um imaginário de seu tipo físico e status financeiro, será capaz de transformar a vida da mulher nordestina, entregue à esperança de se ver arrebatada por esse turista, e a ela (algumas vezes) apresentado pelos agentes aliciadores como um verdadeiro príncipe encantado, para um mundo diferente, civilizado, repleto de oportunidades, enfim, de perspectivas melhores, caso em que, na maioria das vezes, nunca encontram.

O turismo sexual é fomentado por uma estrutura invisível disseminada pela sociedade, que ao mesmo tempo em que critica a sua realização, através das desigualdades sociais existentes, estimula a sua prática; e não podendo ser considerado um segmento turístico, contudo, está sujeito às mesmas normas de mercado que envolve o turismo.

No contexto do turismo sexual, é importante enfatizar que as ações desencadeadas pelo Estado não devem ser pautadas pelo comportamento incriminatório da prostituição em si, mas na possibilidade de fomento de emprego e renda, buscando-se a diminuição das desigualdades sociais, pois a realidade de muitos homens e mulheres que optam pelo turismo sexual tem como uma das causas a situação de pobreza, visualizando nesse mercado a possibilidade de aferir lucros e terem melhores condições de sobrevivência, sendo que o turismo sexual se constitui em mais um produto colocado no mercado globalizado do sexo, em que o marketing e a publicidade de um modo geral se encarregam de fabricar a imagem da mulher/homem jovem direcionada ao turismo sexual, conforme Soares do Bem (2005, p.60) afirma:

Ao lado dessas descrições negativas, o imaginário carnavalesco ao qual se associa o Brasil contribui para realçar a beleza sensual de mulheres (no geral mulatas) que expõem sem pudor seus corpos desnudos. Tais imagens se tornam funcionais para os contatos travados na esfera do turismo, estimulando mesmo o surgimento e o estabelecimento do turismo sexual em várias possibilidades de uma interação mais abrangente entre os turistas e as mulheres brasileiras.

O autor acrescenta ainda que:

É o clima tropical, ao lado da generosa paisagem, que fornece o pano de fundo para a representação da mulher brasileira como "picante", sedutora, mundana e

aventureira, enfim, como uma Sexbombe. Comumente, as mulheres brasileiras são tidas como mulatas ou negras, com corpos provocantes e dourados pelo sol, imersas em permanente transe carnal, imagens extraídas não só do imaginário carnavalesco ao qual se associa o Brasil... (IDEM, p. 71).

Nessa relação de imagem de um Brasil turístico, Bignami (2002) definiu algumas categorias para tratar a imagem do Brasil no exterior, entre elas a categoria do “Brasil paraíso”, na qual se relaciona a idéia de um ambiente selvagem, Éden, Eldorado, as Amazonas, os recursos e atrativos naturais e paisagísticos, as origens da descoberta; como também o “lugar de sexo fácil”, em que há uma relação direta com a idéia de beleza, sensualidade, libertinagem, simbologia da mulher brasileira, concepção de vida nos trópicos (mar, praia e sol), o carnaval sendo classificado como ocasião para dançar, cantar e fazer amor, definindo as comunidades locais, como o Rio de Janeiro, como a cidade do pecado, que muitas vezes de acordo com folhetos da própria EMBRATUR, em dado momento, chegou a enfatizar esse aspecto com o objetivo de atrair turistas do mercado estrangeiro, em fotos de mulheres com pouca roupa, garotas usando biquínis e tangas, alicerçando o jogo de subordinação e de dominação de gênero, cor, sexualidade e nacionalidade.

Por outro lado, Piscitelli (2003), ao tratar das relações de intersecção de gênero, cor, nacionalidade e sexualidade, considera um jogo de subordinação, no qual as relações de gênero e cor participam de forma alternativa, naturalizando as desigualdades, sendo instrumentos nas expressões dessas naturalizações. Para essa autora, as relações que se estabelecem expressam hierarquias de inferioridade, tanto no Brasil quanto no Nordeste, especificamente quando se trata do turismo sexual, no qual essas nuances se colocam de forma efetiva.

Já em relação ao campo legal-jurídico no Brasil, o turismo sexual não se constitui em crime praticado por estrangeiros, desde que não contrariem as normatizações penais existentes, tais como pornografia infanto-juvenil, sedução, estupro, corrupção de menores e atentado violento ao pudor.

Assim, o fenômeno do turismo sexual alcança relevância para a ciência criminal e social, uma vez que, em decorrência desta “modalidade” de turismo, são alimentadas várias práticas criminosas, tais como o lenocínio, o tráfico de entorpecentes, o estelionato, a exploração sexual de pessoas menores de idade, a pedofilia, a falsificação de documentos, a lavagem de capitais etc.

O turismo sexual, uma vez configurado, pode produzir novos impactos sociais, criando uma infra-estrutura e uma dinâmica propícias à proliferação do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes. Ele cria rotas, institucionaliza espaços e práticas, fluxos e agentes (Soares do Bem, 2005), podendo conduzir à exploração sexual de crianças e adolescentes.

No contexto natalense se configura como uma das grandes preocupações na realidade social, em que as relações de mercado são extremamente caracterizadas, ao passo que essa exploração sexual estimula a obtenção de prazer de acordo com perfis físicos e etários, transformando essa realidade em relações de mercado com a obtenção de lucro, desconsiderando totalmente o explorado, que se encontra em fase de formação física e psíquica, posto que na normatização brasileira a configuração de crianças e adolescentes segue o aspecto etário, sendo considerado o indivíduo criança até doze anos de idade incompletos e adolescentes de doze anos a dezoito anos de idade.

Isso se torna também um problema de saúde pública, pois o turismo sexual pode colocar em risco potencial da saúde de uma coletividade, principalmente quando se refere à criança e adolescente, que além de acometimentos de doenças, podem ter uma gravidez indesejada, quando na realidade são precárias as ações por parte dos órgãos de saúde no controle de doenças sexualmente transmissíveis. Situação muitas vezes causada pela fragilidade da política pública de saúde no que se refere à prevenção e à redução dos riscos no domínio do sexo mercantil, que passa por vários aspectos, dentre eles, o desconhecimento do fenômeno prostitucional, que, conforme Ribeiro *et al* (2005, p.10):

De facto, ela é marcada por certo desencontro entre os interesses de segurança sanitária assumidos pela grande maioria das mulheres e o “gosto” pelo risco por parte de muitos clientes. Tal implica que qualquer intervenção social ou até actuação política neste campo, se, por um lado, exige o abandono de concepções moralistas ou estratégias paternalistas, por outro, não poderá propor programas sem conhecer adequadamente o fenômeno.

Nesse sentido, considerar que o turismo sexual pode trazer desenvolvimento local é desconsiderar que existe uma gama de atrativos turísticos que podem trazer desenvolvimento local, inserindo sua população na obtenção de emprego e renda. De acordo com Rahaby (2003), é preciso que o governo inclua o turismo em sua estratégia de desenvolvimento e apóie com mais prioridade as iniciativas dos órgãos oficiais de turismo e dos agentes privados deste setor, elaborando políticas públicas que venham a estimular e a munir a população local de meios de desenvolvimento, para que possa através destas ações definirem em qual modalidade de turismo desejam estar inseridos.

## 1.2 Contextualizando o turismo sexual na realidade brasileira e do Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte possui uma extensa área litorânea com belezas naturais que servem de atrativos turísticos, os quais representam um incremento econômico considerável, partindo-se da análise de que as receitas decorrentes do turismo dobraram em menos de cinco anos, tornando o estado do RN um nicho receptivo de investimentos nessa área.

A base de incremento financeiro se perfaz na estimativa de receita financeira realizado pela Secretaria de Turismo do Estado dos anos de 2002 a 2005, comprovando a característica do município de Natal como pólo receptivo de turistas.

**Tabela 2 - Brasil – Estimativa da Receita Turística Total - Brasileiros e Estrangeiros, RN, 2002 - 2007 (US\$1,00)**

DISCRIMINAÇÃO	GRANDE NATAL		DEMAIS MUNICÍPIOS		RIO G. DO NORTE	
	RECEITA	%	RECEITA	%	RECEITA	%
<b>2002</b>						
BRASILEIROS	127.117.209	58,81	46.322.029	21,44	173.439.238	80,25
ESTRANGEIROS	34.882.823	16,14	7.809.691	3,61	42.692.514	19,75
<b>TOTAL</b>	<b>162.000.032</b>	<b>74,95</b>	<b>54.131.720</b>	<b>25,05</b>	<b>216.131.752</b>	<b>100,00</b>
<b>2003</b>						
BRASILEIROS	182.252.551	58,99	39.963.920	12,93	222.216.471	71,92
ESTRANGEIROS	77.716.364	25,16	9.019.263	2,92	86.735.627	28,08
<b>TOTAL</b>	<b>259.968.915</b>	<b>84,15</b>	<b>48.983.183</b>	<b>15,85</b>	<b>308.952.098</b>	<b>100,00</b>
<b>2004</b>						
BRASILEIROS	215.869.717	51,80	54.717.023	13,13	270.586.740	64,93
ESTRANGEIROS	132.667.484	31,84	13.470.509	3,23	146.137.993	35,07
<b>TOTAL</b>	<b>348.537.201</b>	<b>83,64</b>	<b>68.187.532</b>	<b>16,36</b>	<b>416.724.733</b>	<b>100,00</b>
<b>2005</b>						
BRASILEIROS	286.098.507	50,87	79.366.538	14,11	365.465.045	64,98
ESTRANGEIROS	174.252.733	30,98	22.712.854	4,04	196.965.587	35,02
<b>TOTAL</b>	<b>460.351.240</b>	<b>81,85</b>	<b>102.079.392</b>	<b>18,15</b>	<b>562.430.632</b>	<b>100,00</b>
<b>2006</b>						
BRASILEIROS	309.237.600	53,43	87.290.586	15,08	396.528.186	68,52
ESTRANGEIROS	161.064.567	27,83	21.181.783	3,66	182.216.350	31,48
<b>TOTAL</b>	<b>470.272.167</b>	<b>81,26</b>	<b>108.472.369</b>	<b>18,74</b>	<b>578.744.536</b>	<b>100,00</b>
<b>2007</b>						
BRASILEIROS	316.240.490	54,21	90.709.075	15,55	406.949.565	69,76
ESTRANGEIROS	157.569.601	27,01	18.847.717	3,23	176.417.318	30,24
<b>TOTAL</b>	<b>473.810.091</b>	<b>81,22</b>	<b>109.556.792</b>	<b>18,78</b>	<b>583.366.883</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Dados obtidos em 2008, na SETUR – RN

A caracterização do estado como núcleo receptivo se dá pela razão de que os embarques de passageiros domésticos e internacionais tiveram um acréscimo considerável nos últimos cinco anos, e no ano de 2007 houve mais de 145 mil desembarques de vôos charters na cidade, trazendo turistas de diversas nacionalidades (SETUR/RN, 2008).

Tanto o desenvolvimento como a divulgação não conseguiram agregar à realidade local melhorias de infra-estrutura e sociais, estimuladas pela carência de políticas públicas que englobassem a comunidade local ao desenvolvimento turístico, ficando evidente a prática do turismo sexual, em que homens e mulheres trocam favores de natureza sexual com turistas brasileiros e estrangeiros em troca de retribuição pecuniária ou de outros objetos de valoração econômica.

Esta temática não é um fato regionalizado, posto que na realidade brasileira o turismo sexual se constitui numa prática difundida, sendo esta uma das modalidades de exploração sexual que no Brasil se distribui nas suas diversas regiões, conforme quadro esquemático elaborado de acordo com dados do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes - CECRIA (1995).



Figura 2 - Tipos de explorações sexuais no Brasil - elaborado pelo autor de acordo com dados do CECRIA

A exploração sexual tem incidência em locais onde não existem meios efetivos de redução de diferenças sociais, em que a procura por prazer se reflete na exotividade, de modo que no imaginário do sexo, os turistas procuram mulheres/homens de etnias e costumes diferentes dos seus, como também buscam realizar suas fantasias em relacionamentos com pessoas de outras nacionalidades e naturalidades.

Nota-se, portanto, que a percepção da realidade é travestida de uma falsa crença, que afeta não somente ao turista que busca o sexo, mas principalmente a denominada garota de programa que se relaciona muitas vezes fantasiando uma possível relação estável com o turista.

Não se pode atestar que uma relação sexual, até mesmo paga, se constitua em turismo sexual, posto que a maior caracterização de existência do chamado turismo sexual é o deslocamento do turista a outra localidade com o objetivo precípua de manter relações sexuais, muitas vezes de forma subliminar estimulada pelo Estado, apesar de muitas vezes tentar coibi-lo.

A natureza sexual da atividade humana há muito segue o princípio de uma moral religiosa, sendo que no Brasil está inserida naqueles que consideram o turismo sexual como algo a ser combatido. Combater tem significado de lutar, impor armas contra alguém, que realmente exerce perigo a um *status quo*. Contudo, talvez o perigo resida no fato de que alguns homens e mulheres se prostituem porque houve no transcorrer de suas existências omissões estatais de gravame absoluto, em que a falta de oportunidades tenha contribuído para a prostituição.

Não se trata de afirmar que o ato de se prostituir reflete um caráter diminuto, uma fragilidade insuperável; pelo contrário, o ato de disposição do corpo é afeto a cada um que assim o desejar, porém cabe ao Estado por meio de ação política, através de formulação de decisões coletivas (ABAD, 2003), dar condições para aqueles que desejam adentrar na prostituição, para que o façam conscientes de que existem outras alternativas de produtividade e de geração de renda.

Na realidade do turismo sexual global, o nordeste brasileiro, devido a uma estrutura climática e geográfica favorável, torna-se um pólo cada vez mais forte dessa modalidade do turismo, por possuir um litoral extenso com belezas naturais que exercem no turista grande fascínio; situação esta que inclui o estado do RN, em especial a cidade de Natal.

A própria situação de Natal, na perspectiva do turismo sexual, tornou-se mais evidente na década de 1980, quando a maciça propaganda turística em nível mundial remeteu muitos turistas a terem a cidade como receptivo turístico de práticas sexuais, sendo que

atualmente a realidade turística permanece em patamar idêntico. Apesar das campanhas educativas quanto à prática de turismo sexual, observa-se que vem se tornando algo existente na sociedade natalense, trazendo consigo a junção de exploração sexual com as modalidades criminosas, ao passo que existe no cenário turístico uma rede de exploração sexual.

A rede de exploração sexual de crianças e adolescentes envolvem segmentos que vão desde recepcionistas de pousadas e hotéis até taxistas, ocasionando a diversidade de formas de crimes praticados que atuam em conjunto com a exploração. A presença da narco-prostituição infanto-juvenil, crianças e adolescentes sendo utilizadas pelo tráfico como forma de entrega de substâncias entorpecentes e de exploração sexual, como também a extorsão realizada por taxistas contra turistas que mantém relações sexuais com adolescentes – muitas vezes apresentadas pelos mesmos – e que após o programa são ameaçados. Nesses casos o taxista geralmente solicita quantidade em dinheiro para que não venha a chamar a polícia; ou mesmo, motéis que pagam percentuais dos valores gastos a crianças e adolescentes para que tragam e consumam a maior quantidade de produtos possíveis em suas dependências.

A rede de exploração traz consigo o malefício da omissão estatal, muito mais quando os órgãos de segurança pública que dão o suporte no enfrentamento, não agem em sua plenitude, seja nas ações preventivas que possui cunho eminentemente midiático, como as ações repressivas que possuem como substrato um fato anterior que tenha gerado comoção ou debate na mídia.

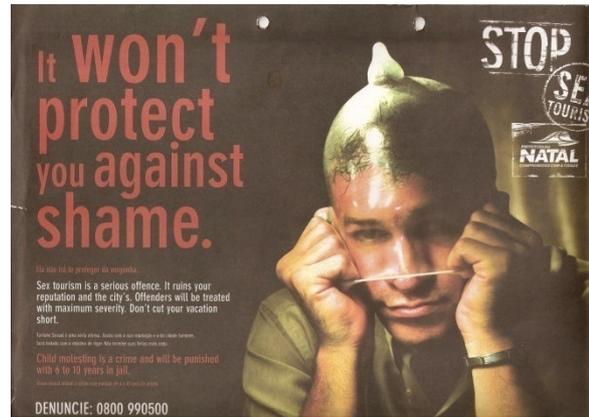
Nesse sentido, a inércia estatal atua de forma a fomentar a prática da exploração agravada pela falta de uma política pública definida para as crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.

Desde o ano 2000 o governo do estado do RN, juntamente com entidades não-governamentais, vem desenvolvendo campanhas educativas quanto à exploração-sexual de crianças e adolescentes na seara turística, fazendo divulgação de campanhas publicitárias que de forma contundente se referiam aos turistas, em especial aos turistas estrangeiros.

A publicidade vinculada segue uma tendência nacional de informações sobre a questão da exploração de crianças e adolescentes, muitas vezes através de imagens impactantes distribuídas em *outdoors* pelas cidades ou em cartazes afixados nos aeroportos, sendo dividido em duas vertentes: a primeira referente ao tráfico de mulheres para o exterior, em especial para a Espanha, e a segunda referente à exploração sexual infanto-juvenil.

A publicidade vinculada pelas secretarias estaduais e municipais de turismo teve o discurso de enfrentamento ao turismo sexual infanto-juvenil. Entretanto, verifica-se que a tônica maior na ação publicitária não é a exploração sexual de crianças e adolescentes, e sim o

próprio turismo sexual praticado por adultos, conforme muitas vezes divulgado na imprensa local que enfatiza o turismo sexual por adultos em detrimento ao de crianças e adolescentes. Essa afirmação fica evidenciada na figura 3, em que o tema principal em inglês significa “a camisinha não te protegerá contra a vergonha”, desconsiderando os efeitos penais da exploração sexual de crianças e adolescentes, afirmando tão somente que o turismo sexual é uma ofensa séria à reputação da cidade, e que o turismo sexual será tratado de maneira muito severa, e somente em letras muito pequenas é colocado que a exploração sexual infanto-juvenil é crime no Brasil.



**Figura 3 - Campanha publicitária vinculada no município de Natal contra o turismo sexual**

A publicidade que trata do turismo sexual sempre atrelou a figura do explorador ao turista estrangeiro, tanto que a divulgação em *outdoors* e panfletos sempre vem escrita em inglês, podendo ocasionar por parte da comunidade local certa repulsa aos turistas de outras nacionalidades, passando a idéia equivocada de que o turista nacional não possui o perfil de explorador de crianças e adolescentes.

Essa violência é evidente, posto que, através de mapeamento de áreas de exploração sexual infanto-juvenil, a Polícia Rodoviária Federal localizou 135 pontos de exploração sexual na malha rodoviária estadual, o que significa que essa problemática existe e se encontra cada vez mais presente na realidade do Rio Grande do Norte, considerando que o RN é o terceiro maior estado em concentração de pontos de exploração sexual deste segmento social em malha rodoviária no Brasil, sendo que o segundo é o estado do Rio Grande do Sul e o primeiro é o estado de Minas Gerais.

As áreas de prostituição possuem uma diversidade de localizações, que tendem a variar de acordo com as atividades repressivas da Polícia, quando são desempenhadas, como a orla de Ponta Negra, onde o Estado através de seu aparato de segurança iniciou o monitoramento eletrônico com oito câmeras distribuídas em toda a orla, que culminou com a mudança de local de prostituição para o denominado Alto de Ponta Negra e até mesmo para o bairro de Capim Macio, situado a 5 quilômetros da praia de Ponta Negra.

Nesse bairro a exploração sexual infanto-juvenil ocorre sem que haja manifestação do poder público, mesmo considerando que no ano de 2004 foi criado o Código de Conduta

do Turismo Contra a Exploração Sexual Infanto-juvenil, que é uma declaração formal, de livre adesão, destinada a orientar e regular a conduta ética de empresas, pessoas e serviços direta ou indiretamente vinculados à indústria do turismo contra a exploração sexual infanto-juvenil.

O referido código é um documento ético que não exerceu no cenário da exploração sexual efeitos de diminuição, posto que as ações de enfrentamento não trouxeram efetivamente formas de fiscalização e controle, seja na fiscalização em bares que permitem o ingresso em suas dependências de crianças e adolescentes (além do consumo de bebidas alcoólicas), seja no mecanismo de controle de entrada em hotéis de crianças e adolescentes, a qual ocorre sem a devida fiscalização rotineira.

O cenário do turismo sexual infanto-juvenil é um fato evidente na realidade natalense, fato este que no decorrer dos anos foi estimulado por um incremento turístico que não considerou a sociedade local como parte integrante de seu desenvolvimento.

### **1.3 A política de segurança pública junto ao turismo sexual**

Neste sub-capítulo será abordada a política de segurança pública, através do Plano Nacional de Segurança Pública e o Plano Estadual de Segurança Pública, a partir da explanação do processamento de cada plano e da elaboração de críticas sobre a efetividade e aplicabilidade dessa política.

O turismo tem o reconhecimento de ser uma das atividades econômicas de maior crescimento nas últimas décadas, decorrente de um avanço significativo no que se refere ao seu aspecto econômico no decorrer da segunda metade do século XX, sendo um objeto de interesse do próprio Estado na normatização das atividades que compõem seu arcabouço estrutural e operacional.

A normatização das atividades que envolvem o turismo, sob o aspecto da atividade turística organizada, tem por base uma estrutura jurídico-administrativa que, juntamente com a realidade turística local, tem por fundamento o fomento de um turismo sustentável (BAHL, 2003), considerando que um potencial turístico em crescimento, possuindo uma gestão não qualificada de suas atividades, poderá acarretar conseqüências adversas para a sociedade, sendo imprescindível que o Estado no desempenho de suas atribuições venha a atuar de maneira efetiva e eficaz nas áreas de envolvimento turístico.

Considerando que a ordem jurídica em nível nacional é fundada na existência de um Estado democrático de direito, tendo por base os aspectos de um Estado social de direito

fundado nas garantias fundamentais e no direito de bem estar social, o Estado passa a ter influência na realização da igualdade e da justiça, passando a figurar a lei como instrumento de efetivação dos interesses sociais voltados ao bem comum, em que a administração pública, alicerçada na observância da lei, através de ato administrativo, se perfaz objetivamente no real cumprimento do estabelecido na norma jurídica.

A Constituição Federal de 1988, tratando do segmento turístico, o erigiu como fonte de desenvolvimento social e econômico, dando ênfase ao papel da União, Estados, Municípios e Distrito Federal como seus incentivadores e promotores, como se pode ver no Art. 180. “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”.

Além do tratamento dado ao turismo, a Constituição Federal foi o primeiro ordenamento constitucional brasileiro a tratar expressamente sobre o turismo em seu texto. Essa inserção reflete o crescente grau de importância adquirido pela atividade e por suas repercussões, tanto no âmbito interno, como em nível internacional.

A atuação da administração passa a exigir um maior grau de discricionariedade administrativa na sua atuação em que se mostre mais ágil e capaz em atender aos interesses de uma sociedade cada vez mais exigente e complexa, exigindo-se uma atuação mais concreta e objetiva do Estado no segmento turístico em função de ser o turismo um fenômeno social que surge como consequência do grau de desenvolvimento que, no transcurso do tempo, foi adquirido pela humanidade (ACERENZA, 1991).

Dentre as formas de atuação da administração pública está o exercício do poder de polícia limitando e condicionando o exercício das liberdades e direitos individuais das atividades atinentes ao setor turístico que, tendo por base a existência de um Estado social, inseriu a administração pública no contexto da defesa de interesses públicos, que, segundo Di Pietro (1991), é fonte criadora de novos institutos capazes de fornecer instrumentos hábeis necessários para que a administração pública atinja seus fins, dentre eles as instituições de segurança pública que se destinam à manutenção da segurança pública e a garantia da ordem, que são definidas pelo artigo 144 da Constituição Federal:

A segurança pública, dever do estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia Federal

II - Polícia Rodoviária Federal

III -Polícia Ferroviária Federal

IV -Polícia Civil

V -Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Existe uma inter-relação entre a ordem pública e a segurança pública por serem elementos indispensáveis para a manutenção de grupos sociais, posto que a segurança pública passa a assumir grande relevância para as comunidades ao concorrer para o seu equilíbrio, sendo um valor inestimável, vital e comum para todas as sociedades, cujo conceito compreende a proteção à vida e aos direitos individuais e à sociedade contra as ameaças e nocividade dos comportamentos que tragam perigo. Para Goldstein (2003, p.13), a atuação da polícia tem por objetivo:

[...] manter o grau de ordem que torna possível uma sociedade livre, a democracia depende de maneira decisiva da força policial. Cabe a polícia prevenir contra a pilhagem de coisas alheias, dar uma sensação de segurança, facilitar o ir e vir, resolver conflitos e proteger os mais importantes processos e direitos – como eleições livres, liberdade de expressão e liberdade de associação –, em cuja continuidade está a base da sociedade livre.

No mundo moderno, o Estado é o detentor do poder, é o responsável pela segurança nos seus diversos aspectos, abrangendo desde a esfera individual até a coletiva, de modo a propiciar à Nação o grau de garantia desejado. A segurança coletiva não é a somatória de segurança de cada indivíduo; é um conceito referido às instituições nacionais, ao Estado e à sua ordem jurídica, enquanto representarem a justa representação e aspirações nacionais. Na conceituação de Cerqueira (1990, p.77), referindo-se a Mário Pessoa:

A segurança pública é o estado antidelitual, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pelas leis das contravenções. As ações que promovem a segurança pública são ações policiais repressivas ou preventivas típicas. As mais comuns são as que reprimem os crimes contra a vida e a propriedade, todavia, a segurança pública não prescinde daqueles delitos e contravenções. Assim, o próprio conceito de segurança pública não prescinde daqueles ilícitos, presentes ou prováveis como fatores antes de essência psicológica que material. A segurança pública ideal seria aquela em que os ilícitos houvessem desaparecido. Pelo visto a segurança pública é flutuante ou instável, resultando dos numerosos fatores que podem afetá-la.

Pode-se deduzir, tendo por base os conceitos de segurança pública, que esta possui o aspecto de ordem pública e que toda a matéria que diga respeito à segurança pública refere-se à ordem pública que, por ser mais abrangente, nem sempre diz respeito àquela, como estado antidelitual, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei de contravenções penais. Nesse sentido, a principal missão das polícias, conforme depreende-se o artigo 144, inciso V, da Constituição Federal, é o exercício da polícia ostensiva e a preservação da ordem pública para a incolumidade das pessoas e do patrimônio, bem como a investigação de crimes.

Considerando que a segurança pública é a busca pelo estado antidelitual, o governo federal instituiu o projeto de segurança pública para o Brasil, no qual definiu ações nesse campo, objetivando a diminuição das modalidades da violência que se manifestam sob a forma da criminalidade.

Sob o aspecto do turismo, o plano trata de mecanismos de enfrentamento às práticas de violência que venham a ameaçar a indústria do turismo no seu aspecto de emprego e renda, estipulando a implantação de medidas protetivas que, ao dizer do plano, “desarmem o cenário da tragédia anunciada”, que vão desde a iluminação de áreas problemáticas, até a implementação de políticas integradas que focalizem três domínios fundamentais para a vida social: a casa, a rua – ou comunidade ou bairro – e a escola.

Quando se trata das políticas integradas, segundo o plano, estas farão mediação entre as macro-políticas estruturais e as políticas públicas especializadas, sendo aquelas de intervenção atinentes à prevenção da violência, via interceptação das dinâmicas que as produzem, no aspecto da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A política integrada proposta trata da redução da violência doméstica contra mulheres e crianças vítimas, como também a redução do trabalho infantil e a proteção às vítimas de exploração e abuso da integridade física, moral e emocional de crianças e adolescentes.

O plano nacional trata sobre a criação do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, o qual tem por objeto a subordinação das polícias a uma linha de comando única em que se buscará uma integração administrativa e operacional das polícias, através da elaboração de conselhos consultivos de segurança pública, a unificação progressiva das academias e escolas de formação, a criação de órgão integrado de informação e inteligência policial.

No que tange às ações que são da alçada das guardas municipais, no que se refere à problemática que envolve crianças e adolescentes, o plano federal trata da formação em processo permanente e multidisciplinar, estipulando o envolvimento de universidades e Organizações não Governamentais – ONGs em temas que envolvam direitos humanos e em problemáticas que envolvam crianças e adolescentes.

No que tange às crianças e adolescentes, o plano federal elencou um capítulo sobre a violência contra as minorias, frisando a elaboração de programas, envolvendo-se a sociedade civil em sua execução, através da criação de centros de referências, que tem por objeto a colaboração, participação, divisão de responsabilidades, e abertura de instituições policiais ao diálogo e controle externo. Nesse sentido, o plano tratou da criação do centro de

referência da criança e do adolescente, que é o centro voltado à problemática dos jovens em conflito com a lei, assim como a proteção de crianças e de adolescentes.

No aspecto estadual, o plano de segurança pública do estado do Rio Grande do Norte foi criado no ano de 2002, sendo o documento que define ações básicas de segurança pública para todo o estado, através de elaboração de princípios norteadores no campo da segurança, definindo que as políticas públicas, programas e projetos que tratem da temática deveriam observar valores preconizados e consubstanciados pela moral, ética, dignidade e respeito aos direitos humanos, estabelecendo que os profissionais de segurança pública deveriam ser preparados para atuar nessa filosofia e desenvolver as suas ações com técnica, capacitação e inteligência, devendo implantar uma cultura de qualidade ao serviço, através da racionalização dos seus meios, modernização administrativa, da otimização dos custos e da efetiva utilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos disponíveis.

Neste estabeleceram-se através do plano de segurança pública seis princípios básicos: valorização profissional; integração das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública; parceria e articulação entre os governos estaduais, municipais e Federal; políticas que priorizem a prevenção; participação da Comunidade; e, a observância aos Direitos Humanos.

De fato, a inserção de princípios ao plano de segurança pública do estado do Rio Grande do Norte foi de extrema valia para o processo de segurança pública, devido não só à inexistência de um documento em nível de administração pública que tratasse do assunto, mas sim pelo caráter principiológico estatuído dentro do contexto de segurança pública em nível estadual.

Concernente à valorização profissional, o plano considera que o profissional que trabalha na promoção da defesa social é o protagonista das ações governamentais. Um dos princípios que norteiam o Plano Estadual é a valorização desse profissional, através da sua qualificação e requalificação; da normatização dos seus direitos e deveres, materializados por Estatutos e legislações específicas; da disponibilização de equipamentos de proteção individual, além da promoção da sua adequação salarial.

Todavia, apesar dessa evolução conceitual, não foi verificado que houve uma aplicabilidade na realidade social, ao passo que a valorização profissional dos profissionais de segurança pública continua mitigada, seja pela carência na formação continuada, ou pela falta de definição no que tange a legislação específica que trata sobre salários, através de seus estatutos e, principalmente pela carência de equipamentos de proteção individual aos

profissionais, aliada à falta de preparo profissional, responsáveis pelas mortes de policiais em serviço.

Quanto à integração das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública, o Plano Estadual se posiciona de acordo com as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública, considerando que propõe ações e metas que promovam a integração das instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública nas atividades preventivas, operacionais, administrativas, de treinamento e qualificação, de inteligência, na gestão integrada das ações policiais, dando especial destaque à integração das Academias de Polícia e Corregedorias, fato este que no Rio Grande do Norte, encontra-se em fase de implantação.

No que diz respeito à parceria e articulação entre os governos estaduais, municipal e Federal, o plano estadual aduz que o envolvimento de atuações solidárias por parte dos mais diversos segmentos públicos e privados é importante para a diminuição da criminalidade, sendo igualmente essencial a mútua colaboração e a implementação de redes articuladas, o que tornará possível o alcance dos resultados almejados.

Quanto às políticas que priorizem a prevenção, o plano preconiza que para combater a criminalidade será necessário, além das ações repressivas, alterar as condições imediatamente favorecedoras da ocorrência dos crimes que se pretende combater, com base em dados estatísticos.

Nesse sentido, o Plano Estadual pretende inserir em suas ações políticas de prevenção nas áreas mais críticas da realidade do Rio Grande do Norte, entre elas a atuação de grupos armados na região Oeste do Estado, a insegurança turística, a exploração sexual de crianças e adolescentes, o desarmamento, o narcótico e uso de drogas, além da violência contra mulheres e minorias.

Quanto à participação da comunidade, o plano pretende estabelecer ações que viabilizam o diálogo entre as instituições policiais e a sociedade, de modo que a comunidade possa participar com informações, sugestões, reclamações e reivindicações, através da implementação da polícia comunitária, que aproximará os serviços das corporações junto à comunidade, enfocando uma concepção de emprego operacional mais eficaz e moderno. Essa interatividade permitiria a identificação e a hierarquização dos problemas, refletindo numa melhor atuação das polícias.

E por fim o plano trata da observância aos direitos humanos, pretendendo promover a internalização do respeito aos direitos humanos no imaginário dos que compõem o Sistema de Segurança Pública, a partir da sua qualificação, requalificação, e da rigorosa exigência da observância às normas norteadas por esse princípio. Objetiva-se a inserção da

transversalidade de gênero, raça e orientação sexual nas políticas não estabelecidas especificamente para as mulheres e grupos minoritários. Além disso, almeja-se implementar políticas públicas específicas para os grupos mencionados, instituindo-se assim, mecanismos de combate à exclusão social.

É bem certo que as políticas de segurança pública no Brasil não se consubstanciam em uma estrutura adequada para a redução de criminalidade, principalmente para as ações em favor das vítimas de violência, embora exista o Plano Nacional de Segurança Pública como instrumento normatizador de ações na esfera de segurança. Em termos práticos, não se verifica que as polícias estejam estruturadas para as atuações reativas e proativas<sup>4</sup>. Essa desestruturação tem por causas questões de ordem institucional e cultural. Em termos de ordem institucional, as polícias tendem a ter estruturas fechadas e burocráticas no que se refere às atribuições, em especial a Polícia Militar que possui por preceitos básicos a hierarquia e a disciplina.

Não se questiona em termo de segurança pública que a hierarquia tende a dificultar o bom desempenho de atividades de policiamento, embora se afirme que os aspectos hierárquicos rígidos, em termos de ascensão funcional, constituem de fato obstáculo para que projetos novos de policiamento e interação com a sociedade tomem corpo no atual cenário de segurança pública.

A hierarquização dentro do molde policial militar tende a impedir que novas idéias, em termos de atuação policial, venham a tomar corpo no cenário da segurança pública, posto que os policiais militares estão normalmente, submetidos a uma estrutura bem mais rigorosa de hierarquia e disciplina, e os mecanismos institucionais de controle interno costumem ser empregados com maior frequência, pois há a prevalência de uma estrutura orientada por imperativos que desestimulam a iniciativa individual e a criatividade, submetendo-as, muito comumente, à inflexibilidade de uma ordem burocrática e alienada (ROLIM, 2006), em que os órgãos diretivos e controle são, na maioria das vezes, ocupados por oficiais de altas patentes que atuam de acordo com o entendimento próprio sem o envolvimento dos diversos segmentos da corporação militar.

Essa alusão é importante, posto que as ações desencadeadas em termos de segurança pública no cenário do turismo sexual infanto-juvenil carecem de aprofundamento,

---

<sup>4</sup> Ações reativas são as ações de policiamento que se traduzem no momento da atividade ilícita, onde existe o emprego da força do estado, no sentido de conter a atividade delitativa; enquanto a ação proativa é a desencadeada pelos mecanismos de segurança pública, com o objeto de diminuir as ações delitivas através de ações preventivas, sejam elas no policiamento ostensivo em áreas de incidência de criminalidade, ou, através de ações de conscientização com a comunidade, através de palestras e reuniões com conselhos comunitários.

sejam elas desencadeadas em níveis federal, estadual e/ou municipal. O plano de segurança pública trata de forma incipiente sobre a realidade da exploração sexual, não definindo condutas efetivas para o enfrentamento.

As ações de policiamento não conseguem deixar de se atrelar às visões deturpadas da discriminação que admitem tratamentos diferentes de acordo com a classe social e situação econômica, que de certa forma contribuíram e contribuem para o desencadeamento de violências urbanas que se contrapõem ao poder de polícia do Estado.

Esse processo de discriminação no âmbito do policiamento em áreas turísticas, em especial no trato com crianças e adolescentes que são exploradas, reveste-se na negação de direitos e da cidadania, visto que existe no cenário turístico uma estrutura de invisibilidade, em que o policial sabe da exploração, mas não exerce suas ações de maneira efetiva, por considerar muitas vezes que a figura do explorado não merece a devida atenção de sua parte, e quando ocorre um envolvimento em ocorrência, existe a tendência de considerar a pessoa do explorado como alguém desprovido de valores e direitos, conforme afirma Castel (2008, p.12), a seguir.

Por conseguinte, não podemos errar o alvo quando denunciemos as discriminações. Este problema não se coloca porque a igualdade de chances seria impossível, mas, ao contrário, porque ela é possível e fundada no direito. A discriminação é escandalosa porque ela se constitui numa negação de direito, os direitos inscritos na constituição e em princípio substanciais ao exercício da cidadania. Podemos denunciar o caráter “abstrato” ou “formal” destes direitos, mas com a condição de reconhecer, no entanto, sua existência e sua importância, pois sem ele nos encontraríamos em outro regime de governabilidade. A questão da discriminação se impõe a partir do momento em que cessamos de admitir que as diferenças legítimas possam ser fundadas num estatuto hereditário, como quando, por exemplo, um plebeu não podia assumir as funções de um nobre: ele não era discriminado, mas mantido em seu lugar, dentro de uma estrutura social onde cada um deve ‘ocupar seu lugar’.

É fato que a própria concepção das crianças e adolescentes explorados em relação à polícia não é estável, uma vez que existe o entendimento de que prevenir crimes se consubstancia na prisão de criminosos, fato que é visto dentro das instituições como uma das atribuições principais da polícia, ao passo que em termos reais as estruturas policiais não são devidamente preparadas para lidar com grupos sociais que não transgridem, mas são estigmatizados pela sociedade, seja pela atividade que exercem, ou pela situação de pobreza em que são submetidos.

No caso da formação do policial, dá-se ênfase ao modelo em que se busca o perfil policial para atuar contra criminosos, mas não necessariamente as habilidades exigidas para levar adiante as inúmeras outras atribuições policiais. O treinamento recebido por eles, baseado no mesmo estereótipo de policiamento, não ofereceu o ensinamento de como lidar com incidentes enfrentados comumente pela polícia. Muitos outros aspectos das operações e conduta policiais foram afetados por essa mesma concepção equivocada (GOLDSTEIN, 2003).

É bem certo que as políticas de segurança pública baseadas em concepções que não encaram a problemática como um fato de ordem social, tendem a definir ações com a denominação de combate, passando a encarar a realidade do turismo sexual de crianças e adolescentes como um confronto, sendo que neste confronto muitas vezes as vítimas passam por figuras de fomentadoras do mercado do sexo.

O desafio para uma política de segurança pública eficaz é o de enfrentar agenciamentos equivalentes a esses que tornam possível a ação criminosa, a fim de preveni-la tão amplamente quanto possível (ROLIM, 2006). O contexto do enfrentamento como política de segurança pública passa pela compreensão de que a segurança, como mecanismo de defesa social, deva se voltar para o real entendimento da realidade e que as ações policiais se consubstanciem em ações voltadas para a preservação dos direitos humanos.

## 2. AS DIMENSÕES DO CORPO INVISÍVEL NO CENÁRIO DO TURISMO SEXUAL

### 2.1. O corpo juvenil e seus aspectos simbólicos para o turismo sexual

A relação entre as questões corporais e as questões sociais comparece no cenário acadêmico, primeiramente, pela via da saúde e das conexões entre pobreza e doença no século XIX, em estudos voltados para a saúde física e mental no âmbito do processo de industrialização. Mas, isso não contribuiu para tornar o corpo um objeto de estudo a ser explorado pelas Ciências Sociais. Na verdade, o corpo não chegou a ser um tema de interesse da Sociologia clássica como o foram a religião e o conhecimento – objetos fundacionais que criaram tradição ao longo da história, tornando-se áreas consagradas.

No transcorrer da história, o corpo foi objeto de simbolizações, como pode ser verificado em estudos sobre rituais, estigmas e racismo. Contudo, verifica-se que vem sendo publicado no decorrer dos anos grande número de estudos sobre a temática do corpo, principalmente quando se trata dos seus usos sociais, tentando descrevê-lo como um dos produtos culturais de uma sociedade.

O corpo no contexto de uma evolução histórica deixou de ser um campo totalmente afeto às ciências naturais, passando a ser objeto de várias disciplinas como a História, a Filosofia, a Psicanálise e as Ciências sociais.

Há de se observar que o conceito de Breton (2007), acerca do corpo se constitui em um vetor pelo qual se evidencia a relação com o mundo, sendo importante para analisar que a relação é constituída através de atividades de percepção e expressões de sentimento, nas quais se insere a sociologia do corpo. Breton argumenta que o fenômeno de existência corporal está “incorporado” no nosso contexto social e cultural, ou seja, a linguagem corporal está inserida no canal pela qual as relações sociais são elaboradas e vivenciadas. Respalda-se isso pelo entendimento de Silva (2003) ao afirmar que o corpo é um modo de relação com o mundo, sendo que ambos se confundem nas práticas do cotidiano. Nesse sentido, considera-se a sociologia do corpo como

[...] um capítulo da sociologia especialmente dedicado à compreensão da corporeidade humana como fenômeno social e cultural, motivo simbólico, objeto de representações e imaginários. Sendo que as ações que tecem a trama da vida quotidiana, das mais fúteis ou das menos concretas até aquelas que ocorrem na cena pública, envolvem a mediação da corporeidade; fosse tão-somente pela atividade perceptiva que o homem desenvolve a cada instante e que lhe permite ver, ouvir,

saborear, sentir, tocar e, assim, colocar significações precisas no mundo que o cerca. (LE BRETON, 2007, p.07)

O corpo é a marca do indivíduo, realizando o seu caráter de distinção dos demais, quanto mais em crianças e adolescentes que possuem o critério diferenciador bem definido, que se conduz no momento em que se ampliam os laços sociais e a teia simbólica provedora de significações e valores. O corpo é o traço mais visível do ator. Segundo as palavras de Durkheim, o corpo é um fator de "individualização" (BRETON, 2007) que na própria relação em que se configuram o corpo e a sociedade, a dominação ultrapassa o aspecto ideológico e de consciência, passando a atuar diretamente sobre o corpo.

Nessa mesma análise, o corpo juvenil, que fisiologicamente se encontra em fase de crescimento e desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários<sup>5</sup>, tende a exercer em certas pessoas algum tipo de atração no que se refere aos desejos sexuais. Essa atração pelo corpo se reflete numa relação de dominação, em uma relação de poder e de subjugação, visto que de um lado aparece a figura do molestador/violador e de outro a criança e adolescente (ser em fase de formação), pelo que se torna patente que nessa relação os papéis ficam bem definidos.

Com efeito, a relação de atração e de desejo tem em seu âmago uma vinculação com a expressão do corpo infanto-juvenil e sua sexualidade, que estão ligadas ao conceito de *hexis* corporal, que se traduz na forma em que as crianças e os adolescentes demonstram a sua posição no espaço social, além de distingui-lo, tornando-o reconhecido por seus pares. A *hexis* deve ser compreendida de acordo com o entendimento Aristotélico baseado em sua doutrina sobre a virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta o sentimento humano, desejos e condutas em determinada situação. Nesse sentido, a figura da *hexis* corporal não pode ser dissociada do conceito de habitus.

O habitus é o princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistemas de classificação (*principium divisionis*) de tais práticas. Na relação entre duas capacidades que definem o habitus, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida (BOURDIEU, 2007).

A forma através da qual o adolescente interage com o mundo se traduz na expressão corporal, transformando-se em atos inconscientes que tendem a reafirmar o seu

---

<sup>5</sup> Entende-se por caracteres sexuais secundários o aparecimento, por via de regra, de pêlos axilares, pubianos e faciais; alteração no timbre de voz para meninos, desenvolvimento das mamas (pelarca) nas meninas; como também alterações físicas, tais como o ombro mais largo e o pélvis mais estreita nos meninos e ombros mais estreitos e pélvis mais larga com acúmulo de tecido adiposo nas meninas.

lugar no espaço social. Através do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os demais membros da comunidade (LE BRETON, 2007).

As dimensões do *habitus* (*ethos*, *eidos* e *hexis*), de acordo com Bourdieu (1983), não podem ser vistas como instâncias separadas. O *ethos* é a dimensão ética que designa um conjunto sistemático de princípios práticos, não necessariamente conscientes, podendo ser considerado como uma ética prática. Opõe-se à ética que é constituída por um sistema coerente de princípios explicativos. Por conseguinte, o *habitus* desperta nos agentes a necessidade de respeitar as normas e valores sociais, o que lhes possibilita uma convivência adequada às exigências da sociedade. O *eidos* é a dimensão que corresponde a um sistema de esquemas lógicos e cognitivos de classificação dos objetos do mundo social, portanto, leva o *habitus* a traduzir-se em estilos de vida, julgamentos morais e estéticos. A *hexis* é a dimensão que possibilita a internalização das conseqüências das práticas sociais e, também, a sua exteriorização corporal, através do modo de falar, gesticular, olhar e andar dos agentes sociais. Com tais dimensões, o *habitus* viabiliza-se como produto de uma situação concreta com a qual estabelece uma relação dialética, da qual se originam certas práticas sociais.

O conceito de *habitus* pode ter uma leitura com fundamento na psicologia, tendo por base os conceitos de comportamento e atitude, que para a psicologia o comportamento é o agir momentâneo; enquanto que a atitude seria a disposição que o homem tem diante da vida.

Nessa leitura verifica-se que o *habitus* está mais para o plano da atitude, como uma espécie de sistema que orienta a seguir por determinado caminho – atentando para o fato de que o *habitus* é sempre modificado por situações conjunturais. Essa mudança conjuntural, quando diz respeito ao corpo infanto-juvenil, impõe uma



análise de como se encontra a **Figura 8- fotografia de campanha publicitária - maio de 2008** exposição de sua sexualidade e como os meios de comunicação (in)diretamente induzem a uma coletividade a ter conceitos deturpados quanto à sexualidade de pessoas em fase de formação, muito mais quando se verifica que muitos materiais publicitários expõem a visão deturpada de sexualidade, objetivando aferir lucros de ordem pecuniária, travestida em buscar

muitas vezes uma sustentabilidade local baseada no turismo; ou simplesmente, uma singela campanha de marca de roupas, em que crianças e adolescentes são expostos dando condições ao imaginário de pessoas tendentes à exploração a praticá-lo. Fato este sugerido na presente campanha publicitária da empresa Marisol, indústria de vestuário, detentora do nome Lilica Ripilica, que em campanha publicitária se utilizou de uma criança do sexo feminino em uma posição erotizada, segurando em suas mãos um doce com chantilly e morango, com a frase “use e se lambuze”.

Dessa forma, observa-se que as palavras e contextos de fotografias que possuem uma carga de sexualidade envolvendo uma criança, parecem revelar um duplo sentido, através de ações em que a sociedade midiática se propõe a realizar uma sobreposição de informações de consumo envolvendo o corpo, como afirma Takahashi (2003, p.151):

[...] adotando procedimentos de sedução de massa e lançando apelos eróticos, onde o corpo estranho, o corpo externo e o corpo não-cotidiano fazem parte do elenco de personagens que habitam o universo imagético das pessoas, e com eles mantém silenciosa cumplicidade de conexões.

A ação midiática, como as mudanças conjunturais relacionadas ao corpo, trazem consigo a discussão sobre valores e normas, que em todas as culturas são idéias ou valores que definem o que realmente é considerado importante. Esses valores conduzem o ser humano a uma interação com o mundo social, a exemplo da repulsa social à exploração sexual de crianças e adolescentes – sendo um valor existente em várias sociedades. De acordo com Giddens (2007, p.38):

Normas são regras de comportamento que refletem ou incorporam os valores de uma cultura. Os valores e as normas trabalham em conjunto para moldar a forma como os membros de uma cultura se comportam dentro de seus limites. Existe uma imposição de valores inseridos na realidade social, que impõe a criação de valores que no universo infanto-juvenil tendem a induzir comportamentos e condutas quanto a sexualidade e as ações de exploração, onde a cultura de consumo ou a cultura de massa, frente à indústria cultural que impõe valores, padrões e estilos de comportamentos massificados, produzem nos sujeitos, grupos e classes sociais, desejos de inclusão social, a partir do consumo.

Essa realidade de imposição de valores se constitui em uma forma de dominação pela qual diariamente uma coletividade é exposta a valores que tendem a moldar as pessoas a determinados padrões sociais, que muitas vezes se tornam imperceptíveis a muitos, conforme a concepção de Bourdieu, (2002, p. 8) ao tratar da dominação, afirmando que:

[...] violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

A incorporação das relações de dominação atinentes à força da violência simbólica faz com que fatos relacionados com a dominação sejam considerados por muitos como algo natural, de forma a incorrer em certa naturalização que sob ótica mais apurada se trata de violência e dominação.

Esses aspectos focados na relação estabelecida entre dominadores e dominados refletem o grau de invisibilidade que esta violência apresenta na sociedade, em que as estruturas simbólicas, eivadas de valores, encontram suporte ideológico para justificar a existência das redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, atreladas por razões de natureza social, interpessoal e comportamental, introduzindo no universo social a concepção equivocada de atribuir ao adolescente a culpa pelo abuso e a exploração sexual cometidos contra ele, por se inferir que a noção de corpo com pleno desenvolvimento fisiológico e anatômico seja o parâmetro para definir o grau de percepção por parte do mundo infanto-juvenil no tange à sexualidade.

De fato, toda adolescente em situação de exploração se torna produto do corpo no olhar do explorador, que ao desejar um corpo em fase de formação, passa a analisá-lo somente pelo aspecto biológico que, de acordo com Marx (1984), não deve ser pensado somente neste aspecto, mas com uma forma moldada pela interação social, que o torna produto do corpo. Nesse sentido, a observação do corpo passa pelo aspecto biológico e pela análise social, como afirma Bourdieu (2002, p.18-20):

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres. [...] A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.

As diferenciações em termos biológicos se refletem na diferenciação de ordem social. Contudo, a análise do corpo infanto-juvenil passa pela questão fisiológica da maturação no campo da sexualidade e principalmente no campo psicológico, em que o aspecto da exploração do corpo passa a ser considerado como uma relação de dominação, de

modo que o explorador (dominador) encara a infância e adolescência como objeto de deleite sexual.

## **2.2. A exploração sexual de crianças e adolescentes – (in)visibilidades e descasos**

A violência é um fenômeno que vem adquirindo uma maior visibilidade pela sociedade, pelos poderes públicos e cientistas sociais, devido ao seu grande crescimento, tornando-se um dos principais problemas sociais nas principais cidades brasileiras, principalmente a partir da década de 1980.

O retrato atual da violência no Brasil pode ser resumido através do crescimento da delinqüência urbana, o espantoso aumento dos homicídios em torno do tráfico de drogas nas grandes cidades; a consolidação da criminalidade organizada, por meio de redes de tráfico internacional, tráfico de órgãos e seres humanos, máfias internacionais de contrabando e pirataria e aumento das violações de direitos humanos, comprometendo a ordem social e política e, no campo, a explosão de conflitos motivados pela estrutura agrária centralizadora e historicamente violenta (SOUZA, 2006).

A violência contra a criança e o adolescente é uma realidade no cenário social brasileiro, constatando-se que em termos quantitativos, através de dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica, entre 2003 e 2005, morreram cerca de 60 mil jovens do sexo masculino, a maior parte das mortes (78%) causada por fatores externos, majoritariamente associados a homicídios e acidentes de trânsito. Entre as mulheres, os óbitos causados por esses fatores representam 35% do total. A razão da violência possui um aspecto multifatorial, que envolve questões sociais, econômicas e culturais, que exercem influência na prática das violências.

É evidente que existem violências que atuam no aspecto omissivo e comissivo<sup>6</sup>, sendo a vulnerabilidade infanto-juvenil atacada de forma a produzir efeitos que se mantêm por um período de tempo, e em alguns casos se perpetuam, trazendo consigo conseqüências danosas de ordens física e psicológica. O aspecto comissivo se traduz nas práticas de violência com caracteres bem definidos, pessoas usando de poder, força ou até prestígio, para

---

<sup>6</sup> Quando se trata da violência os aspectos de sua elaboração se dão de maneira omissiva e comissiva, onde a primeira se perfaz na inércia do dever de agir, enquanto a segunda se traduz na ação deliberada em fazer algo, em produzir um efeito desejado (CAPEZ, 2005).

submeter outrem a um dano físico e/ou psicológico, seja ele em diversas modalidades, tais como o homicídio, a lesão corporal ou a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A violência, que tem suas causas atreladas ao aspecto omissivo, é caracterizada pela inércia daqueles que teriam a atribuição de agir no sentido de evitar a prática violenta, ao não tomar medidas cabíveis em suas esferas de atribuições.

O aspecto omissivo, referindo-se à atuação estatal, fica visível quando as práticas de violência possui cunho eminentemente social, em que parcela da população jovem não dispõe de condições básicas de educação, emprego e saúde, em que os recursos alocados para as áreas sociais são insuficientes, conforme Ammann & Ammann (2006 p. 39):

[...] as despesas do Poder Legislativo Federal, apresenta no orçamento da União no ano de 2006, um gasto autorizado de R\$ 5,4 bilhões para a manutenção dos 594 parlamentares, enquanto que para todo o programa de atenção básica em saúde do Ministério da Saúde, que deveria atender 147 milhões de brasileiros sem plano de saúde particular, o gasto autorizado no orçamento da União foi de R\$ 6,6 bilhões, caracterizando o fosso entre a classe política e o povo, também no campo financeiro.

A questão comissiva e omissiva das ações estatais possui o mesmo processo de ocultação da exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo que ambas são decorrentes de concepções historicamente constituídas. As imagens delas foram construídas no universo social, ocasionando um processo de exclusão que passa a ser compreendido como uma concepção que nega a história, negando a práxis, negando à vítima a possibilidade de construir o seu próprio destino e de sua vivência, pressupondo uma idéia de uma sociedade concluída, em que o acabamento não é facultado a todos, sendo que os que sofrem esta privação são denominados de excluídos (MARTINS, 1997).

Nesse processo de exclusão, evidenciam-se os segmentos político, social e econômico. No campo político a exclusão se constata na inexistência de ações para o real enfrentamento da problemática, tendo em vista que as ações, que na maioria das vezes acontecem, não redundam em aplicações efetivas nesse meio social, por exemplo, o chamado Código de Conduta contra a Exploração Sexual Infanto-juvenil, que não trouxe em termos reais eficácia na problemática, sendo somente um código ético sem poder coercitivo.

A exclusão política não se restringe à figura de participação nos processos eletivos no Brasil. Pelo fato de não poderem votar ou serem votados; a invisibilidade tem uma extensão correspondente à ausência da consideração dos impactos das decisões políticas sobre as diferentes gerações, especialmente a infantil, que para Sarmiento (2007, p.38):

Não votando nem sendo eleitas, as crianças são tematizadas fora do quadro do referencial de destinatários políticos, designem-se eles como "cidadãos", "contribuintes", "patrícios" ou mesmo "povo". E, no entanto, qualquer medida de política afeta diferenciadamente as várias gerações (Qvortrup, 1994). A invisibilidade é, no caso, homóloga da exclusão: as crianças são o grupo geracional mais afetado pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pelas carências das políticas públicas (e.g. Annan, 2001; Unicef, 2005). Não é, por isso, sem consequência, que a exclusão das crianças da ação política direta caminha a par do efeito simbólico da sua invisibilização política.

A inexistência de ações políticas no segmento da exploração sexual tende a excluir o grupo social de ações concretas que poderiam agir de forma a dar diretrizes para a construção da cidadania.

Quanto ao processo de exclusão econômica, verifica-se que o universo infanto-juvenil que vivencia esta realidade é diariamente influenciado por ações midiáticas que tendem a interferir nesse universo, no sentido de estimular o consumo, alicerçando a prática da prostituição como forma de aferir lucro e a manutenção de sua sobrevivência. As pressões de ordem econômica surtem nesse segmento social uma perspectiva de remuneração que em decorrência de falta de oportunidades no campo do trabalho estimulam essa forma de exploração.

Quanto ao aspecto de exclusão social, o turismo sexual infanto-juvenil tende a excluir o grupo dos demais, em virtude de existir na sociedade concepções judaico-cristãs quanto à prostituição que reprovam a conduta da criança e adolescente em situação de exploração sexual.

A exclusão de grupos é um processo contínuo, que se repete a cada momento, não sendo algo que inadvertidamente deixe de existir, considerando que o estigma da mulher prostituta, comparada com o perfil admitido para a mulher "correta", é totalmente diverso, sendo que, mesmo que a mulher deixe de se prostituir, caso a sociedade saiba, ela não deixará de ser estigmatizada.

O estigma passa a ser definido como a imagem de um indivíduo ou grupo social, tendo por base a aparência, vestuário, maneira de se portar, falar, gesticular, atuações profissionais, bem como através de uma relação de pertencimento a uma determinada classe ou gênero. O estigma prende um indivíduo ou grupo a um padrão de enquadramento socialmente consensuado (GOFFMAN, 2004).

A imagem social da criança e do adolescente no decorrer da história promoveu um processo de invisibilização da realidade social, provocando na atualidade uma naturalização das violências praticadas contra crianças e adolescentes pela definição de imagens sociais impostas no campo social, definindo muitas vezes a vítima de exploração sexual como aquela

que se prostitui porque quer, trazendo a definição de criança má, numa acepção contemporânea que para Sarmiento (2007, p.31):

Contemporaneamente, a criança má é vislumbrada nas imagens produzidas sobre as crianças das classes populares, em particular quando é mobilizada uma ideologia tremendista e securitária que refere as "famílias disfuncionais", evoca ações de vitimização perpetradas por crianças ou convoca os "perigos" da sociedade moderna para propor o reforço das intervenções paternalistas e mesmo a adoção de medidas de repressão infantil.

É bem certo que o processo de invisibilização atinge vários segmentos da vida social, como no setor público que na maioria das vezes, quanto à alocação de recursos públicos para a infância e juventude, destina valores que não são suficientes para a consecução das ações sociais.

Considerando que o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, o espaço social se encontra inserido ao mesmo tempo nas estruturas sociais, como também nas estruturas mentais, nas quais através de uma forma sutil a violência simbólica atua (BOURDIEU, 2003). Essa violência ocorre nos espaços sociais quando se encontra crianças e adolescentes em situação de risco com seus corpos semi-desnudos, à mostra de seus clientes, ocorrendo a vinculação espaço social, violência simbólica e corpo, gerando neste ponto o processo de invisibilização da exploração.

O processo de invisibilização exerce uma influência no cotidiano das pessoas, em que a própria realidade social do explorado não exerce mais um sentimento de repulsa, de inquietação quanto à exploração sexual. Esse aspecto de naturalização tende a fazer com que um fato aviltante torne-se comum e se consubstancie no corriqueiro, como, por exemplo, as adolescentes que se prostituem em áreas turísticas de uma localidade, onde pessoas desta sociedade convivem e não se contrapõem à situação. A naturalização como um processo está em franca expansão, considerando que o aparato estatal, que deveria prover os cidadãos de meios necessários para a sobrevivência, não realiza o seu mister.

A naturalização tende a trazer consigo a banalização, grupos sociais considerando que certas atitudes ilícitas são comuns no meio social, deixando de se contrapor a certa situação, como o caso do jogo do bicho, que em termos penais é uma contravenção, mas na cultura popular se trata de um mero jogo, banalizando-se o crime de sonegação fiscal e de envolvimento com atividades ilícitas, ficando claro que a banalização reprime comportamentos pela ação da atitude da maioria, passando a erigir normas de conduta e de valor (DEJOURS, 2007).

As concepções de banalização e naturalização são de mesma natureza, considerando que ambas possuem o mesmo critério de invisibilidade, ou seja, a geração de consenso que torna assuntos submetidos a elas como algo insignificante, sem que houvesse a devida atenção para a resolução de problemas, sendo uma ferramenta estratégica desarticuladora de qualquer outro discurso que não se compatibilize com a ideologia do politicamente correto (NOLASCO, 2001).

No aspecto do turismo sexual infanto-juvenil, a naturalização e a banalização se processam no ato de ver, mas de não enxergar. Esse ato retrata a naturalização em que as pessoas passam a ter na vida cotidiana condutas de não interagir com a realidade que as cerca, como meio de defesa, ou mesmo como forma de procurar fugir de uma interação, pelo fato de não crer que a realidade mude, por achar que a sua realidade não fora afetada.

O que é ser invisível no campo social? Ser invisível é não causar na sociedade questionamento, indignação ou até mesmo um olhar prospectivo. A infância e a juventude na situação de turismo sexual passam por este processo. Uma das formas de dar visibilidade à problemática será quando a sociedade de uma forma abrangente passar a analisar essa situação com um olhar questionador e que procure, junto ao Estado, meios para o enfrentamento efetivo dessa temática.

### **2.3. As dimensões do turismo sexual juvenil e seus paradoxos nas relações sócio-econômicas e afetivas**

A exploração sexual é considerada uma violação de direitos das adolescentes e se manifesta de forma complexa com inúmeras interfaces que, para melhor compreensão, deverá ser analisada em suas diferentes dimensões de forma articulada.

As dimensões que serão analisadas serão a dimensões legal, histórico-cultural, poder/gênero, de legitimização de grupos sociais, valores éticos e de políticas públicas.

A análise das dimensões da exploração deve passar pela visão criminal que se estabelece nesses fatos, a utilização de adolescentes no mercado do sexo tendendo a utilização para práticas delitivas, como o tráfico de entorpecentes. Essa forma criminosa é um problema de ordem mundial, sendo, deste modo, ilegal e clandestino e, nesse sentido, é um fenômeno ainda com pouca visibilidade e difícil de ser quantificado. No entanto, informações, depoimentos, denúncias, pesquisas e estudos permitem tanto uma descrição qualitativa e preliminar da dinâmica do problema, como um aprofundamento de sua compreensão para

desencadeamento de ações governamentais e não governamentais com vistas ao enfrentamento do fenômeno em nível nacional.

A violência não pode ser entendida como uma ação localizada, como ato puro do crime. Ela deve ser vista como um processo, ou conjunto de ações encadeadas em rede que se articula de forma temporária, mas crescente. Por isso, entendê-la a partir da idéia de ciclo/rede possibilita traçar o desmoronamento das redes de exploração sexual-comercial e negociar os conflitos, a partir da identificação dos focos e dos diferentes sujeitos e instituições (formais ou não) envolvidas. Isso mesmo considerando que a *política do silêncio* tem imperado muitas vezes, devido ao fato que qualquer denúncia pode ter como reprimenda a própria integridade física do denunciante, “e, como é sabido, as vítimas não falam, por medo, e os lucros dos exploradores são elevados. Efeito, o silêncio, e causa, os lucros, da violência que rege o ambiente do qual estamos falando” (LORENZI,1987, p.19).

Outro ponto referente à exploração sexual é a família que, segundo Bourdieu (1983), é antes de tudo uma descrição, mas que na verdade constrói a realidade social. Desse modo, a definição de família é um conjunto de indivíduos aparentemente ligados entre si — seja pela aliança (o casamento), seja pela filiação, seja mais excepcionalmente pela adoção (parentesco) — e vivendo sob o mesmo teto (coabitação).

Nesse ponto, sendo a família o primeiro grupo social, deve-se considerar sua inserção como elemento estruturante de uma política de enfrentamento às modalidades de exploração sexual, constituindo-se num desafio de máxima importância, muito mais quando se trata da estrutura basilar em que o indivíduo em fase de formação está inserido.

Porém, a realidade segue um sentido oposto, conforme pode ser verificado no caso de uma adolescente de dezesseis anos de idade, que se prostituía, no bairro de Ponta Negra<sup>7</sup>, mais precisamente na localidade denominada Vila de Ponta Negra, conforme transcrição de diário de campo<sup>8</sup>:

“A adolescente (M.A) teve o seu primeiro relacionamento sexual aos 12 (doze) anos de idade com o seu namorado (R.O), pelo que culminou com o nascimento de uma criança (A.C). O namorado, sabendo da gravidez, pediu a adolescente (M.A) que fizesse o aborto; contudo (M.A) não aceitou, e então foi abandonada, e permaneceu na casa de seus pais, onde passavam imensas dificuldades de

---

<sup>7</sup> Os discursos procedidos por adolescentes neste capítulo são oriundos de entrevistas formuladas, por este autor, durante a elaboração de pesquisa científica procedida no ano de 2004 durante o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, o qual tratou sobre a temática do turismo sexual infanto-juvenil no bairro de Ponta Negra.

<sup>8</sup> Diário de campo elaborado em 2004.

ordem financeira; foi quando, havendo a necessidade de sobrevivência, enveredou para a prostituição, na idade de 14 (quatorze) anos de idade, sem que houvesse o conhecimento da família. Devido à proximidade com o local de prostituição, a família tomou conhecimento de que (M.A) se prostituía, mas devido à situação financeira, concordou com a exploração sexual”.

Em relação ao caso, foram formadas quatro categorias consideradas as mais relevantes para a análise:

**A relação familiar** - No que se refere à relação familiar, no início da prostituição, quando a família fez a descoberta, houve certa repugnância por parte dos pais da adolescente (M.A). Contudo, devido à adolescente adquirir com a sua atividade dinheiro para a manutenção da família, essa crítica e contraposição foi de imediato minimizada, e hoje os familiares que se beneficiam com a prática e aceitam a prostituição como forma de sobrevivência.

**O lucro** - a prática de exploração sexual da adolescente (M.A) ocorre de terça-feira a domingo, chegando ao calçadão da praia de Ponta Negra às 14horas e permanecendo até as 4 horas da manhã, quando é conduzida por taxista, que é o seu condutor e agenciador. O preço do programa realizado com a adolescente (M.A) varia de R\$ 40,00 a R\$100,00. Ainda, conforme a adolescente, podendo variar de acordo com o cliente, pois se for brasileiro será um valor mais reduzido e se for estrangeiro será mais caro, como se depreende desta narrativa: “[...] *o programa sai mais barato se for os de casa, mas se for gringo, aí é beleza, dá pra pegar mais din-din, as vez rola até euro [...]*”.

Nessa situação, é fácil notar a existência de um mercado que visa à obtenção de lucro cada vez mais impositivo, dependendo da nacionalidade do cliente. Esta predileção por nacionalidades no mercado sexual das adolescentes demonstra a preferência das adolescentes por estrangeiros em detrimento dos turistas nacionais, conforme pode ser verificado na afirmação de Felizardo & Marinho (2007, p.149):

Os homens brasileiros ocupam o último nível de preferência. Portanto, torna-se imprescindível compreender as distinções que norteiam o cotidiano e o imaginário dessas adolescentes, os motivos que as levam a "assediar" com mais dedicação os turistas estrangeiros que chegam de diversos países da Europa, em detrimento dos homens nativos.

Nessa relação de turismo sexual, a figura do agenciador é a de delimitar juntamente com as adolescentes os pontos de turismo sexual, a coordenação e localização de clientela, além da segurança das pessoas que se prostituem.

**A atuação policial militar** - O relato da adolescente (M.A) quanto ao seu relacionamento com a Polícia Militar traduz o comportamento funcional e interpessoal daqueles responsáveis pela segurança pública, que se confirma na seguinte narrativa: “[...] *a Polícia chega às vezes gritando com a gente, e quando não grita, querem tirar cabimento com a gente, alguns querendo até um preço menor no programa [...]*”.

A expectativa da sociedade é de que o policial militar deva ter antes de tudo uma postura ética no trato com a sociedade, independentemente de quem quer seja. A partir desse momento, é que serão desdobradas condutas técnico-operacionais para a resolução de problemas referentes à segurança pública. Atitudes incômodas, que causam mal estar por parte da população, ocasionam o descrédito das instituições policiais militares.

O estudo da dimensão histórico-cultural passa pela análise do aspecto da realidade histórica da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, onde Freyre (2004) relata a vida sexual do escravo negro na vida familiar do brasileiro, onde aduz:

Às vezes negrinhas de 10, 12 anos já estavam na rua se oferecendo a marinheiros enormes, grangazás ruivos que desembarcavam dos veleiros ingleses e franceses, com uma fome doida de mulher. [...] Mas o grosso da prostituição, formaram-no as negras exploradas pelos brancos. Foram os corpos das negras - às vezes meninas de 10 anos - que constituíram, na arquitetura moral do patriarcalismo brasileiro, o bloco formidável que defendeu dos ataques e afoitezas dos don-juans a virtude das senhoras brancas. (FREIRE, 1992, p. 449-450).

O patriarcalismo como processo histórico de formação do Brasil, antecedeu em muito o processo de globalização vivenciado na atualidade, onde a violação de direitos que tinha a relação direta com o sexo/trabalho, através dos abusos sexuais cometidos e do processo de escravidão continua a existir através da relação de trabalho e exploração sexual, não sob a égide de um sistema escravocrata, mas de venda e troca de força de trabalho, que passa a envolver gênero, etnia, sexualidade e violência.

Além da obtenção de lucro, através da venda de trabalho, pode ser observada no discurso das adolescentes a ligação entre a prostituição e a autonomia financeira, ao considerar a prostituição como atividade laboral, e como forma de independência financeira.

*“Não acho ruim sair com os cara, às vezes tem uns bem gatinhos e que são bons de cama, dá pra beijar muito na boca; sabe como é, as vezes é até bom fuder, mas o problema é que eu vou ficar velha, eu quero fazer um pé-de-meia, é o meu trabalho, um dia quem sabe só vou me aposentar e viver bem (adolescente C, 14 anos).*

*“Olha, eu não vejo o que eu faço, como uma coisa ruim, eu faço só o meu trabalho, e com ele eu sustento o meu filho sem precisar de ninguém pra mim ajudar e depois ficar passando na minha cara que fez aquilo... aquilo e aquilo outro...”  
(adolescente D, 16 anos)*

O emprego do termo *pé de meia* remete a questionamentos sobre a natureza transitória da prostituição. Consideram as adolescentes que a prostituição é um trabalho, e que necessitam gerar dinheiro para no futuro usufruírem de uma aposentadoria, considerando que ficarão “velhas”. O termo “velha” representa que na prostituição as adolescentes sabem que os atributos físicos são fatores determinantes para que os ganhos se mantenham, e que tornar-se velha pode representar um fim ou uma diminuição das possibilidades de se prostituir.

O aspecto de sentir prazer com a relação sexual traz um paradoxo com relação ao turismo sexual das adolescentes na orla marítima de Natal. O ato de disposição do corpo, atrelada ao aspecto da existência de direitos no que se refere à sexualidade, traz consigo a questão relacionada à maturidade das adolescentes, existindo a maturidade psicológica e a maturidade cultural.

A maturidade cultural tem por substrato a ordem legal, alicerçada nas convenções sociais sobre a temática, passando a considerar a criança e o adolescente como pessoa de capacidade jurídica mitigada, não podendo agir na integralidade na esfera de direitos e obrigações, sendo para tanto, uma pessoa limitada em suas ações na ordem social. Enquanto que a maturidade biológica diz respeito aos caracteres sexuais atinentes à maturação do corpo.

Fica claro nos discursos das adolescentes a contraposição entre as maturidades culturais e biológicas. Apesar de terem um corpo com caracteres sexuais em estágio de desenvolvimento, apresentaram discursos que denotaram grau de entendimento sobre a atividade que exercem. Foram narradas vivências possuidoras de complexidade, que foram conduzidas com maturidade que só o tempo e a experiência poderiam fornecer.

Alguns autores questionam que as ações tomadas junto ao universo juvenil que atuam no turismo sexual tendem a infantilização das adolescentes, chegando a ser utilizado como um instrumento de poder, como forma de tolher a sua liberdade. Felizardo e Marinho (2007) afirmam que parece existir nos discursos institucionais, um fundamento moralista, que ao desconsiderar a adolescente como sujeito e sem autonomia, passa a rotulá-las como “presas fáceis” da exploração sexual.

Quanto à cultura do consumo esta tem o condão de produzir nos sujeitos, grupos e classes sociais, o desejo de inclusão social através do consumo, através da imposição de valores, padrões e estilos de comportamento, influenciando a adolescente que atua no

mercado do sexo turismo a imersão no universo de novas vivências que tendem a criar aspirações que não são baseadas na realidade, conforme Baitello Júnior (2003, p.66):

O ser humano jovem é chamado cada vez mais cedo ao acesso irrestrito dos padrões informacionais e comportamentais adultos. A criança e o adolescente são irrestrita e irrefletidamente vistos como "consumidores" e submetidos a um arsenal de imagens educacionais, informacionais, comportamentais, publicitárias e comerciais sem precedentes na história. Os mais recentes meios eletrônicos franquearam as adolescentes e crianças as portas de acesso a mundos de inimaginável complexidade e incalculável risco, a conteúdos de sedução incoseqüente, a relatos e documentos imagéticos sobre fatos ou práticas assustadoramente cruéis.

A partir desses depoimentos percebe-se a necessidade de consumo (roupas de marca etc.) e acesso a lugares de lazer e diversão aos quais normalmente não teriam acesso, em função de seu padrão socioeconômico, o que demonstra que a categoria de exclusão social se dá não apenas na relação de mercado, mas também nas relações de gênero, etnia, raça (aspectos culturais) e pobreza.

*“Eu tenho tudo o que quero, se gosto de uma calça eu compro, se gosto de uma blusinha, eu compro. O negócio é que com o meu trabalho, eu sou independente. Ganho muito dinheiro, e esse dinheiro é pra mim viver bem. Não preciso tá pedindo dinheiro pra ninguém (adolescente E, 16 anos)”*.

*“Não vejo nenhuma coisa de errada na minha profissão... pior é roubar, matar, cheirar. O que eu faço é honesto, com a... você sabe... posso comprar minhas coisas, minhas roupas, ficar bem bonita e ganhar uns dindins... porque cliente pobre... ninguém merece”. (Adolescente F, 15 anos).*

A dimensão poder/gênero relacionada ao turismo sexual, torna as comunidades receptoras como alvo de consumo sexual, sendo o corpo juvenil objeto de interesse, considerando que o perfil das adolescentes é centrado em raça e gênero, demonstrando a dimensão do biopoder atrelado ao turismo sexual.

O Biopoder passa a ser exercido através da “inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento de fenômenos de população ao processo econômico” (FOUCAULT, 1993, p. 132).

Nesse sentido, tratando-se de gênero e poder, Coulouris (2004, p.62), citando Scott afirma que:

O gênero não pode ser dissociado do poder. Para Scott, o gênero é um campo em que, e por meio do qual, o poder é articulado. E não só o gênero. O gênero é um termo proposto pelas feministas em articulação com os conceitos de classe e raça/etnia, já que as desigualdades de poder se estabeleceriam segundo estes três eixos.

Em termos de relações sociais, no aspecto histórico, se entrelaçam explicando as continuidades e descontinuidades na organização social (COULOURIS, 2004), em especial no que tange ao gênero e à sexualidade, em que a sociedade aprisiona a sexualidade feminina no casamento ou em modelos que justificam a vivência do sexo como a figura do amor, fato este que se contrapõe com os discursos das adolescentes que consideram a prostituição como atividade laborativa.

Os conceitos de sexualidade na divisão de gênero são opostos em virtude de que a figura feminina é condicionada a ligar o sexo ao amor, em que as relações se tornam mais fortes e efetivas com o sexo, e que diante desse fato a sociedade de uma forma geral recepciona bem esse entendimento. Ao contrário do universo masculino que encara a sexualidade com o fim fisiológico, ao equiparar a obtenção de prazer com o orgasmo, fazendo a disjunção do prazer e afetividade, conforme Bourdieu (2007, p.29):

[...] ato sexual em si é concebido pelos homens como uma forma de dominação, de apropriação, de "posse". Daí a distância entre as expectativas prováveis dos homens e das mulheres em matéria de sexualidade – e os mal-entendidos que deles resultam, ligados a más interpretações de "sinais", às vezes deliberadamente ambíguos ou enganadores. A diferença das mulheres, que estão socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e fortemente carregada de afetividade, que não inclui necessariamente a penetração, mas que pode incluir um amplo leque de atividades (falar, tocar, acariciar, abraçar etc.), os rapazes tendem a "compartimentar" a sexualidade, concebida como um ato agressivo, e sobretudo, físico de conquista orientada para a penetração e o orgasmo.

Na dimensão psicossocial, a violência se traduz pelo comportamento mediado pelos vínculos e identidade desse grupo social. As adolescentes são fragilizadas pelo fato de seu grupo não ter prestígio e não ser legitimado. Em se tratando da prostituição de adolescentes, existe um senso de pertencimento de grupo social, caracterizando uma identidade de grupo, mesmo considerando que não existe um caráter permanente, conforme Bauman (2005, p.17):

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”.

A resposta da sociedade a esses grupos se dá pela estigmatização e exclusão. A estigmatização é uma incongruência com o estereótipo que o indivíduo cria e tem como base, servindo não apenas para definir pessoas, mas principalmente para diferenciá-las, através de seus atributos indesejáveis. A estigmatização possui uma relação com a identidade e o

pertencimento, em que o estigmatizado terá a sua identidade social moldada não por si próprio, mas por uma coletividade que passará a analisá-lo e a estipular uma identidade social virtual, apesar de cada um possuir uma identidade social real, ou seja, aquela que a pessoa pode provar possuir (GOFFMAN, 2004). O estado de estigmatização de um grupo social o leva a crer que ele é exatamente como está sendo rotulado, gerando um *apartheid* sócio/urbano em que se constroem e são constituídas lógicas distintas em territórios diversificados e a relação de poder se manifesta numa clara relação de conflito, seja entre policiais, agenciadores, colegas e outros.

*“[...] os policiais aqui de Ponta Negra nos trata muito mal, às vezes chegam batendo, fica todos achando que a gente tá fumando maconha, ficam cheirando os dedo da gente, e as vezes pegam os dinheiro que a gente ganha [...]” (adolescente G1, 13 anos)*

*“[...] os policiais aqui só querem saber de tirar a gente daqui, às vezes batem na gente, e alguns querem um abatimento no programa quando, terminam o plantão [...]” (Adolescente H1, 17 anos)”*

No que tange à dimensão dos valores éticos esta se encontra ligada ao processo cultural de mercantilização de relações sociais, posto que em quase todas as sociedades existe a lógica do mercado e a valorização do consumo. O corpo infanto-juvenil, nesse contexto é mais um produto colocado no mercado globalizado do sexo, onde os universos mercadológicos e publicitários moldam a imagem da mulher jovem direcionada ao turismo sexual.

O mercado do sexo é um dos muitos mercados em que as vidas dos indivíduos são colocadas em foco, em que o preço do programa segue a tendência de mercado, no qual o corpo adolescente é dimensionado e valorado, de acordo com seus atributos mercadológicos. Esta relação que se perfaz entre as adolescentes e os possíveis consumidores do mercado sexual é uma realidade que possui formas definidas de acordo com as perspectivas de mercado, independentemente que seja negociado um bem material, ou até mesmo o sexo, que para Bauman (2007, p.18) possui as seguintes regras que valem para todos os mercados:

Primeira: o destino final de toda mercadoria colocada à venda é ser consumida por compradores. Segunda: os compradores desejam obter mercadorias para ser consumida, e apenas se, consumi-las for algo que prometa satisfazer seus desejos. Terceira: o preço que o potencial consumidor em busca de satisfação está preparado para pagar pelas mercadorias em oferta dependerá da credibilidade dessa promessa e da intensidade de seus desejos.

Na visão de Bauman as adolescentes estariam reduzidas a mercadorias, no entanto, sabe-se que a prostituição se trata de prestação de serviço.

A imagem relativa ao mercado sexual é fator determinante na sociedade de consumo sexual, que é costumeiramente produzida seguindo duas vertentes: a primeira é a erotização explícita como maneira de buscar novas clientelas; e a segunda é a forma implícita da erotização, tendo por base a ingenuidade e a pureza das adolescentes. Quanto ao segundo ponto é fácil visualizar sítios na internet, sites que possuam imagens de pessoas com atributos sexuais relativos à adolescência, ou seja, caracteres sexuais secundários de adolescentes, com performances que fazem transparecer essas características. A erotização no contexto do avanço tecnológico, passa a figurar em outros ambientes, muitas vezes sob a égide da falta de fiscalização, como sites de pornografia envolvendo crianças e adolescentes.



Figura 11 - site de sexo norte-americano especializado em mulheres brasileiras

É inquestionável que existe um processo de sofisticação no que se refere à produção de imagens erotizadas de adolescentes, através de peças publicitárias, distribuídas no meio turístico e nas redes de diversão, conforme depreende Marinho e Felizardo (2007, p.152):

As campanhas publicitárias de cunho turístico difundidas pela mídia em todo o mundo, nas quais eram enfatizados os atrativos e belezas naturais dos países tropicais, com a finalidade de atrair cada vez mais turistas estrangeiros para conhecer essas nações, contribuíram sobremaneira para a difusão e construção da imagem paradisíaca desses países no imaginário internacional, revelando a sensualidade e exotismo de seus habitantes, principalmente das mulheres.

Nesse sentido, considerando que a imagem da criança e adolescente possui uma valoração ética, deve-se, então, desconstruir a imagem sexualizada e erotizada veiculada pela mídia, que de forma (in)direta fortalece a idéia da sexualidade e sensualidade infanto-juvenil para fins de turismo sexual.

Quanto às questões relativas à ética na sociedade capitalista, tendo por base a natureza do turismo sexual infanto-juvenil, emerge a necessidade de compreensão de como a sociedade atual interage com a relação capital e trabalho, no campo de sua própria subjetividade.

Nas relações capitalistas o mercado do sexo, se perfaz no valor de uso e de troca, passando a ser um bem mercantilizado sendo respaldado por aqueles que se utilizam do mercado do sexo.

Nesse sentido, cabe salientar os estudos sobre o processo da globalização da sociedade capitalista, definida por Giddens (1991) como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que apontam o surgimento da globalização de mercados do crime: o mercado de drogas, sexo, tráfico de crianças e mulheres, remédios e de armas, dentre outros, fundamentados na lógica de lucro, poder e exploração do capitalismo contemporâneo, ferindo os princípios soberanos da ética dos direitos humanos.

Neste contexto de globalização, verifica-se o surgimento de modalidades de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, sendo o mais recente a narco-prostituição infanto-juvenil, na qual pessoas em fase de formação são usadas pelo tráfico, para serem traficantes de substâncias entorpecentes, atrelados com a venda de sexo, para consumidores de tais substâncias (CRUZ, 2004).

*“As coisa funciona assim... o meu amigo me liga e diz que tem um cliente pra mim fazer um programa, e aí o taxista chega e me pega, e me dá o negócio pra o cliente, então ele me deixa no motel, e eu entrego a encomenda, e faço o meu programa... a vantagem é que o dinheiro é mais, e eu não volto com o cliente, volto com o taxista” (adolescente G, 17 anos).*

Partindo-se de uma análise da dimensão legal, verifica-se que esta se constitui em um instrumento fundamental para estabelecer estratégias de repressão e responsabilização dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes, mesmo considerando que a análise da problemática no aspecto jurídico se reveste de um tecnicismo exacerbado, que muitas vezes torna o sistema legal alheio à realidade social. Contudo, existem decisões jurídicas que tendem a romper unidade metodológica jurídica, passando a encarar os problemas que envolvem a infância e juventude, como também de caráter sociológico, pedagógico, psicológico e psiquiátrico (MARTINS, 2005).

Muito se questiona sobre a eficácia do sistema jurídico vigente. Os questionamentos tratam de sua eficiência e eficácia quanto à resolução de problemas referentes às crianças e adolescentes. Todavia, a problemática infanto-juvenil se traduz no imaginário da sociedade, que valoriza a responsabilização do agressor ou violador dos direitos das crianças e dos adolescentes, frente ao crime que cometeram. No entanto, as instituições jurídicas, que apesar de sofrerem inúmeras acusações de inércia ao fato social, tendem, de acordo com as limitações estruturais, dar garantias aos jurisdicionados, considerando que a

legislação que trata da incidência de tipos penais novos contra a criança e adolescente, muitas vezes, encontra-se no legislativo aguardando deliberações. Sabe-se que um judiciário que não possua uma legislação eficiente em decorrência de uma estrutura ineficaz, com certeza chegará a cometer algo de maior gravame em sistema jurídico moderno – a impunidade.

Quando se trata das ações estatais frente a essa problemática, tem-se verificado que as ações efetivas de enfrentamento são muitas vezes investidas de uma intenção midiática, e que de fato não trazem consigo propostas de soluções que na concepção de Lorenzi (1987, p.09):

O Estado, contudo, além de revelar-se incapaz de cumprir a função mínima que lhe é reservada no compromisso de classe, demonstra ainda a sua inapetência para identificar e solucionar outras questões igualmente importantes e fundamentais - e que, fora de uma ótica exclusivamente economicista e distributiva, se enquadrariam, óbvia e naturalmente, entre os padrões mínimos de vida.

Em termos legais o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA é um instrumento jurídico destinado a prover à criança e ao adolescente direitos e garantias dentro de uma ordem social, para tanto tem por princípio basilar a Doutrina da Proteção Integral, que além de ter previsão constitucional no artigo 227 da Constituição Federal, é aquela que diz respeito à proteção dos direitos civis e políticos, como a proteção de direitos sociais básicos, dimensões essenciais para que se possa falar em cidadania plena.

Consagrada a Doutrina da Proteção Integral, passou-se a vislumbrar que, tendo em vista as novas disposições da lei maior do país, fosse dada prioridade absoluta para a criança e para o adolescente com a primazia ou preferência de suas causas em qualquer política social pública, atribuindo o dever de proteção de todos os seus direitos não somente ao Estado, mas também à família e à sociedade civil, que para Martins (2005, p.35):

Baseado nos princípios da cidadania, do bem comum e da condição peculiar de desenvolvimento, o "ECA" positivou inúmeras medidas inovadoras baseadas na Política de Proteção Integral à criança e ao adolescente. No âmbito das instituições, houve a gradativa extinção dos internatos. Elevados à condição de sujeitos de direitos, criança e adolescente receberam inúmeros novos direitos bem como deveres - que passaram a garantir-lhes um tratamento diferenciado daquele dado até então.

Não se pode questionar que o ECA constitui um avanço no sistema de proteção aos direitos de crianças e adolescentes, contudo existe uma crítica efetiva quanto a sua aplicabilidade, mormente quando se trata de sua proposta educativa. O Estatuto foi criado, como dito anteriormente, para efetivação de direitos e garantias fundamentais do segmento infância e juventude, contudo a legislação tende a enunciação de normalizações que, no

posicionamento de Saliba (2006), são mecanismos utilizados para imposição de condutas, visando prevenir fatos novos, através da regulação para que indivíduos se adaptem à ordem do poder, não apenas na abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais.

A *normalização* se contrapõe ao aspecto *lei* que através da repressão, busca principalmente negar, desqualificar, obstruir a via de acesso do indesejável. Saliba (2006, p.45) afirma.

Tendo como referência a norma, esse poder anônimo e funcional individualiza cada vez mais aquele sobre o qual se exerce, como a criança, o homossexual, a prostituta e o delinqüente. Para esse fim, as ciências humanas ganham espaço, especialmente com a medicina e a psicologia, de onde proliferam várias categorias de trabalhadores técnico-assistenciais, entre elas a própria assistência social, que possui importância singular nessa estratégia de controle.

O processo de normalização se expressa na estratégia judicial e educativa executada pelo pedagogo, que tendo por escudo a suposta imparcialidade da lei e da ciência, e protegido pela isenção política de suas práticas, acredita na *recuperação* do infrator, quando o avalia e o define como recuperado. Saliba (2006, p. 130) conclui:

O sujeito normal “recuperado” pelo trabalho judicial ao longo do período de acompanhamento, deve possuir as seguintes características: autocontrole excessivo, que se expressa na submissão e docilidade diante das adversidades da sua vida miserável; subserviência ante os superiores e a ordem estabelecida; desconforto perante os comportamentos discordantes de seu meio.

Ao tratar da dimensão das políticas públicas tendo por objeto o fenômeno do turismo sexual de adolescentes, esta é refletida por dificuldades quanto à limitação de recursos para a efetivação de políticas públicas, considerando que o direcionamento das ações políticas são direcionadas para interesses que, às vezes não possuem legitimidade. As políticas públicas são ações que devem ser desencadeadas, tanto no aspecto do governo como na sociedade civil, para a promoção e prevenção de direitos. Contudo, ao se tratar da operacionalização de políticas públicas atinente ao turismo sexual, estas ações tendem a fomentar a infantilização e a vitimização deste segmento social.

As ações de políticas públicas têm como desdobramento a política social, que deixa de ter o cunho assistencialista, criadora de pessoas “coitadinhas”, “dependentes” e “agradecidas”, para a figura de pessoas que possuam uma visão crítica de sua realidade, e que possam a partir deste posicionamento exercer plenamente a sua cidadania, na esfera de direitos e deveres sociais.

Nesse sentido, as ações de enfrentamento têm como protagonistas as ONGs, que se mobilizaram, historicamente, para a inclusão da temática na agenda do governo, na qual tais organizações assumiram o papel de não só fazer oposição ao Estado, mas de elaborar políticas públicas, ampliando a esfera pública para além da esfera estatal (SOARES DO BEM, 2006). Isso aconteceu em função de uma articulação nacional, ampliada por setores da sociedade civil e pelos parlamentares, visando o fortalecimento de uma gestão pública/privada voltada para o enfrentamento da problemática, que para Sposito (2003, p.68):

Constata-se que debates e programas desenvolvidos por ONGs foram importantes como fomentadores de novas idéias para a ação do poder público. Tudo leva a crer que, antes de serem incorporados pela esfera governamental, os programas e eventuais políticas destinados aos jovens já vinham sendo experimentados pela sociedade civil por meio das ONGs e fundações empresariais, recoberto de extrema diversidade quanto às orientações.

Na temática do turismo sexual de adolescentes, as ONGs, muitas vezes, diagnosticam o problema, e em conjunto com a sociedade civil buscam soluções. O papel das ONGs que atuam nesta realidade é a busca da efetivação de direitos para este segmento que não podem exercê-lo.

A questão de fundo é que o processo de incorporação das necessidades sociais e culturais ainda é responsabilidade das instituições através de programas e projetos isolados, não se constituindo em políticas públicas, recursos financeiros, capacitação, controle e desempenho, sendo considerados no planejamento das políticas sociais dos Estados e municípios.

A dimensão de políticas públicas para o enfrentamento do turismo sexual infanto-juvenil representa a ação governamental que tem por objeto a superação de problemas estruturais no que se refere ao explorado, seja na defesa de direitos básicos, como também, na democratização de espaços societários.

A re-análise do fenômeno remete à realidade das políticas públicas que possuem uma centralidade, na maioria das vezes, em nível de Estado, não sendo, neste sentido, descentralizado, ou seja, o poder local/municipal que teoricamente seria detentor da real condição de avaliação e desenvolvimento de uma política pública mais efetiva é colocado em segundo plano, ao se considerar os recursos em programas em nível federal e estadual.

Nessa direção, em algumas regiões brasileiras, em especial nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, as ONGs e setores governamentais têm desenvolvido como estratégia, organizar-se em redes para uma articulação local, no sentido de inserir o fenômeno com a especificidade que lhe é inerente, no sistema de atendimento das políticas públicas.

De fato o grande desafio existente é a geração de políticas públicas para a efetivação de direitos sociais, considerando que o próprio sistema capitalista funciona como uma correnteza em sentido contrário, exercendo impacto nas desigualdades sociais, que tem como uma das causas a concentração e a má distribuição de renda. O que se verifica é que no Brasil há um intenso controle do Estado sobre a sociedade, através do aparato estatal, em contraponto à necessidade de um processo claro de distribuição de produtos sociais advindos de políticas públicas efetivas, que deveriam ficar sob a fiscalização da sociedade de forma mais abrangente.

Nessa perspectiva, em se tratando do turismo sexual juvenil, a cidadania é um conceito importante na construção da garantia de direitos, enquanto instrumento de ampliação da participação da sociedade e de instrumento de devolução da condição de sujeito, ao legitimar a fala dos violados através do fortalecimento de sua participação na sociedade organizada.

### **3. PAPÉIS E POSTURAS POLICIAIS FRENTE AO MERCADO SEXUAL DE ADOLESCENTES**

#### **3.1. O Papel Policial Militar no trato com adolescentes.**

A definição de papéis sociais dentro das instituições é um fator que traz consigo tradições e contradições, principalmente no âmbito policial militar que tem a sua tradição focada nas ações de interesse do Estado, em detrimento das práticas de atendimento ao cidadão.

A estrutura policial brasileira em nível estadual é dividida em duas polícias, que exercem atividades específicas. A Polícia Civil exerce as atividades de Polícia Judiciária, sendo responsável pela elaboração de inquéritos policiais e investigações policiais, visando subsidiar o Ministério Público no oferecimento das ações penais e a a Polícia Militar, também denominada de polícia administrativa, exerce o policiamento ostensivo, que tem por objetivo evitar a prática delitiva através do policiamento fardado, e em caso de acometimento, age de forma repressiva, através do uso da força.

Tratando sobre a divisão das atribuições policiais, Melo (2000, p. 25) afirma que “no Brasil, o aparato de polícia constituído por uma polícia militar de caráter ostensivo e uma polícia civil de caráter judiciário/investigativo devendo operar no contexto do sistema de Segurança Pública, de forma harmônica [...]”. Esta harmonia deve ser o norte das ações policiais, posto que no cenário atual da segurança pública existe, em termos legais, o direcionamento para a existência de ações conjuntas entre essas duas forças policiais, conforme estatuído pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pelo Ministério da Justiça, conforme o Plano Nacional de Segurança Pública.

Esta definição de atribuições, muitas vezes é confundida com a definição de papéis sociais, em virtude das instituições agirem somente de acordo com as atribuições legais, esquecendo-se do valor social de seus misteres; em específico a Polícia Militar do Rio Grande do Norte – PMRN, que possui valores<sup>9</sup> próprios acumulados em mais de 172 anos de existência, valores estes excessivamente militarizados para o trato com uma

---

<sup>9</sup> Os valores policiais militares são baseados nos valores institucionais como a hierarquia a disciplina, que são os pilares da estrutura militar. A disciplina vista como a capacidade de fiel e efetivo cumprimento as ordens dadas pelos superiores hierárquicos, considerando que ao final de cursos policiais militares de formação é procedido o juramento onde o novo policial jura defender e dar cumprimento as ordens das autoridades constituídas e defender a sociedade mesmo como o sacrifício da própria vida. Quanto à hierarquia a estrutura militarizada possui a divisão de autoridades em nível de gestão bem definidas, possibilitando a divisão escalonada de atribuições.

população civil, cada vez mais carente de direitos.

Quando se trata da militarização da atividade de policiamento existe uma crítica na questão da consecução de atividades de policiamento, face à exigência de abertura quanto a posições definidas no ordenamento institucional das polícias, considerando que há uma maior valoração da manutenção de uma estrutura funcional formalista, em detrimento de posturas policiais no trato com a sociedade e suas diversidades de problemas, sendo necessário o incremento de táticas operacionais, conforme Moore (2003, p. 124):

O que realmente determina como os departamentos de polícia funcionam, não é a estrutura organizacional formal ou a cadeia de comando, mas as táticas operacionais mais importantes ou programas em que a polícia confia (Wilson, 1989). Essencialmente, há três táticas desse tipo: o patrulhamento (tanto aleatório como direcionado), a resposta rápida para pedidos de serviço e a investigação retrospectiva de crimes.

Dentro das unidades policiais, a definição de papéis institucionais é clara, visto que a figura hierárquica é bem definida, porém a respeito da definição de papéis sociais não se pode dizer o mesmo, em virtude de que no período de formação policial ainda se enfatizava o aspecto militarista, em detrimento de ensinamentos voltados para o atendimento ao cidadão, mesmo considerando que existem esforços por parte do Ministério da Justiça na criação da matriz curricular para profissionais de segurança pública.

Entretanto, a realidade da formação é diversa do estatuído, considerando que o processo educacional como construção é definido no ensino, mas acima de tudo, através das idéias repassadas fora da sala de aula, mais especificamente no seio das instituições de ensino policiais militares, que através de ações e condutas introjetam<sup>10</sup>, no formando policial, ensinamentos que exercem influência no trato com a população.

O próprio conceito de mal é inserido diariamente nas concepções do policial em formação, desde uma simples música cantada por policiais que correm em grupo, ou até mesmo histórias policiais contadas por policiais mais experientes, que exercem uma influência, como se pode verificar na seqüência de uma música entoada pelo Curso de Formação de Soldados no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMRN:

---

<sup>10</sup> Introjetar - Mecanismo psicológico pelo qual um indivíduo, inconscientemente, se apossa de um fato, ou de uma característica alheia, tornando-o(s) parte de si mesmo, ou volta contra si mesmo a hostilidade sentida por outrem.

[...] comandos, comandos, como foi o combate.  
 Eu venho da montanha da selva e da mata.  
 Onde a faca é o sigilo e a caveira é a missão.  
 Eu tenho em minha mente o poder destruição.  
 Matando os bandidos sem nenhuma compaixão [...]

[...] Interrogatório, é muito fácil de fazer  
 agente pega o marginal, e dá porrada até dizer [...]

A música como forma de expressão, exerce influência na formação policial, em que o policial em formação ou recém-formado, achando-se no direito, e muitas vezes influenciado pelo conceito deturpado de “bom policial”, agride, espanca e tortura, ferindo a dignidade humana que deve ser defendida a todo custo por todos que fazem parte do aparelho de segurança pública do Estado, não se admitindo comportamentos que de qualquer forma, venham a feri-la. O aspecto de dignidade é entendido como a proteção à incolumidade física da pessoa, mas principalmente à incolumidade moral, à decência e ao respeito.

Além da formação profissional dentro das instituições policiais militares, outro elemento que exerce influência é a valoração que cada policial tem a respeito de determinados grupos sociais que atuam de forma abrangente na realização das atribuições de segurança pública, como o caso da situação infanto-juvenil em suas diversas modalidades, em que concepções anteriores tendem a excluir a figura do infrator nos atos de exploração sexual da culpabilidade, muitas vezes chegando a inverter a culpabilidade, em função do policial militar considerar que a adolescente tem o total discernimento dos seus atos, e pratica-o porque deseja, culminando com omissões no que se refere ao dever funcional.

O não atuar, dentro de uma visão prospectiva, define-se em dois pontos específicos: o interesse de agir que passa não somente da ordem individual de cada policial, mas sim, pela carência de diretivas para o enfrentamento, que apesar das operações desempenhadas, não se constituem em uma atividade perene dentro das Polícias Militares, fato este comprovado por matérias jornalísticas que trazem as operações policiais motivadas por órgãos diversos, mas nunca por interesse de ordem policial.

O segundo ponto diz respeito à falta de preparo técnico para o trato com adolescentes que são submetidas à exploração sexual no turismo sexual, considerando que a PMRN não possui cursos policiais que tratem dessa temática, fato este que induz que o policial militar muitas vezes deixe de considerar a adolescente pessoa detentora de

direitos humanos, passando a ter uma postura eivada de estigma, ao invés de buscar uma postura protetiva.

A definição de papéis policiais com adolescentes dentro das instituições de segurança pública é de grande valor para um novo dimensionamento da realidade infanto-juvenil. Em termos de Polícia Militar a reformulação de posturas policiais, culminando com um novo modelo de ensino, seria produtora para um melhor enfrentamento às violências praticadas contra adolescentes (ROLIM, 2004).

A análise de ações de policiamento voltado para esta realidade tem como substrato o policiamento voltado para a solução de problemas e o policiamento comunitário, em que o primeiro dirige maior atenção da polícia para os problemas que estão por trás dos incidentes, do que para os incidentes em si e o segundo enfatiza o estabelecimento de parcerias de trabalho entre a polícia e as comunidades para reduzir o crime e aumentar a segurança (MOORE, 2003). Essas formas de policiamento atuam em contraposição ao policiamento centralizado que não foca o interesse real da sociedade.

Cabe salientar que o policiamento voltado para a solução de problemas começa agrupando os incidentes policiais e considerando os problemas e depois os distribui conforme suas características de solução. Assim, tais problemas são passíveis de uma estratégia de pesquisa, sendo tal tipo de policiamento altamente dependente de estatísticas (Reiss Jr., 2003), conforme depreende Moore (2003, p.137).

Fundamental para a idéia do policiamento para solução de problemas, por exemplo, é a atividade de pensamento e análise necessários para entender o problema que está por trás dos incidentes para os quais a polícia é convocada (Goldstein, 1979; Eck e Spelman, 1987; Sparrow, Moore e Kennedy, 1990). Isto não é o mesmo que procurar as origens do problema do crime em geral. É muito mais superficial, uma abordagem mais situacional. Essa abordagem leva a sério a noção de que situações podem dar origem ao crime e que esse pode ser evitado pela mudança nas situações que parecem estar originando os chamados de serviço (Clarke, 1983). O desafio da estratégia do policiamento para solução de problemas é imaginar e criar uma resposta efetiva e aplicável para resolver os problemas que não estão aparentes.

O papel do policiamento na ótica dos direitos da criança e adolescente tem como aspecto básico tê-los como pessoas em situação peculiar, detentoras de direitos e garantias que o Estado tem por obrigação legal prover, o policiamento devendo ser dimensionado de acordo com a realidade social e seus atores, não sendo visto como um dimensionamento territorial baseado em conhecimentos militares, que não exercem efetividade no âmbito social.

Na modalidade de policiamento para solução de problemas, a juventude passa a ser analisada como um todo, ou seja, passa a ser vista de acordo com a sua realidade social e a

sua condição especial de pessoa em fase de formação, para que se possa a partir deste momento dar os encaminhamentos necessários.

No aspecto do turismo sexual juvenil o policiamento para a solução de problemas tem por foco a subjetivação dos fatores que levam o adolescente à prostituição, e nas ações protetivas a serem desencadeadas.

A subjetivação de valores que levam a adolescente ao turismo sexual deveria ser internalizada pelo policial, para criar uma postura crítica, sem que assuma no momento da intervenção uma postura estigmatizante quanto à prática. Esta postura tem por objetivo criar uma forma mais efetiva de aproximação dos policiais com este segmento social.

A filosofia do policiamento para a solução de problemas analisa que no turismo sexual a motivação para o seu exercício é ampla, sendo que muitas vezes pode ser ocasionada pela exploração sexual de adolescentes, ou em alguns casos com a intenção de manter laços afetivos com o turista.

Quanto às ações protetivas a serem desencadeadas, o policiamento deve ter por base prioritariamente a defesa dos direitos humanos. A definição de papéis policiais há muitos anos é direcionada para o aspecto criminal de suas ações, contudo, com o aumento de problemas sociais os policiais tiveram que rever os papéis na realidade social. A ação protetiva tem por base a proteção integral aos hipossuficientes. A ação protetiva tem por fundamento a real efetivação de direitos humanos, seja na preservação da vida, seja no estabelecimento de garantias de direitos inerentes à dignidade da pessoa humana.

O papel policial tem uma ligação direta com a prevenção de riscos, nos quais muitos jovens estão inseridos, visto que ao serem marginalizados tendem a cometer maior delinquência e ao tratar as pessoas mais vulneráveis como objetos de uma política de prevenção do crime e da violência significa alcançar a redução do drama enfrentado por eles, através da minimização da condição de uma ameaça potencial.

Assim, em vez de tratar dos seus direitos elementares e da necessidade de garantir-lhes acolhida, compreensão e carinho como uma questão autônoma, cuja dramaticidade seria mais do que suficiente para alavancar inúmeras iniciativas solidárias, o importante é propor políticas públicas que reforcem a proteção desses segmentos na exata medida em que isso fosse funcional aos objetivos da paz pública (ROLIM, 2006).

### 3.2 A reconstrução das posturas policiais no trato com a juventude explorada sexualmente

Dentro da conceituação de ordem pública, considerada como a manutenção do estado antidelitual, surgem as instituições policiais como mecanismos de controle social, tendo por objetivo precípuo a redução da criminalidade. Essas ações se consubstanciam dentro da coletividade através do agir policial, podendo ser chamadas de posturas policiais.

As posturas policiais são atributos referentes ao policial que o distingue na sociedade como o representante do Estado na esfera da segurança pública, sendo que estes atributos quando não possuem valores atinentes à defesa social tendem a gerar descrédito por parte da população nas suas ações, conforme Rolim (2004, p. 45):

Em regra, a violência policial existe onde são escassos os meios de investigação; onde, portanto, identifica-se uma lacuna básica quanto aos recursos de inteligência. Ela é, também: um dos mais seguros indicadores a respeito da ausência de uma postura profissional e, portanto, da má-formação. As melhores polícias do mundo são aquelas que aprenderam a controlar as possibilidades de emprego da força e que criaram uma cultura interna de respeito à diferença e de cordialidade no trato com os cidadãos.

A Polícia Militar como uma das instituições do aparelho de segurança pública do Estado possui as suas posturas definidas em âmbito institucional, considerando que no transcorrer dos anos a visão policial tomou rumos que perpassaram do ideário da polícia política até a tentativa atual de se buscar a polícia da cidadania, eminentemente de cunho social e protetor.

Esse é o grande desafio atual: repassar a idéia de que policiais militares, como bem enfatiza Balestrelli, são “pedagogos da Cidadania”, cabendo à Polícia Militar o papel de transformação de pensamentos, de atos e, acima de tudo, de realidades, seja na simples ocorrência ou na mais complicada e intrincada operação policial. O policial militar representa a segurança, a crença de que instituições públicas existem, para a salvaguarda de interesses individuais e coletivos.

É bem certo que o ideário de “*pedagogos da cidadania*” encontre-se mitigado em função de que as ações policiais para a mudança efetiva de valores são impostas muitas vezes de fora da instituição para dentro. A mudança efetiva de conceitos passa pelo processo de formação nas instituições de ensino policial, que não tendem a mudar de concepções antigas referente ao militarismo policial.

Existe de fato um *habitus* institucional, em que os processos educacionais tendem a mascarar condutas antigas, segregadoras e autoritárias, de modo que a grande dificuldade das instituições militares ligadas à área de segurança pública é conseguir trabalhar dentro dos preceitos legais de uma nova realidade constitucional, ainda vivendo com a cultura profissional antiquada e anacrônica, advinda da época de repressão e autoritarismo vigente no Brasil, a formação policial sendo eivada de formalismos que se consubstanciam em normas e procedimentos burocrático-militares – como pontualidade, asseio, cumprimento de rituais rotineiros, preenchimento de relatórios de serviços, observação estrita da hierarquia e da disciplina – que constituem o centro das orientações e das expectativas relacionadas ao "bom policial" (ROLIM, 2006).

Na ótica das posturas policiais quanto ao trato com as adolescentes em situação de turismo sexual, verificou-se que existem posturas a serem exercidas, como a postura garantista, que tem por base a Doutrina da Proteção Integral, como a ampla defesa técnica e o direito de ser tratado com respeito a sua dignidade. Essa postura tende a mudar concepções da doutrina convencional-repressiva, emergindo os valores sócio-normativos que fundamentam a Doutrina na Proteção Integral, inscritos na nova ordem constitucional que atribuiu à criança e ao adolescente a condição de sujeitos de direitos, declarando-lhes proteção especial e prioridade imediata e absoluta na busca da eficácia plena do direito dos quais os mesmos passaram a ser titulares (MARTINS, 2005).

A postura garantista representa uma profunda mudança de hábitos e de atitudes implicando em uma nova doutrina para o policiamento, passando por uma revisão de conceitos superados, como elemento, menor infrator, situação irregular, que podem ser traduzidos por cidadãos, crianças e adolescentes, ato infracional. A postura garantista se consubstancia em assegurar o direito como instrumento que distribui a justiça, sendo que as regras do direito se aperfeiçoam na medida em que a sociedade evolui.

Qual o conceito de polícia preventiva que emerge nos Quartéis da Polícia Militar? Muitas vezes, a visão existente é a de comparar a atividade preventiva com as ações eminentemente repressivas, a ponto de expor para todos uma visão equivocada da ação policial militar, que deverá ser pautada em ações de cunho protetivo e tutelar, que são as razões da atividade preventiva.

A Polícia Militar é um órgão do Estado que tem que por objeto a preservação da ordem pública, assegurando a todos o exercício de suas liberdades. Essa postura tutelar se exercita na medida em que a Polícia, no exercício de sua função preventiva e investigativa, possa proteger os direitos individuais e coletivos da sociedade.

Tutelar é proteger a todos, inclusive aqueles que são criminosos. Não devendo ser a Polícia Militar um órgão somente de repressão. Essa postura tutelar passa pela necessidade do Policial entender as incompreensões, as hostilidades e a fragilidade a que estão expostas às crianças e adolescentes que se prostituem para sobreviver. A postura tutelar, protetora, é compatível com o Estado Democrático que a Instituição Polícia Militar representa como agente desse Estado. A postura tutelar da corporação policial significa o reconhecimento dos direitos fundamentais de todos, e em especial do cidadão criança/adolescente.

Não se pode desvincular a ação policial do sistema sócio-normativo, isto é, a lei, a autoridade e a sociedade são o trinômio para a operacionalização do direito. Nas relações diversas entre policiais e crianças ou adolescentes, a ação policial inadequada pode produzir marcas indelévels nas crianças e adolescentes explorados, sendo a formação de uma consciência pedagógica na postura policial uma maneira de integração com o universo infanto-juvenil explorado.

Há de fato uma dimensão pedagógica no agir policial que, como em outras profissões de suporte público, antecede as próprias especificidades de sua especialidade, conforme Balestrelli, (2002, p.37):

Os paradigmas contemporâneos na área da educação nos obrigam a repensar o agente educacional de forma mais includente. No passado, esse papel estava reservado unicamente aos pais, professores e especialistas em educação. Hoje é preciso incluir com primazia, no rol pedagógico, também outras profissões irrecusavelmente formadoras de consciência e opinião: médicos, advogados, jornalistas e policiais, por exemplo. O policial, assim, à luz desses paradigmas educacionais mais abrangentes, é um pleno e legítimo educador. Essa dimensão é inabdicável e reveste de profunda nobreza a missão policial, quando conscientemente explicitada através de comportamentos e atitudes. É por esses comportamentos e atitudes, mais do que por suas palavras, que o policial educa.

A postura pedagógica possibilitará que os jovens na prática de turismo sexual vislumbrem conceitos de respeito e cidadania e do real significado do que vem a ser o Estado de Direito. Essa postura poderá gerar um estado de respeito, de solidariedade e de compreensão mútua, entre o policial, que representa o Estado, e a sociedade, na pessoa da criança ou do adolescente.

A atividade policial, por razões de natureza ostensiva, se reflete na sociedade, através do contato direto entre o policial e as pessoas, sendo caracterizada por se dar ou se desenvolver no próprio meio social, participando ou intervindo na complexa tessitura das relações interpessoais (CERQUEIRA, 1990).

Com essas palavras, fica clara a compreensão de que a atividade policial militar transcende o aspecto de ações repressivas em combate à criminalidade, não se caracterizando o desvirtuamento o apoio policial a ocorrências de condução a hospitais, realização de partos e apoio as vítimas de violência, nas quais se evidencia a tutela das pessoas que convivem no meio social. Essa tutela se contrapõe à dura realidade vivida, diariamente pela infância e juventude que exercem o turismo sexual, isso leva a instituição a repensar o seu papel. Será que mesmo convivendo com a gravidade dos problemas de jovens prostituídos, a Polícia não se insere nesse contexto? Esse quadro real, que caracteriza a negação da cidadania e o próprio aperfeiçoamento da marginalidade, não espelha fatores preocupantes para os órgãos de segurança?

Quanto a postura de operador social da Polícia, esta se concretiza com a utilização de toda a força policial atendendo e apoiando as ações desenvolvidas por outras entidades envolvidas nessa problemática, participando de todo o sistema de atendimento, que congrega, principalmente, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário e as entidades governamentais e não-governamentais.

As posturas policiais referentes ao trato de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual tem por objetivo auxiliá-las no estado de vulnerabilidade social que são produzidas pelas deficiências na geração de emprego e renda, sendo que nessa concepção é necessário que sejam desenvolvidas estratégias policiais para que se promova a cidadania, através de um fortalecimento das redes sociais de suporte (CASTEL, 1997).

#### 4. UM LEVANTAMENTO TENDO POR OBJETO AS ADOLESCENTES QUE ATUAM NO TURISMO SEXUAL NA ORLA MARÍTIMA DE NATAL/RN

##### 4.1. Percursos metodológicos do trabalho empírico

A busca pela inserção do método como forma de obtenção e interpretação de dados de natureza científica se constitui na real intenção de compreender o universo do turismo sexual juvenil, que através da metodologia qualitativa buscar-se-á entendimentos sobre essa realidade.

Nesse sentido, busca-se a compreensão da realidade social, tendo por base a crescente "individualização das formas de vida e dos padrões biográficos" (BECK, 1992, *apud* FLICK, 2004), pois uma pesquisa sobre o segmento policial militar e das adolescentes que realizam o turismo sexual na orla marítima de Natal assume importância face às constantes mudanças e formas de relações sociais evidenciadas.

Quanto à delimitação da área de pesquisa, o local pesquisado foi compreendido entre o litoral norte, iniciando na praia da Redinha, as praias do centro da cidade de Natal e terminando nas praias do litoral sul, mais precisamente na praia de Alagamar, abrangendo toda a orla marítima de Natal/RN.

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e pretende aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (PAULILO, 2007).

A pesquisa qualitativa a respeito do turismo sexual juvenil concentra-se na diversidade de perspectivas (do adolescente e do policial militar) sobre o objeto, partindo dos significados subjetivos e sociais a ele relacionados. A pesquisa qualitativa estuda o conhecimento e as práticas dos participantes,



Figura 6 - Mapa das Praias metropolitanas – Semurb/2009

analisa interações sobre o turismo sexual juvenil e as formas de lidar (trabalho policial) com este em um campo específico. As inter-relações são descritas no contexto concreto do caso e explicadas em relação a este. A pesquisa qualitativa relativa ao turismo sexual considera que pontos de vista e práticas no campo são diferentes devido às diversas perspectivas subjetivas e ambientes sociais a eles relacionados, tendo por foco o interacionismo simbólico, o qual atribui importância fundamental ao sentido que as coisas têm para os indivíduos.

Essa subjetividade relativa à comunicação enquanto pesquisador em contato com o campo de pesquisa na produção de conhecimento se consubstanciou nas impressões adquiridas através das circunstâncias vivenciadas, que foram devidamente anotadas no diário de campo, servidas como elemento importante na compreensão do objeto da pesquisa, conforme Flick (2004, p.26):

As subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa. As reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas impressões, irritações, sentimentos, e assim por diante, tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação, sendo documentadas em diários de pesquisa ou em protocolos de contexto.

Essas subjetividades foram anotadas em diários de pesquisa no decorrer do trabalho e serviram de subsídio para formulação de compreensões sobre o turismo sexual juvenil dentro das perspectivas das adolescentes que atuam no mercado do turismo sexual e dos policiais militares.

Nesse contexto, foi utilizado o conceito de perspectiva, analisado como a valoração individual que certo segmento social possui com contornos que serão analisados dentro da complexidade das relações sociais.

Em decorrência da complexidade verificada na realidade do turismo sexual de adolescentes houve a necessidade da aplicação de uma metodologia qualitativa para atingir as respostas aos questionamentos, considerando que a pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado (FLICK, 2004). É utilizado como método de procedimento a História de Vida e o Discurso do Sujeito Coletivo.

Quando se trata da análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) aplicado a esta realidade, tem-se como objetivo resgatar o pensamento da coletividade estudada e sua temática de vida, composto por uma idéia central e seus respectivos conteúdos e argumentos, sendo dividida em Expressões Chaves (ECH) que são trechos selecionados do material verbal de cada depoimento e que melhor descreve o conteúdo; idéias Centrais (IC), consideradas fórmulas sintéticas que descrevem os sentidos presentes nos depoimentos de cada resposta e

também no conjunto de respostas dos diferentes indivíduos, que apresentam um sentido semelhante ou complementar, e as Ancoragens (AC) que se trata dos elementos que descrevem a ideologia, valores e crenças de cada segmento estudado na Análise do DSC.

Nesse sentido, o Discurso do Sujeito Coletivo passa a ser entendido como uma:

[...] forma não-matemática nem metalingüística de representar (e de produzir), de modo rigoroso, o pensamento de uma coletividade, o que se faz mediante uma série de operações sobre os depoimentos, que culmina em discursos-síntese que reúnem respostas de diferentes indivíduos, com conteúdos discursivos de sentido semelhante. (LEFEVRE, 2005, p.25).

Na realização da pesquisa fundamentada no DSC foi utilizado o discurso de 15 adolescentes que se prostituíam na orla marítima de Natal/RN. A soma qualitativa permitiu produzir empiricamente o pensamento coletivo como discurso, considerando que cada uma das adolescentes inquiridas na pesquisa, e escolhidas com base em critérios representativos, contribuiu com sua cota de fragmento de pensamento para o pensamento coletivo, ou seja, para compor o DSC (Lefevre & Lefevre, 2000).

Como forma de obtenção de categorias de análise, no DSC foram extraídas as Idéias Centrais (IC) e respectivas Expressões Chaves (ECH) de cada depoimento para com essas duas compor um ou vários discursos-síntese, denominado Discurso do Sujeito (DSC), que reunidos conformam uma dada estrutura simbólica sobre a realidade das adolescentes que atuam no mercado do sexo na orla marítima de Natal/RN.

Considera-se que esta metodologia possui o caráter de complementaridade aos discursos individuais, na medida em que apresentam uma linha de pensamento comum a todas as adolescentes entrevistadas, evidentemente selecionadas em um DSC, a partir de uma categoria comum identificada pelo pesquisador.

O DSC trabalha ao mesmo tempo o individual e o coletivo. Após analisar o conjunto de respostas individuais as expressões chave (EC) são reunidas no DSC permanecendo-se fiel aos depoimentos das adolescentes, portanto aqui não está desprezada a representação individual, mas ao reunir pode-se mostrar que a fala individual está presente e preservada no coletivo.

Nesse ínterim, o Discurso do Sujeito Coletivo é elaborado pelo pesquisador na forma discursiva, como um conjunto de respostas ou estratos de respostas discursivas individuais e justapostas, que se articulam a um discurso teórico, que atua como o discurso da realidade, no qual é apresentado na 1ª pessoa do singular, como se fosse uma pessoa falando pela coletividade.

Outra ferramenta metodológica utilizada foi a História de Vida, destinada à análise da intersecção entre a vida individual e a realidade do turismo sexual juvenil, em que a história valorizada é a história própria do adolescente, em que a narradora dá forma e conteúdo à narrativa à medida que interpreta sua própria experiência e o mundo no qual ela vive (BECKER, 1994).

A História de Vida como abordagem metodológica, com o aprofundamento de um caso selecionado, complementado pelo DSC pode oferecer a compreensão mais diferenciada, ora com um aprofundamento maior do individual, ora com a compreensão da interligação entre os depoimentos apresentados, de forma a visualizar que o coletivo traduz o individual.

Nas entrevistas, a estratégia de operacionalização se processou na forma de aproximação e confiança adquirida entre o pesquisador e as entrevistadas, que vem sempre acompanhada das observações do pesquisador. A relação de confiança tem por objetivo possibilitar que as adolescentes possam durante a entrevista relatar fatos e acontecimentos marcantes de sua vida, que são associados à prática do turismo sexual.

Dessa análise buscou-se a compreensão das razões sociais que motivaram a prostituição e dentro das perspectivas das adolescentes a averiguação da visão que as adolescentes possuem do policial militar que atua diuturnamente na atividade de policiamento turístico.

Nessas localidades foram definidos previamente, de acordo com observações realizadas antecipadamente, os locais a serem visitados durante as entrevistas. Nesse sentido partindo para o litoral sul da cidade de Natal/RN, foram elencados os seguintes pontos de entrevistas: Avenida Erivan França, conhecido por calçadão de Ponta Negra, onde foram realizadas visitas em alguns locais específicos, como a rotatória do hotel Las Palmas, Bar da Tocha, quiosque 32 do calçadão e o bar e restaurante Fellini. Na vila de Ponta Negra, foram realizadas entrevistas com adolescentes que se encontravam próximas a Praça do Cruzeiro, na localidade denominada Terminal dos Alternativos, e a ladeira próxima a Igreja Católica. Na localidade denominada “Alto de Ponta Negra” foram realizadas entrevistas e observações na Boate conhecida por Azucar, e nas proximidades da casa de show conhecida por Taverna Pub.

Nas praias do centro da cidade foi concentrada a pesquisa nos seguintes pontos: Praia do Meio próximo a praça da jangada, calçadão da Praia de Miami, calçadão da Praia do Forte, antigo bar Aquarius, o bar Reis Magos, a rua do Motel Aconchego e a rotatória da Praia do Meio – na boate Chaplin. Nas praias do litoral norte houve concentração de pesquisas nas seguintes localidades: no calçadão da Redinha Nova e seu respectivo mirante, como também na casa de show conhecida por “Nana Banana”.

No transcorrer da pesquisa foram realizadas entrevistas com 25 policiais militares que exercem atribuições junto ao policiamento turístico na orla marítima de Natal/RN, como também foram entrevistadas 15 adolescentes que se prostituem na mesma orla marítima.

#### **4.2. Análise descritiva: elementos característicos do turismo sexual juvenil na orla marítima de Natal/RN**

No contexto do turismo sexual na orla marítima de Natal/RN, verifica-se que existem diversas modalidades de exploração sexual, indo desde a prática da prostituição com mulheres e homens adultos até a exploração sexual de crianças e adolescentes.

No que se refere ao segmento adolescentes, a prática da exploração sexual é bem delimitada, tanto em termos geográficos, quanto em termos de modalidade, abrangendo a diversidade de clientes. Essa diversidade de clientes no turismo sexual juvenil se constitui em fator preponderante para a definição de modalidades de turismo sexual.

À primeira vista poderia ser questionado se existem modalidades de turismo sexual, já que em termos práticos o fim é a prostituição. Contudo, esse entendimento dentro do contexto potiguar é diverso da maioria dos ensinamentos sobre a temática, por apresentar características que tornam a prática da exploração peculiar.

Nesse sentido, foram formuladas definições de tipos de turismo sexual executados na orla marítima de Natal, a saber: turismo sexual de praias, turismo sexual de pousadas e hotéis, turismo sexual de bares e similares, narco-prostituição infanto-juvenil e turismo sexual portuário.

O turismo sexual de praias é o mais executado na orla marítima da cidade de Natal/RN, através do qual adolescentes, com a conivência dos donos de barracas de praias da orla, atuam no mercado do turismo sexual, considerando que a fiscalização dos órgãos de proteção à infância e juventude, foca as suas ações nos calçadões das praias e pouco exerce fiscalização na área de praia propriamente dita.

Durante as entrevistas de campo, procedeu-se visita à praia de Alagamar, por possuir peculiaridades que reforçam a característica de praia voltada à exploração de adolescentes, posto que o acesso a praia somente se realiza pela Vila de Ponta Negra. Durante a pesquisa foram realizadas duas visitas ao respectivo local, onde foi verificado que algumas pessoas despidas tomavam banho de mar, como também, foi verificada a presença de duas adolescentes no local.

Durante o período de permanência foi mantido contato com um turista português, que afirmou que aquele lugar era excelente para arranjar garotas, e que poderia ali tomar banho despido sem que houvesse nenhum problema. O referido turista disse que tomou conhecimento da praia devido à orientação do recepcionista da Pousada em que estava hospedado.

A relação de falta de fiscalização e permissividade que o local oferece são elementos para a realização do turismo sexual, o que fica claro nesta entrevista:

*“olha gatinho... não venho muito aqui não porque aqui... as vezes é perigoso. O cliente não quer pagar... e aí não tem jeito... Cê sabe nê...agora que aqui rola uma grana... aí sim.... o negócio é bom.. não tem polícia... e se o negócio rola mesmo... ai vamo pro mato e depois cada pro seu lado ... pronto. Din din no bolso... tá ligado ”*  
(adolescente G, 17 anos)

Quanto à execução do turismo sexual em pousadas, hotéis e motéis, existe conivência por parte dos recepcionistas, no que tange o acesso às dependências de seus estabelecimentos, não havendo a exigência de documentações comprobatórias para a conferência de idade. Não se trata tão somente de *vista grossa* referente à idade das pessoas que frequentam os quartos de hotéis, motéis e similares, mas existe o mercado da informalidade, no que se refere a informações e agenciamentos realizados por pseudo-profissionais do ramo do turismo, que através de *orientações* repassam ao turista nacional ou estrangeiro dados de lugares e custos para a realização do turismo sexual.

Na Praia do Meio/RN existe o turismo sexual motivado pelo consumo de substâncias entorpecentes, pois no total de oito adolescentes entrevistadas seis afirmaram que se prostituem com o objetivo de proporcionar dinheiro para a compra da droga conhecida por mesclado<sup>11</sup> e crack<sup>12</sup>, onde as adolescentes muitas vezes fazem sexo sem a utilização de preservativos com o objetivo de manter a drogadição.

*“Eu tô tomando ódio de mim mesma, faço por necessidade, porque eu sei se eu chegar na casa de um, sem nada, não vão deixar eu entrar, me aconteceu ontem... que nesse mundo da droga tu só vale o que tem, eu não gosto não de abrir minhas pernas pra um homem não... fodia por interesse não... eu queria era ser feliz”.*  
(Adolescente L, 16 anos).

---

<sup>11</sup> O **mesclado** é a mistura de crack com maconha, que é utilizado de forma a ser fumado pelos usuários, através do fininho, que é a droga elaborada na forma de pequenos cigarros.

<sup>12</sup> O **crack** é uma droga ilegal derivada da planta de coca, é feita do que sobra do refinamento da merla, que é sobra do refinamento da cocaína, ou da pasta não refinada misturada ao bicarbonato de sódio e água.

Torna-se mais clara a existência da drogadição atrelada ao turismo sexual, quando se verifica que próximo ao local de prostituição infanto-juvenil, situada na Avenida 25 de dezembro, existe ponto de vendas de drogas, chamado de *boca de fumo*, conforme relato de uma das adolescentes entrevistadas:

*“Esse negócio é tão ruim, que não dá mesmo prá deixar... as vezes termino o programa no motel, e peço pro cliente me deixar próximo onde me pegou... lá em baixo na rua do motor tem o lugar que eu compro o mesclado... e aí meu dinheiro fica lá... não dá prá controlar não... é um negócio que vem de dentro e ninguém manda”. (adolescente L. 16 anos).*

*“Ó tio... lá não tem problema não... só não vende fiado... mas o homi lá conhece a gente e não tem problema em vender não... não existe esse negócio de ser de menor não... o meu dinheiro é igual” .(Adolescente M. 15 anos)*

Entende-se que o caso acima descrito não se constitui na narco-prostituição infanto-juvenil, por considerar que essa modalidade, como exposto no segundo capítulo, seria a utilização de crianças e adolescentes como elementos de atuação na entrega de entorpecentes e na obtenção de sexo. Neste caso, observa-se que há o turismo sexual com o objetivo de manter o vício em substâncias entorpecentes.

No que tange ao turismo sexual realizado em bares, restaurantes e similares, verificou-se através de observação direta intensiva que no bairro de Ponta Negra, mais precisamente na Rua Manoel Augusto Bezerra de Araújo, conhecida como “Rua do Salsa”, e arredores, existe uma grande concentração de bares e boates, e que algumas boates não cobram a entrada de mulheres e distribuem bebidas gratuitamente para incentivar a presença do público masculino estrangeiro em busca das garotas brasileiras. Nessa localidade, existe grande quantidade de adolescentes circulando, e em alguns casos estas mesmas adolescentes têm acesso a locais fechados, onde existe consumo de bebidas alcoólicas, sem que haja vedação por parte dos donos dos estabelecimentos comerciais.

Foi observado que havia patrulhamento por parte da Polícia Militar, contudo não havia por parte dos integrantes da PMRN interesse em fiscalizar o acesso de adolescentes nas boates, restringindo-se tão somente a andar com a viatura na área em que se concentrava maior quantidade de pessoas.

Em se tratando da nacionalidade que preponderantemente circula no denominado Alto de Ponta Negra, foi verificada a presença de italianos e portugueses em sua maioria, que se encontravam geralmente em grupos, sempre acompanhados por brasileiras. Outro fato que

fica latente na relação do turismo sexual é a forma de abordagem de algumas brasileiras nos locais em que se encontram turistas estrangeiros, posto que os trajes são diminutos e sensuais, deixando à mostra partes dos ombros e das pernas, e sempre utilizam sapatos altos.

Em entrevista formulada com uma adolescente que atua no alto de Ponta Negra, esta deixa claro que há uma convivência entre os donos de estabelecimentos comerciais e as mulheres de programa, por saberem que elas atuam como atrativo de clientela, conforme pode ser observado:

*“aqui a gente se atura, o povo aqui precisa da gente se não a coisa aqui não dá ninguém... tem uns que não gosta não, que acha que a gente atrapalha.... mas tem outros que... até ajuda. Se fica na dele... ajuda muito...e se não fica... a gente sai e vai pra onde o povo quer... eu ganho dinheiro...mas dô dinheiro também... quem sabe das coisa... não atrapalha.... ajuda, entendeu”? (Adolescente N. 17 anos)*

No litoral norte da cidade de Natal, a pesquisa foi concentrada nas praias da Redinha Nova e da Redinha Velha, nas quais observou-se que a maior concentração de adolescentes que se prostituíam estava na praia da Redinha Nova, nas proximidades das barracas. Não existia nenhum meio eficaz de controle de consumo de bebidas alcoólicas das adolescentes por parte dos órgãos de fiscalização, considerando que próximo ao local encontrava-se uma base móvel de policiamento da PMRN.

Quando se trata da modalidade de turismo sexual portuário, foi procedida observação direta no porto da cidade em duas ocasiões distintas, a saber: a primeira, na visita de um transatlântico com turistas nacionais e estrangeiros; e a segunda, na visita a um navio de carga que transportava melão para o exterior.

No primeiro caso, foi verificado que o assédio entre os turistas do transatlântico e os locais foi mitigado pelo aparato de segurança portuária, como também pela empresa operadora de turismo, que recebeu os turistas no navio devidamente acompanhados de bugreiros credenciados para passeios turísticos, não havendo contato direto com as pessoas que circulavam nas proximidades do porto.

No segundo caso, o diferencial inicia-se pelo fato de que as pessoas que se encontram em navios de transporte de carga não se constituem em turistas, e sim em profissionais marítimos. Além disso, não existe nenhuma limitação ao acesso dos tripulantes estrangeiros no período de folga às diversas localidades da cidade, havendo neste caso circunstâncias que possibilitam a existência da prostituição com mulheres e homens da comunidade local.

O caráter diferenciador das práticas de turismo sexual atrelado à atividade

portuária reside no fato de haver um mecanismo que tenta ao máximo minimizar a interação do turista com a comunidade local, seja através de ações que impeçam o acesso aos locais de desembarque, seja pelas ações das operadoras de turismo que procuram direcionar o turismo para as belezas locais e, por último, pela questão da ocupação que é procedida inteiramente nos navios, não gerando ocupação em hotéis da região a ser visitada.

De acordo com o exposto foi elaborado um mapa do turismo sexual de adolescentes na orla marítima de Natal, tendo por base as informações coletadas no decorrer da pesquisa de campo.

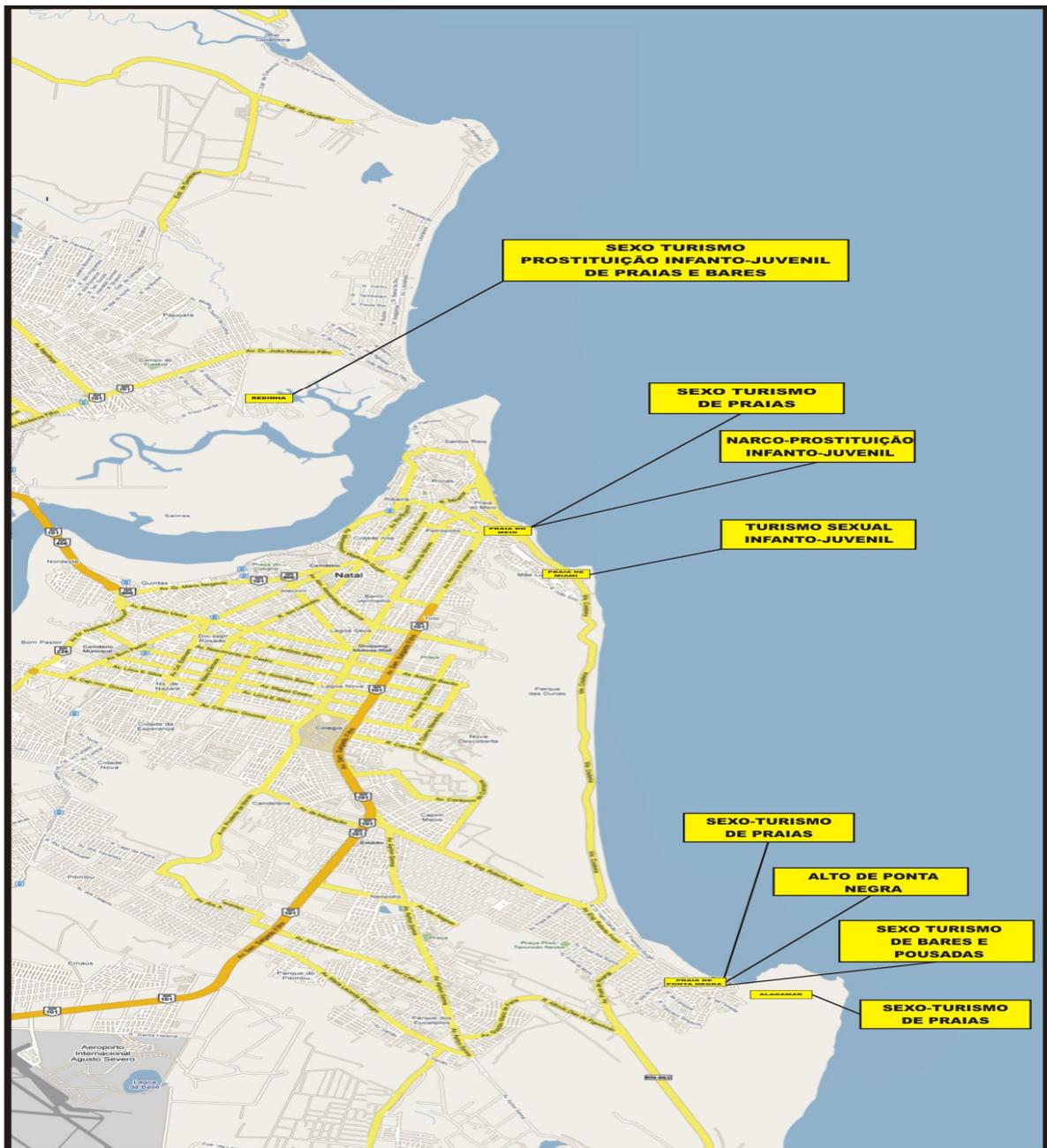


Figura 7 - Mapa do turismo sexual de adolescentes na orla marítima de Natal/RN

### 4.3. Análise das percepções juvenis e policiais militares na realidade do turismo sexual

*“Não gosto de polícia! Quero eles longe de mim, nem como cliente serve [...]”*. A frase reflete a percepção de uma adolescente de 14 anos (adolescente H) que se prostitui na praia da Redinha. Essa atitude evidencia a capacidade humana de perceber a presença física do outro, e, acima de tudo, suas características que são apresentáveis, o que possibilita ter impressões do outro, as quais passam a ser armazenadas na cognição humana, permitindo que haja a compreensão e a categorização de um fato.

A análise da percepção inicia-se pelo sentir, pelo espaço, pela coisa e pelo mundo natural, e o mundo humano e o outrem, que nesse contexto especial, fundamentado nos ensinamentos de Merleau-Ponty (2006), será analisada a relação de percepção entre o mundo humano e o outrem.

A percepção vista como elemento inerente à vivência humana passa pela percepção individual, definida como aquela que todas as pessoas possuem, onde há a valoração de todas as circunstâncias em que são submetidas. As pessoas não estão cercadas de uma única perspectiva, mas sim de inúmeras, como afirma Merleau-Ponty (2006, p. 473):

Na realidade, outrem não está cercado em minha perspectiva sobre o mundo porque esta mesma perspectiva não tem limites definidos, porque ela escorrega espontaneamente na perspectiva de outrem e porque elas são ambas recolhidas em um só mundo do qual participamos todos enquanto sujeitos anônimos da percepção.

Nessa relação há um entrelaçamento de percepções em que todas podem exercer influência sobre outras, através do mundo social em que as pessoas estão inseridas, que são provedoras de intensas relações sociais, como o caso da relação existente entre o policial militar que exerce o policiamento e a adolescente que pratica o turismo sexual.

A percepção juvenil no contexto do turismo sexual tem por base experiências de vida, que de acordo com relatos, são influenciadas por acontecimentos não só relacionados com experiências pessoais, mas relativos a experiências de grupos sociais em que as adolescentes estão inseridas.

Quanto à percepção policial em relação à adolescência que realiza o turismo sexual, observou-se que muitas vezes é contaminada por impressões que não são adquiridas através do policiamento, mas sim de experiências repassadas de outros policiais compostas de preconceitos.

Na pesquisa atual, contrapondo-se com a realizada em 2004, nota-se uma significativa mudança de conceitos quanto à situação das adolescentes que se prostituem. O

tom reprovativo anteriormente existente deu fundamento ao tom mais articulado de alguns policiais, que passaram a analisar a existência de um problema social nesse universo juvenil.

*“Na minha concepção é o seguinte..., é mais fruto da desigualdade social gerada pela sociedade né? no qual não existe empregabilidade necessárias pra pessoas que as famílias são desprovidas de uma certa educação, então levam... é tipo uma pirâmide, se a família não tem estruturação, o pai, a mãe, já geralmente, já vêm... são alcoólatras aí em diante... então vão... as crianças vendo esse cenário aí, elas conseqüentemente, com relação a isso, conseqüentemente vão procurar a droga, compreendeu? Procurar a droga, a gente tira como exemplo a Vila de Ponta Negra, que eu trabalhei lá, e eu observava muito essa situação; crianças e adolescentes se drogando, se prostituindo... até mesmo às vezes as famílias colocam a criança na prostituição como uma fonte de subsistência, pra mãe que já tem diversos filhos, entendeu? Então elas, elas acobertam essa situação, entendeu, minha concepção é essa”. (Policial B).*

#### 4.3.1. O Discurso do Sujeito Coletivo juvenil e policial militar

Quanto ao Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi utilizado como instrumento de análise do discurso referente às adolescentes a seguinte questão: Como você vê os policiais militares que exercem o policiamento na área em que você atua? No que tange aos policiais militares foi elaborado o questionamento: Como você vê as adolescentes que fazem o turismo sexual na orla marítima da cidade de Natal/RN?

Três policiais militares não responderam a essa pergunta, pelo fato de terem saído para patrulhamento mais cedo, por determinação do Centro Integrado de Segurança Pública - CIOSP. Mesmo assim, não houve prejuízo quanto ao resultado da pesquisa.

No que tange ao Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) das adolescentes em situação de turismo sexual, foram elaboradas categorias baseadas em idéias centrais extraídas dos discursos, as quais foram divididas em: a) a polícia como estrutura protetiva; b) a polícia como estrutura arbitrária e violenta, e por fim; c) a polícia como uma estrutura ineficaz e indiferente.

Como objeto de análise do DSC foi escolhida a categoria - **A Polícia como uma estrutura arbitrária e violenta**. A razão dessa escolha se deu pela representatividade que foi verificada durante a pesquisa, considerando grande quantidade de adolescentes, através da análise das ancoragens – com o seu teor ideológico e/ou crenças – terem categorizado o arbítrio e a violência policial.

Quanto ao segmento policial militar, este seguirá o mesmo padrão de análise do segmento juvenil, quanto à escolha de uma categoria para a análise do discurso, mesmo considerando que no exemplo anterior houve a divisão em três categorias: a) adolescentes que

se prostituem para ganhar dinheiro; b) adolescentes carentes de religiosidade, e por fim; c) adolescentes discriminadas que vivenciam desigualdades sociais e desestruturação familiar. No segmento policial definiu-se como objeto de análise do DSC a categoria *c* - **adolescentes discriminadas que vivenciam desigualdades sociais e desestruturação familiar**, por considerar que há maior representatividade neste ponto.

A seguir serão apresentadas no segmento adolescência algumas considerações sobre as categorias que não foram objeto do DSC, ou seja, **a polícia como estrutura protetiva e a polícia como estrutura ineficaz**.

No discurso das adolescentes que consideram a **polícia como uma estrutura protetiva** verifica-se que se basearam tão somente no tratamento dispensado, ou seja, o policial militar foi afável, agradável e não agrediu. Não existe no discurso a configuração de que a verbalização, por si só, se constitua na efetivação do caráter protetivo e de defesa de direitos humanos, o qual cabe ao policiamento. O ato de defesa de direitos humanos se estabelece no turismo sexual no ato de respeitar as opções atinentes à sexualidade das adolescentes, o respeito aos seus desígnios e aspirações, desde que o seu ato não venha a causar violação de direitos de outrem ou a sua própria integridade física/psicológica.

Portanto, afirmar que o ato de se relacionar com turistas estrangeiros ou nacionais se constitua em demérito para a adolescente, é admitir que ela não possua o direito a sua liberdade social e sexual, considerando que muitas aspiram uma relação afetiva e duradoura com os turistas.

Entretanto, esta postura não pode descaracterizar os aspectos da exploração sexual no cenário turístico, onde muitas vezes fica configurado o caráter de violação de direitos, a partir de agenciamentos na esfera da prostituição, podendo estes serem diretos ou indiretos<sup>13</sup>.

Analisando-se o seguinte discurso:

*“Tem uns que são até bonzinhos... as vezes querem conversar um pouco prá ajudar... diz que isso que a gente faz não presta que não vai ajudar a gente prá ser alguém na vida.... são legais até..”.* (Adolescente d – 2008)

Pode-se analisar que existe no meio policial militar a inserção de discursos moralistas que tendem a atribuir as adolescentes um grau de fatalismo, considerando-as pessoas estereotipadas como frágeis e indefesas, e que não podem e não sabem conduzir suas

---

<sup>13</sup> O agenciamento direto é aquele em que o agenciador recebe parte direta do lucro da prostituição, e o indireto é o agenciamento em que a prostituta paga percentuais pelo programa executado, ou pela locação temporária do local onde é realizado o encontro sexual.

vidas, sendo elas no mercado do sexo sujeitas ao que denominam de exploração sexual (FELIZARDO & MARINHO, 2007).

O que pode transformar uma estrutura policial eficaz? Na visão do atual sistema de segurança pública adotada no Brasil é a diminuição da incidência de crimes e o aumento de prisões efetuadas. Esta questão corresponde à categoria *b* do segmento adolescente – **A polícia como uma estrutura ineficaz**. Tornaria essa estrutura eficaz, possivelmente quando se trata da criminalidade que assola a sociedade; mas com relação a segmentos sociais que necessitam de suporte básico estatal, talvez o discurso do atual policiamento não seja tão exequível.

A segurança pública torna-se eficaz para esses segmentos estatais, a partir do momento em que foca na efetivação de direitos humanos, seja no que se refere aos direitos individuais, coletivos ou fundamentais. Cabe às instituições que atuam na temática do turismo sexual a consciência de sua complexidade e de suas contradições, para que não sejam detentoras de ações que venham a ter no seu cerne caracteres reducionistas, que sirvam para suporte de códigos morais, que contraponham as conquistas no campo da liberdade sexual, conforme Soares do Bem (2005, p.112) comenta:

A busca do respeito aos direitos humanos não pode prescindir da defesa do direito ao corpo, à sexualidade e ao prazer. Significa dizer que a contradição - o pensar dialeticamente - precisa ser calcada no centro de todas as ações relacionadas a tal fenômeno. Pois, se, de um lado, é evidente que o caráter exploratório é constitutivo do fenômeno (como foi demonstrado aqui), por outro, ele pode ser combinado com investimentos de outra ordem, como os de natureza afetiva e emocional.

A eficiência na ótica policial no que tange ao policiamento em áreas de turismo sexual juvenil se perfaz em ações muitas vezes midiáticas, que tendem a considerar as adolescentes como pessoas carecedoras de capacidade e de compreensão sobre as atividades que exercem. Muito mais, quando desconsideram que algumas adolescentes se relacionam com turistas estrangeiros ou nacionais objetivando uma relação estável e duradoura. Nesse sentido, dando-se ênfase ao aspecto do turismo sexual, as ações de policiamento tendem a tirar o foco de problemáticas existentes nos locais de turismo sexual, tais como incidências de furtos e assaltos a turistas, conforme pode ser verificado em um dos depoimentos:

*“Não tenho problema com a polícia não... tenho clientes policiais. Os caras nunca me perturbaram... eu sei fazer meu filho... olha qui... ninguém me dá a idade... e aí eu digo que tenho 18 e pronto resolvida a parada... o esquema é tratar os policiais bem e pronto, ninguém vai te perturbar” (Adolescente e – 2008)*

*“Mais homi... que eu acho... não acho nada deles... prá mim eles trabalham prá dá segurança... e as vezes trabalham mal... aqui na praia do meio todo mundo é assaltado e eles não fazem nada [...]”. (Adolescente f – 2008)*

Passando a analisar o segmento policial militar, a categoria *a* - **adolescentes que se prostituem para ganhar dinheiro** apresentam-se dois discursos de policiais militares:

*“Vou ser sincero... não vejo elas como vítima não... pelo que eu vejo... muitas fazem porque querem mesmo...elas tem mais consciência do que qualquer outra pessoa.... esse negócio de dizer que é adolescente e não sabe o que tá fazendo é conversa... não existe isso... trabalho tem por aí... agora querem ganhar dinheiro fácil [...]”*

*“[...] acho o que é induzido e a criança ela gosta... a criança que tá na rua ela gosta de ver... de ter dinheiro na mão né? dinheiro fácil”.*

Considerando que as falas dos policiais militares se configuram como realistas, é necessário analisar nos discursos duas concepções diversas: a não vitimização das adolescentes e o aspecto laboral em considerar a prostituição como atividade de lucro fácil.

Quando se trata da não vitimização o discurso policial considera que as adolescentes possuem compreensão das atividades que exercem, contrapondo-se as concepções que viam as adolescentes como pessoas infantilizadas que não teriam condições para deliberar espontaneamente sobre as suas vidas. É bem certo que decisões atinentes ao turismo sexual são revestidas de complexidade, considerando que algumas vezes ficam embutidas em sua prática atividades não lícitas. Contudo, este posicionamento sobre a ilicitude da atividade não deve desconsiderar o fato de que as adolescentes possuem o direito humano fundamental de dispor do seu corpo. No ato de disposição do corpo está inserida a sexualidade em que a adolescente pode dispô-la da forma que lhe aprouver, desde que não venha a violar direitos de outros, como também contrariar dispositivos legais.

É bem certo que muitas das relações que as adolescentes buscam com turistas têm como pano de fundo a possível relação estável de cunho afetivo, posto que a prostituição é uma forma de troca econômica e sexual que ultrapassa a si mesma, não podendo ser compreendida como somente uma troca mercantil de sexo. Na prostituição é construída uma sociabilidade específica, construindo-se laços que passam do valor econômico e adentram na seara afetiva (RUSSO, 2006).

Subsiste no meio policial militar o conceito de que a prostituição é uma atividade na qual existe a opção para a sua efetivação, muitas vezes desconhecendo as inúmeras situações que induzem a pessoa a se prostituir. Partindo para a realidade econômica existem aqueles que consideram uma profissão de “dinheiro fácil”. É corriqueira a afirmativa de que

este emprego é algo fácil e que se prostitui quem quer. De fato não existe no seio social emprego fácil, tampouco dinheiro fácil. É bem certo que nos levantamentos efetuados o grau de escolaridade das adolescentes entrevistadas era em sua quase totalidade do ensino fundamental incompleto. Nessa perspectiva, considerando a baixa qualificação o emprego não se torna fácil.

Ao utilizar a expressão *dinheiro fácil*, os policiais fazem uma colocação eminentemente masculina, afirmando que o sexo é algo prazeroso, independentemente de circunstâncias que se apresentam. A afirmativa não considera que em certos casos as formas das relações sexuais são determinadas pelo comprador do serviço, e que nessa relação poderão surgir práticas sexuais não convencionais e agressões, causando não somente dor física, como também traumas de ordem psicológica.

Se contrapondo ao aspecto da violência sexual, existem depoimentos de que adolescentes que se prostituíam sentiam prazer nas relações, posto que algumas adolescentes entrevistadas possuíam consciência do poder exercido, onde utilizavam o sexo como mercadoria e com isso garantiam as suas sobrevivências e a possibilidade de desenvolver experiências que somente com o dinheiro poderiam ter (RUSSO, 2006).

Quanto à categoria *c* - **adolescentes carentes de religiosidade**, parte-se da premissa de que religião não é um mero sistema de idéias, mas acima de tudo é um sistema de forças (Durkheim, 2003). A religiosidade exerce influência direta na consciência humana, fazendo com que o homem passe a acreditar e a fazer parte de uma força que o domina, mas ao mesmo tempo o sustenta e eleva-o acima de si mesmo (Desroche, 1985). Porém, esta importância não foi atribuída pelos policiais entrevistados, na medida em que só um referiu-se à religião, conforme depoimento explicitado abaixo:

*“[...] nasci de uma família pobre, tenho três irmãs, mas nunca minhas irmãs se envolveram com prostituição, porque na minha casa nós tínhamos a religião, então essas garotas que se prostituem fazem porque não tem religião, não tem Deus no coração, se a família tivesse uma estrutura elas não estavam nessa situação, o problema é que o culpado é a família, e ninguém tá fazendo nada prá ajudar elas” (Policial h – 2008).*

No discurso do policial percebe-se que não existem ações para ajudar a adolescência que se prostitui, contudo há organizações preocupadas com a situação dessas adolescentes. A temática do turismo sexual esbarra em problemas macro-estruturais de longa extensão na história do Brasil. A religião pode ser um “freio”, mas não é com mais religião que se pode minimizar a prostituição como um atrativo de rentabilidade para muitas dessas meninas.

O discurso policial reflete bem o entendimento, ao fazer crer que a religiosidade possa exercer influência direta na mudança de atitudes das pessoas, fazendo com que possam agir dentro de uma moral religiosa, como se observa no depoimento de uma adolescente:

*“Não tenho o que dizer deles não... eles não e atrapalham... sei que eles fazem o papel deles... quando me levaram pra delegacia por que achavam que eu tinha roubado o homi lá... um dos policiais que era evangélico disse que não era pra fazer isso que eu poderia trabalha e viver melhor... achei que aquela conversa foi até boa... não tenho nada contra não...até agora ninguém me tratou mal”.*  
(Adolescente N)

Essa religiosidade se perfaz na intencionalidade de gerar nas adolescentes mudanças de comportamentos, baseados em preceitos religiosos bem definidos como, por exemplo, noção de família, sexualidade e conduta religiosa; mesmo sabendo que tais valores se contrapõem à rentabilidade que o mercado do sexo pode oferecer.

Na categoria *c* - **a polícia como uma estrutura arbitrária e violenta** foi desenvolvida a análise do Discurso do Sujeito Coletivo das adolescentes em turismo sexual. Foram utilizados oito depoimentos que reúnem as idéias centrais e/ou expressões chave, resultando o seguinte discurso do sujeito coletivo:

*“Eu acho que os pm’s que trabalham aqui não perturbam a gente não e não chegam a querer fulerar com o nosso trabalho. O problema é só ele mesmo, por que o resto não perturba não. Eu odeio polícia, é melhor ficar com os vagabundo mesmo. A polícia era pra ir atrás de bandido, a gente não é vagabunda não, eles só querem dizer que é o tal, mas ir pra cima de quem tem que ir num vai não, é tudo frouxo, só querem perturbar é os menino aqui porque é pobre, tá sem camisa, e a gente que tá trabalhando. Tudo são ignorante, não sabe falar com as pessoas não só que dá baculejo, ficam cheirando as mão da gente achando que a gente tá no mesclado, quando a polícia vem eu saio é de perto. Já fui presa por eles, não quero papo, porque não servem prá nada, em vez de ficar procurando os vagabundo que ficam por aqui, ficam enchendo o saco de todo mundo, eu acho que eles pensam que tem poder de fica humilhando as pessoas. Eles atrapalham o meu trabalho, por isso tô aqui, porque toda vez que eles chegam é um baculejo, querem ficar corrigindo todo mundo, aí o cliente não chega perto, fica com medo de ser pego. Eu já tive muito problema com eles. Eu quero eles longe de mim, nem como cliente serve. Sabe o que é tomar um tapa na cara? Eu tomei, sem dever nada, só porque um policial não foi com minha cara, achou que eu era queixuda, eles acham que são os rei do pedaço e que só eles mandam, mas aqui ninguém manda em ninguém, as menina aqui tem medo, mas faz o que quer e pronto. Eu acho que eles tão fazendo o papel deles, mas é que as vezes eles chegam colocando prá lascar na gente. Se os cara chegasse bem com a gente era melhor, tem uns que até são educado, mas tem outros que[...].”*

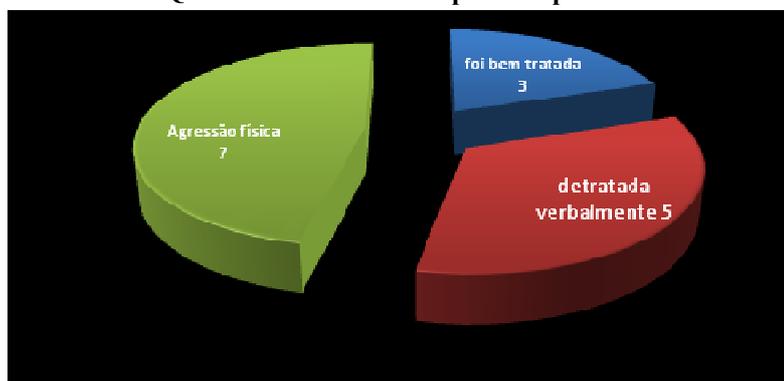
A análise do Discurso do Sujeito Coletivo na temática da **polícia como estrutura arbitrária e violenta** possibilitou confrontar com os dados quantitativos obtidos na pesquisa. Pôde-se observar que existe o emprego de violência por parte de policiais e o medo por parte das adolescentes em denunciá-los aos órgãos de proteção, ficando evidenciado pelo discurso das adolescentes entrevistadas, que não procederam com nenhuma denúncia contra os

policiais militares agressores.

O aspecto da violência policial é algo que na sociedade brasileira torna-se evidente, alicerçada por uma realidade histórica em que as policiais tinham uma conotação voltada para a defesa dos interesses do Estado, em detrimento das necessidades da sociedade. A violência praticada pela polícia na esfera do turismo sexual serve unicamente para dificultar as poucas ações governamentais que existem hoje, no intuito de garantir a defesa de direitos e o exercício da cidadania.

O efeito de uma agressão policial torna-se mais perceptível quando no discurso do sujeito coletivo as adolescentes afirmam, *“eles acham que são os rei do pedaço e que só eles mandam, mas aqui ninguém manda em ninguém, as menina aqui tem medo, mas faz o que quer e pronto”*. O que significa ser o “rei do pedaço”? Existe nessa frase uma revelação de que os policiais são pessoas que tentam impor uma ordem de forma arbitrária. Essa imposição no contexto de direitos humanos é eivada de erros, posto que a imposição de autoridade se faz pelo pleno exercício da garantia de direitos, e quando esse fundamento não é executado, surge então as ações arbitrárias, que tendem a gerar repulsa e violação às orientações policiais.

**Gráfico 1 – Qual foi o tratamento dispensado pela Polícia Militar**



Fonte: Pesquisa na Orla marítima de Natal - 2008

No que tange à análise do Discurso do Sujeito Coletivo dos policiais militares que exercem o patrulhamento na orla marítima de Natal/RN, tendo por base a categoria **peças discriminadas que vivenciam desigualdades sociais e desestruturação familiar**, foi criado o seguinte Discurso do Sujeito Coletivo:

*“Eu penso que é mais fruto da desigualdade social gerada pela sociedade, no qual não existe empregabilidade necessária pra pessoas, onde as famílias são desprovidas de educação, onde a falta de estrutura familiar, separações dos pais ou então, até o poder econômico, influem. Acho que é o básico familiar que não tem às vezes a situação financeira é difícil, juntando dois ou três itens transforma nisso aí, é desvio. Se a família não tem estruturação, o pai, a mãe, já geralmente, são alcoólatras então as crianças vendo esse cenário vão procurar a droga. Até*

*mesmo às vezes as famílias colocam a criança na prostituição como uma fonte de subsistência, pra mãe que já tem diversos filhos. Então elas acobertam essa situação. Eu acho que recebem uma discriminação por parte da sociedade, falta um programa de mais apoio. A criança passa necessidade e deixa de ser assistida pela família. Pode ser também por repressão dos pais e vai logo procurar um meio de fuga, de escape”.*

Os dados qualitativos das duas questões formuladas dizem muito sobre a realidade policial e das adolescentes relacionadas ao turismo sexual. Os discursos possibilitaram a compreensão de como se processa o turismo sexual no que se refere às atividades desencadeadas pelos atores sociais da pesquisa, levando em consideração a perspectiva que cada qual possui do outro.

Na percepção juvenil ficou claro que consideram o turismo sexual como a sua atividade laboral, e que a criminalidade, baseada em crimes contra o patrimônio, aliada à fiscalização policial ao turismo sexual dificulta a realização dos programas. Entretanto, o que fica evidente no Discurso do Sujeito Coletivo das adolescentes é a percepção negativa que possuem dos policiais militares, os quais são retratados como figuras truculentas e arbitrarias, tendentes a práticas de agressões físicas. Essa violência deve ser compreendida como o uso desnecessário e abusivo de meios coercitivos ou como o emprego de métodos abertamente criminosos – como as lesões corporais. A violência degrada a polícia e seus efeitos são tão ou mais destrutivos que as práticas de corrupção (ROLIM, 2006). Ela destrói também os laços de confiança com as parcelas da população diretamente afetadas pelo medo da brutalidade policial, que são notadamente as mais pobres e as minorias, especialmente adolescentes em situação de risco.

O discurso policial militar é caracterizado pela percepção de que as adolescentes são pessoas que vivenciam as desigualdades sociais fazendo parte de famílias desestruturadas, e que em decorrência deste fato enveredam para o turismo sexual, como forma de garantir subsistência para si e para a sua família, havendo para tanto conivência por parte da família em aceitar a prática da prostituição.

De um modo geral as discussões acerca do turismo sexual de adolescentes são sustentadas por explicações causais vinculadas a ordens estruturais, tais como a desigualdade econômica e social, e a desigualdade de gênero. Estes fatores são tidos como responsáveis por levarem as adolescentes a uma situação de vulnerabilidade da prostituição.

#### **4.3.2. Turismo sexual juvenil: Uma história de vida**

Para a análise de história de vida vale trazer como exemplo a vivência de uma adolescente de 16 anos que exerce a atividade de turismo sexual na Praia do Meio, em

Natal/RN. Antes de dar início à história de vida, mister se faz traçar considerações sobre o processo de abordagem para a entrevista com a citada adolescente. Tratava-se de uma terça-feira, por voltas das 9:00 horas, quando nas proximidades da rua do Motor, na localidade da Praia do Meio, foi identificada uma adolescente de cor parda, vestida com uma bermuda colante e um top, nas proximidades de um motel. Quando houve aproximação do pesquisador, verificou-se que a adolescente se encontrava com as mãos tremendo e com as pupilas de seus olhos dilatadas.

Diante dessa situação foi constatado que a adolescente ingerira alguma substância de natureza entorpecente. O primeiro contato se deu com total extrovertimento por parte da adolescente, que ao olhar para o pesquisador afirmou que já saíra com ele, e disse que queria fazer um programa, pois se encontrava com fome e precisava comer. Diante de tal circunstância o pesquisador informou que não realizaria nenhum programa e que estava precisando entrevistá-la para um trabalho científico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para surpresa, a adolescente foi receptiva para conceder a entrevista, embora tenha ficado preocupado com a saúde da adolescente, posto que ela parecia estar sob efeito de alguma substância entorpecente.

A segunda preocupação foi o deslocamento com a entrevistada a algum lugar público, para que a entrevista pudesse ser realizada. O local selecionado foi um restaurante na praia de Areia Preta. Neste momento preparatório houve certo constrangimento na chegada ao restaurante, que ao ver o entrevistador chegando com uma adolescente, não lhe foi permitido o acesso, não pelo fato de ser uma adolescente, mas sim, pelo fato de que a entrevistada não se encontrava devidamente trajada (mesmo considerando que as pessoas que freqüentam o local utilizam as mesmas indumentárias), fato este contornado, depois de argumentações feitas pelo pesquisador.

Ao iniciar a entrevista, tendo por base a história de vida, o aspecto preponderante foi deixar a entrevistada livre para abordar os assuntos relativos a sua vivência havendo neste caso, a menor quantidade de interrupções possíveis. Em termos de desdobramento temático a história de vida foi dividida nos seguintes temas: a infância, a vida familiar, o turismo sexual, a percepção sobre os policiais militares e a perspectiva do futuro. Por fim foi procedida a decodificação que se consubstanciará na síntese baseada no referencial teórico.

Inicialmente a adolescente entrevistada será chamada pelo nome fictício de Luma, no intuito de preservação de identidade, constante em embasamento legal estatuído no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

## **A Infância**

De uma família de dez pessoas, a adolescente Luma é a 5ª filha que residiam na comunidade rural de Cuité/PB, filha de um mecânico e de uma dona de casa, sempre passou necessidades de ordem financeira, relatando que na infância chegou a passar fome pela falta de dinheiro que possibilitasse a família prover de meios de subsistência. Relatou que sofreu o primeiro abuso sexual quando tinha nove anos com um amigo do seu pai, que a tocou em suas partes íntimas:

*“Aconteceu assim... eu tinha acho que nove anos, quando mãe mandou eu ir na casa de um amigo de pai prá pegá sei lá o que.... aí quando...filho de rapariga.... quando cheguei lá ele me colocou no colo e pegou na minha perna e tocou a minha... cê sabe... né.... não fiz nada não... falei prá mãe, mas ela não fez nada, porque era o dono da oficina... e não era jogo prá mãe... mas depois eu nunca mais fui só prá casa desse veado[.]”.*

Os primeiros abusos tendem a não ser denunciados por parte das famílias das crianças e adolescentes, seja porque a denúncia poderá gerar estigmatização no contexto em que a família vive, ou pelo poder exercido pelo agressor muitas vezes devido à vinculação e submissão financeira que induz que as famílias se calem diante dos abusos sexuais cometidos.

## **A vida familiar**

O pai de Luma buscando melhoria nas condições de vida migrou para Natal para trabalhar como mecânico, que no dizer da entrevistada:

*“Sou de Cuité, minha mãe mora lá... começou tudo assim: começou, certo, o meu pai é mecânico, veio praqui pra Natal, aí arranhou... arranhou uma oficina com um irmão dele, arranhou uma oficina, aí mandou buscar minha mãe, mandou buscar meus irmãos, aí mandou me buscar. Aí minha mãe foi trabalhar num restaurante lá na nove[.]”.*

Durante a atividade de sua família na cidade de Natal/RN, passou a ajudar a mãe num restaurante no bairro do Alecrim, quando conheceu um homem, e em decorrência deste envolvimento amoroso teve um filho aos 14 anos de idade:

*“Com um alinhador, certo? Aí me envolvi com ele, isso eu tinha doze anos, ia fazer treze; aí me perdi com ele, eu muito nova, treze anos, lógico, engravi... eu engravidei de meu filho, eu tinha... ia fazer catorze anos”.*

Abandonada pelo pai da criança passou a ter atritos familiares, em especial, com a mãe que sempre reprovava o relacionamento que teve com o pai da criança, havendo dessa forma uma queixa por parte de Luma, ao afirmar que nunca tivera amor materno e paterno:

*“Aí... pronto, tive essa relação com ele, aí des... nunca tive carinho de pai nem de mãe. Fui jogada assim..., num sentido “trive”, tipo um tipo, um tipo de carinho duns pais que sabe que..., que num tem aquele certo amor pela... pela filha. Eu acho que se minha mãe fosse outra...as coisas seriam diferente prá mim... faz seis meses que não falo com eles. Não sabem onde eu tô, se fosse uma mãe que me amasse... e se você fosse um pai, e que gostasse de mim, você faria o quê”?*

*“Eu não tenho amor de pai, nem de mãe não, sou sincera em dizer ao senhor, de cor... daqui pra Deus do céu, Deus sabe o que tô dizendo, tenho não tio, tenho não[.]”.*

Nesse período em que manteve o relacionamento com o pai de seu filho, passou a se utilizar de substâncias entorpecentes, iniciando pelo consumo da maconha e posteriormente para o mesclado e atualmente o *crack*. Sabendo de tal situação, a mãe de Luma, de acordo com relato da entrevistada, a agrediu fisicamente, culminado com sua saída da casa de seus pais.

O trabalho de seu pai não deu certo em Natal, e em decorrência disso a família de Luma retornou a Cuité/PB, para a antiga atividade que exercia na cidade, deixando-a em Natal, mesmo considerando que houve por parte da família a tentativa de fazê-la voltar com eles:

*“Tava com ódio dentro de mim, não queria acordo com ninguém, não queria voltar... eu já tava no meu trabalho... já... não precisava da esmola deles não... e não preciso não... pai tentou falar comigo.. mas eu já disse se me levar eu saio... não quero ficar na casa com ela não[.]”.*

Nesse período que saiu de casa passou a exercer a atividade de prostituição, deixando o seu filho aos cuidados de sua mãe, que segundo Luma:

*“Não, o meu filho minha mãe não dá não. O que... o que mas me atormenta é que ela disse que ia fazer o meu filho tomar nojo de mim. Eu sou mais revoltada assim no meio do mundo porque eu não tive o carinho de minha mãe... nunca tive tio... nunca, nunca, nunca, nunca, nunca... nunca... Não é mentira minha não, daqui pra Deus do céu... não é porque eu já dei uma bola<sup>14</sup>... eu faço isso às vezes me bate a lembrança sabe, eu me revolto[.]”.*

Durante a entrevista houve episódios de euforia e choro, principalmente quando dizia respeito ao filho da entrevistada, que em certo momento da entrevista pediu o celular para fazer uma ligação para a mãe, que não mantinha contato há seis meses, e devido ao teor da conversa, repassado o conteúdo da gravação, por considerá-lo importante, considerando que o fato evidenciado reflete o impacto decorrente de desestruturação social:

---

<sup>14</sup> O termo *dá uma bola* significa fazer uso de substância entorpecente, e neste caso é costumeiramente utilizado pelos usuários de maconha.

LUMA – *O seu celular tem crédito?*

ENTREVISTADOR – *Tem.*

LUMA – *Me empresta pra eu ligar pra mamãe, pro senhor escutar eu conversando com ela. Acho que você foi um anjo que Deus botou na minha vida. Zero trinta e um...*

ENTREVISTADOR – *Só um instantinho... zero trinta e um...*

LUMA – *... (parte suprimida), põe no viva-voz.*

ENTREVISTADOR – *Pera aí, deixa só eu botar aqui no viva-voz pra você. Ela tem telefone em casa?*

LUMA – *Não... com licença... não esse aqui é um orelhão, nenhum familiar não tem condição não lá... você foi um anjo acho que Deus colocou na minha vida.*

ENTREVISTADOR – *Dezesseis anos?!*

LUMA – *Dezesseis anos. Então, ah eu tô conversando um pouco com isso, mas não me complica não, não bota em nenhum canto não, no juizado não, por favor... Alô! Quem fala?*

TELEFONE – *“Dadaia”*

LUMA – *“Dadaia”? É Lu... é LUMA a filha de Lourdinha<sup>15</sup>.*

TELEFONE – *Como?*

LUMA – *É LUMA a filha de Lourdinha, irmão de Geraldo da Borracharia.*

TELEFONE – *Eu sei, diga LUMA.*

LUMA – *Ivan tá aí?*

TELEFONE – *Tá não, ele esteve aqui mas saiu.*

LUMA – *Não tem alguém que você mande chamar minha mãe “Dadaia”, por favor?*

TELEFONE – *Tem não.*

LUMA – *Desde aquele dia que eu não falo com minha mãe.*

TELEFONE – *Ei, deixe o recado que mais tarde eu digo a ela.*

LUMA – *Não, eu queria falar com minha agora, “Dadaia” por favor. (choro)*

TELEFONE – *Diga.*

LUMA – *Arrume um jeito para tu mandar chamar minha mãe, por favor “Dadaia”.*

TELEFONE – *Você tá aonde, diga?*

LUMA – *Tô em Natal.*

TELEFONE – *Mulher é que eu tô trabalhando e não posso sair agora.*

LUMA – *Não tem nenhuma menina aí?*

TELEFONE – *Tem não, vice?*

LUMA – *Nem ninguém aí da rua?*

TELEFONE – *Tô olhando prum lado e pro outro, tem não, vice?*

LUMA – *Faça esse favor pra mim “Dadaia”, por favor.*

TELEFONE – *Home, eu não posso sair do meu serviço não, eu tô distante da pra mi chamar, você tem que entender a situação.*

LUMA – *Então faça um favor pra mim.*

TELEFONE – *Diga.*

LUMA – *Quando você.. aí você sabe onde mãe mora?*

TELEFONE – *Sei.*

LUMA – *Você tem visto meu filho “Dadaia”? (choro)*

TELEFONE – *Oi?*

LUMA – *Tem visto meu filho, tu? (choro)*

TELEFONE – *Tenho.*

LUMA – *Ele tá bem, tá?*

TELEFONE – *Tá, graças a Deus.*

LUMA – *Tá bom. (riso e choro)*

TELEFONE – *Viu, tu diga um horário pra você ligar pra ela que eu chamo ela pra ela vir.*

LUMA – *Que hora tu... diz a ela que de meio-dia...*

TELEFONE – *De onze horas eu saio daqui, diga que eu digo a ela.*

LUMA – *...Tu diz a ela que de meio-dia eu quero falar com ela, tá?*

TELEFONE – *Que horas?*

LUMA – *meio-dia.*

TELEFONE – *Pronto que eu digo a ela, viu?*

---

<sup>15</sup> Todos os nomes empregados nesse diálogo são fictícios

LUMA – Tá bem, não tá “Dadaia” meu filho?

TELEFONE – Tá, graças a Deus.

LUMA – Tá bom, tchau.

TELEFONE – Tchau.

### **O início e a atividade do turismo sexual**

O início da atividade de turismo sexual se deu como forma de sustentar o vício em substâncias entorpecentes, posto que já iniciara a sua experiência com o *crack*. Relata que o início se deu na praia de Ponta Negra, onde manteve relações sexuais com um espanhol, que a ofereceu R\$ 30,00 (trinta reais) por um programa. Nessa relação, passou a ver que a atividade de turismo sexual era vantajosa, passando a exercê-la de domingo a domingo, no calçadão da Avenida Erivan França.

Durante a atividade no calçadão de Ponta Negra passou por problemas com agenciadores que não a aceitavam naquele local, porque não oferecia nenhum tipo de contribuição a eles, o denominado “*dinheiro da segurança*”, sendo que nessa situação saiu de Ponta Negra e passou a frequentar a Praia do Meio, onde conheceu um traficante em Mãe Luiza que a proveu de uma casa para morar e de alimentação.

O traficante passou a utilizar o serviço de Luma para a atividade de narco-prostituição. Nesse período Luma passou a viver um período de “tranquilidade”, que acabou repentinamente com a morte do traficante em confronto armado com a polícia na localidade conhecida por Passo da Pátria.

Desamparada e sem condições de prover a sua subsistência, Luma passou a se dedicar exclusivamente à atividade de turismo sexual na área que compreende a praia de Areia Preta até a praia do Forte, onde passou a fazer programa com turistas nacionais e internacionais, passando até a dominar um pouco da língua da nacionalidade de alguns clientes.

*“Nesse esquema da gente aqui... a gente tem que se virá... e se a gente não se vira, o povo passa em cima da gente... quando eu vejo um gringo... eu vou atrás porque é dinheiro certo, eles não querem sacanear com a gente não... eu chego logo e digo Le costi del programa é tanto... e pronto... eles pagam mesmo... não tem esse negócio de querer sacanear a gente dizendo que num vai pagar não[.]”.*

Luma afirma que na realidade que está inserida não conseguiria sair da prostituição, por considerá-lo um vício, que não teria condições de sair, sendo que nesta relação atrelada com a drogadição houve uma espécie de simbiose entre a prostituição e as drogas, uma sendo necessária para a manutenção do vício, e outra, para possibilitar suportar as pressões inerentes a prostituição,

*“Eu trabalho as 24 horas do dia... eu preciso me prostituir... como vou pagar pelo que eu uso... eu não consigo ficar sem se prostituir... não sei fazer nada...tô nisso pelo vício da prostituição que... quanto você... você ganha mais, você quer mais, quer mais, é um dinheiro amaldiçoado, que nunca, nunca rende, eu não vou dizer ao senhor eu não consigo passar... eu não vou mentir não, tenho vergonha não, eu não consigo passar meia-hora...e, eu uso droga prá agüentar, por que só vai assim... minha cabeça fica rodando, rodando... eu lembro tudo... não tenho saída[.]”..*

### **Da percepção sobre os policiais militares**

A relação de Luma com a atividade de policiamento é extremamente desgastada, pelo fato de ter sofrido agressões físicas por parte de policiais, quando praticava o turismo sexual, que não destoa dos relatos feitos por algumas adolescentes em turismo sexual que relatam agressões físicas por parte de policiais militares.

No caso específico da entrevistada ocorreu quando exercia a atividade de turismo sexual em um motel na orla central da cidade, quando um turista nacional ao deixá-la no ponto de prostituição achou que a adolescente roubara a sua carteira de cédulas, e de imediato dirigiu-se a uma viatura da polícia militar. Durante a ocorrência relata a entrevistada que apanhou com chutes e tapas para que dissesse onde teria jogado a carteira, sendo que momentos após o citado turista achou-a na lateral da porta do motorista, sendo que a entrevistada foi liberada, juntamente com o turista, conforme pode ser verificado no depoimento:

*“Fiquei com ódio dele... não podia me bater...eu sou de menor... mas quis mostrar que era macho mesmo... tomei um chute na barriga... e ele disse tá cheio de queixo por que?... eu uso... mas não sou ladra não.... tomei foi na cara... e depois o galado do cliente viu que deixou a porra da carteira do lado do banco... tava chapada ... não dá pra ir atrás dos direitos com os policiais não....tomei foi umas readas e não deu em nada”.*

Durante a entrevista passou uma viatura da polícia militar próximo ao bar onde se encontravam o entrevistador e a adolescente. O fato que chamou a atenção foi o de que a adolescente ao perceber que a viatura passava pelo local tentou esconder o rosto. Vendo tal situação o entrevistador perguntou o porquê de tal atitude, considerando que a adolescente o tratava o tempo todo por “tio”, termo que costumeiramente é utilizado nas unidades de recuperação de adolescentes infratores. A adolescente tentou disfarçar o medo da presença policial, mas afirmou que após a morte do seu antigo companheiro passou a ficar “malhada” pelos policiais e que isso estava atrapalhando às vezes os seus programas. Quanto à utilização do termo “tio” ela afirmou que nunca fora recolhida em instituições desse tipo.

Ficou evidente que Luma não gostava da presença policial, tendo por referência a

morte de seu antigo companheiro, como também os maus tratos feitos por integrantes da Polícia Militar.

*“[...] não dá não... não gosto de polícia perto de mim... eles não sabem chegar não... com a exceção de (parte suprimida) que trata a gente bem, mas tem um tal de (parte suprimida), o bicho é um cavalo.... não sabe falar não... toda vez que chega aqui tem que tirar onda com a gente...tem uma menina aqui que tava cheirando cola... e aí ele chegou e jogou a cola no cabelo da menina....é nojento demais um homi desse[...]’.*

### **Perspectiva para o futuro**

Quando foi tratado do assunto perspectiva do futuro, a adolescente afirmou que não existiria futuro para ela, e sim que o seu futuro seria a morte, pois não encontra saída para a prostituição que exerce, tampouco para as drogas que consome:

*“Que futuro tio... tá brincando... não tem futuro prá mim... mãe tava certa, eu só volto prá casa no caixão... a minha vida é essa... tenho os meus clientes e ganho o meu dinheiro, sobrevivo e pronto.... não tenho que dizer o que vou fazer amanhã... se vou tá viva ou não... porque só Deus é que sabe quando...né?”.*

Buscou-se na entrevista relacionar a perspectiva de futuro e o filho da adolescente, e por surpresa esta afirmou que o seu futuro não tinha nenhuma correlação com o futuro de seu filho, porque já sabia que a sua vida e de seu filho nunca iriam ser conjuntas:

*“Tio cê parece que é padre... já disse eu não tenho o que esperar pra o futuro... tô que nem bosta nágua.... o futuro do meu filho é dele e com mãe, não é meu....entendeu... eu preciso tá aqui pra viver, e é assim que a vida é... eu tenho saudade dele, tenho ... mas é melhor eu longe... não quero que ele fique me vendo assim... até porque mãe já fala mal de mim prá ele mesmo....Que futuro eu tenho... eu uso droga... e nesse mundo ninguém vive muito.... o que eu vou fazer é aproveitar o momento e viver só isso[.]”.*

A história de vida da adolescente Luma não destoa da história de vida de inúmeras adolescentes que estão inseridas no mercado do turismo sexual, iniciando-se com abusos sexuais cometidos na infância e a destinação ao turismo sexual como fonte de renda para auxílio na renda familiar. Quanto à atividade foi tema a relação entre *droga e prostituição*, nas quais adolescentes estão inseridas, seja no mercado do tráfico, ou do consumo, e que muitas enveredam por este caminho, tendo por justificativa a necessidade do consumo para suportar muitas vezes a prostituição a que estão submetidas.

É fato que no mercado do turismo sexual existe a predileção por garotas mais jovens e com aspectos juvenis que tendem a exercer um fascínio naqueles que praticam o turismo sexual. Também existe uma predileção por parte das crianças e adolescentes na

procura do turista, seja por vislumbrarem a possibilidade de relacionamentos duradouros e efetivos, como também pela possibilidade de lucro, uma vez que o turista estrangeiro não oferece problemas com relação ao não pagamento dos programas, até porque não querem ter problemas com as autoridades locais.

No que se refere à atividade de policiamento, tendo por base a história de vida mencionada, as adolescentes que atuam no turismo sexual relatam episódios de agressões feitas por policiais militares, inclusive nominando os policiais pelo fato de serem agressores contumazes. Neste ponto, existe uma preocupação bem definida sobre o caso das agressões terem sido cometidas em decorrência de acusações de pequenos furtos durante os programas, que redundaram em restabelecimento da posse do possível objeto furtado e da liberação das adolescentes, mas em nenhuma das entrevistas fica evidenciada a condução do explorador sexual à delegacia de polícia especializada para a realização dos procedimentos de polícia judiciária, podendo-se inferir que ocorrem omissões por parte da Polícia Militar em dar os encaminhamentos legais, no âmbito da Polícia Judiciária (Polícia Civil).

No último ponto foi tratado a respeito da perspectiva de futuro. Em entrevistas feitas com outras adolescentes, existia uma perspectiva de futuro, seja pela realização do chamado *pé de meia* para depois largar a prostituição, ou mesmo, um casamento com um turista estrangeiro, para fora do Brasil ter uma nova vida. Nesse caso em especial, na entrevista com a adolescente denominada Luma foi verificada a total falta de perspectiva de sua atividade, sempre atrelando essa atividade com a possibilidade de morrer em decorrência do que exerce. Esse tom, de certa forma contrário ao dito pelas outras adolescentes, pareceu mais verídico e contundente, não pela expressividade nas declarações, mas sim, pelo resultado de seus atos, posto que Luma como dependente química de entorpecentes necessita das drogas para a realização do turismo sexual, e necessita do turismo sexual para comprar as drogas, havendo uma relação franca dependência, existindo a consciência de que a drogadição a matará brevemente.

#### **4.3.3. A percepção policial da atividade de policiamento**

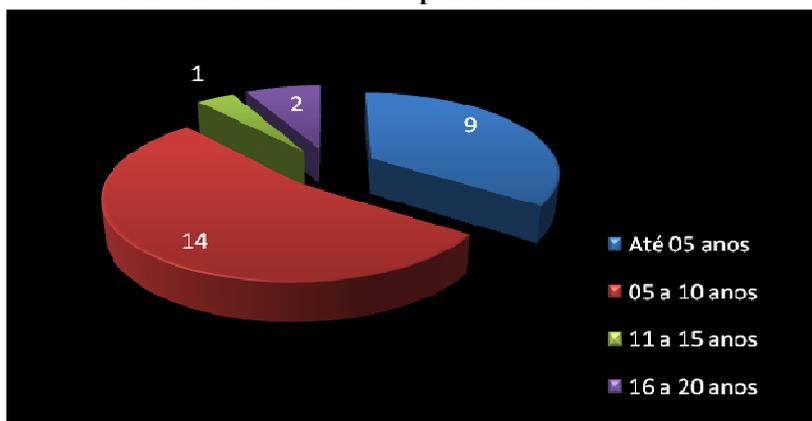
Nas observações realizadas na Companhia Independente de Proteção Turística (CIPTUR) verificaram-se alguns pontos no que tange à forma de emprego do policiamento, mas acima de tudo, o perfil profissional dos policiais militares que exercem a atividade de policiamento, considerando a realização de entrevistas semi-estruturadas com o efetivo policial.

Esta análise da atividade policial passa por pontos específicos, iniciando pelo

perfil dos policiais militares que patrulham as áreas turísticas da orla marítima de Natal/RN, pela percepção dos policiais militares frente ao turismo sexual de adolescentes, e por último, pela percepção dos policiais sobre a atividade que exercem.

Quanto ao perfil dos policiais que atuam na atividade de policiamento na orla marítima de Natal/RN, verifica-se que o efetivo policial é muito jovem, grande parte está na faixa etária concentrada entre 20 e 30 anos, conforme gráfico 1:

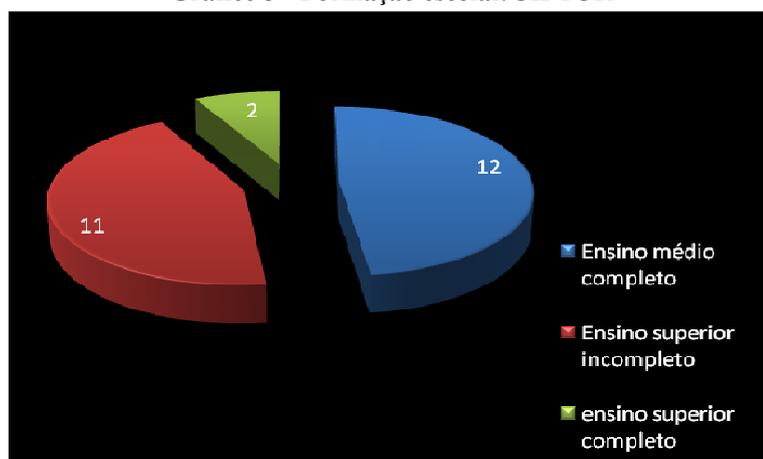
**Gráfico 2 - Faixa etária dos policiais militares/CIPTUR**



Fonte: Pesquisa CIPTUR – 2008

Esse perfil etário demonstra que o efetivo da CIPTUR possui em sua maioria policiais com até 10 anos de serviço, sendo considerado para os padrões de policiamento um efetivo jovem. Contudo, apesar do pouco tempo de serviço, verifica-se que possuem formação escolar que os distinguem das demais unidades policiais militares, considerando que parte significativa dos policiais militares estão frequentando cursos universitários.

**Gráfico 3 - Formação escolar/CIPTUR**



Fonte: Pesquisa CIPTUR – 2008

É certo que a formação acadêmica dos policiais que atuam na orla turística de

Natal destoa profundamente da formação profissional dos policiais militares, posto que de acordo com as entrevistas efetuadas existe no discurso dos policiais a carência da formação continuada no que se refere à temática da criança e do adolescente, e principalmente ao turismo sexual direcionado a este segmento. Este entendimento fica claro no discurso dos policiais militares entrevistados, quando trataram sobre as deficiências da Polícia Militar no trato com adolescentes em situação de turismo sexual.

POLICIAL 02

*“[...] Que adianta tá patrulhando... se desde que eu tô aqui na companhia nunca ninguém me ensinou a trabalhar com as meninas que tão fazendo turismo sexual... não sei nem o que dizer prá elas... só que isso é um crime de que é o adulto e tá com elas fazendo o programa... o problema da gente aqui é que não existe instrução prá gente... nem no curso foi feito explicando como é que isso acontece... e nem o que a gente tem que fazer na ocorrência... quando tô com dúvida falo com o CIOSP<sup>16</sup>, mas as vezes até eles tem dúvida.”. (Grifo meu).*

POLICIAL 07

*“[...] a gente não tem uma instrução pra isso, muitos policiais não conseguem distinguir o que é uma criança e o que é um adolescente, muitos, isso aí eu já vi, então a gente não tem assim, até suporte pra chegar e pra tentar orientar”.*

POLICIAL 14

*“[...] as instruções aqui só são para a preparação para confrontos armados, nos não temos é instrução que ensine a gente a lidar com as coisas que acontece na rua, do tipo... o estatuto do idoso... estatuto da criança, a lei de tortura. Aqui de manhã só dizem que a gente deve ficar bem apresentado para que a sociedade nos veja, que a gente trate bem o turista, mas quando chega na ocorrência, aí o que foi dito não tem valor... porque o que vale é você saber o que tem de fazer na forma correta, prá que depois a gente não se enrole<sup>17</sup>. “*

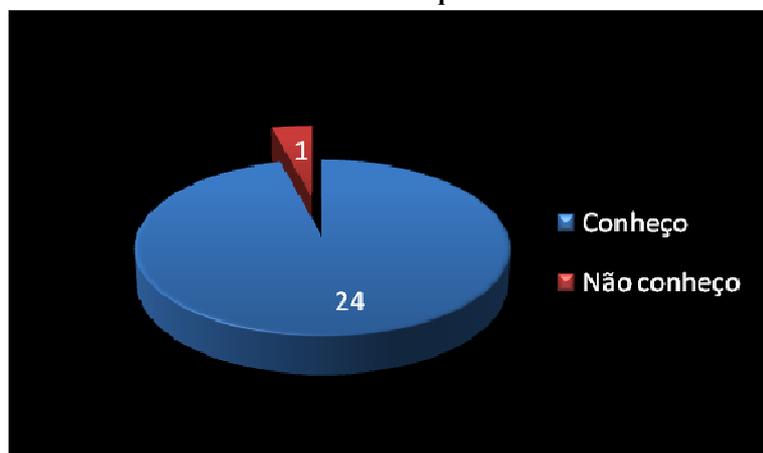
A carência de formação continuada é fator essencial para que a atividade de policiamento não seja desencadeada de forma eficiente, considerando que a atividade policial se traduz no conhecimento adquirido, baseado em estudos sobre os aspectos sociais e jurídicos afetos às atribuições desempenhadas no policiamento (Rolim, 2006). Essa carência se reflete no fato de que partes consideráveis dos policiais militares não possuem conhecimento do ECA, e não conhecem os órgãos de apoio. Esse ponto é de grande preocupação, considerando que os encaminhamentos de adolescentes em situação de risco são feitos para os órgãos de apoio, e pode dar conotação de que não existem no cenário atual ações efetivas de enfrentamento ao turismo sexual com este segmento, muito mais, quando

<sup>16</sup> CIOSP é o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública, este setor é o responsável pela organização e direcionamento do policiamento na região metropolitana da cidade de Natal/RN.

<sup>17</sup> O termo “se enrolar” significa não responder processos administrativos e judiciais decorrentes das ações de policiamento executadas.

policiais militares conhecem as adolescentes exploradas.

**Gráfico 4 - Conhece adolescentes que fazem turismo sexual?**



Fonte: Pesquisa CIPTUR – 2008

Esse conhecimento por parte dos policiais militares das adolescentes inseridas no turismo sexual faz surgir percepções quanto a atividades por elas desempenhadas, embora tais percepções tenham sofrido significativas mudanças desde o ano de 2004 até a presente data.

Analisando os discursos dos policiais militares alguns acreditam se tratar de vítimas, elencando para tanto questões de ordem social, como o desemprego e a drogadição como ensejadores do turismo sexual.

**POLICIAL 05**

*“Eu acho que elas são frutos de uma sociedade que massacra as pessoas... e que por causa de dinheiro... falta de dinheiro... elas entram nisso... e depois não tem saída não... boa parte das meninas que eu acho que faz prostituição são viciadas.... tão nisso pra sustentar o vício que tem”*

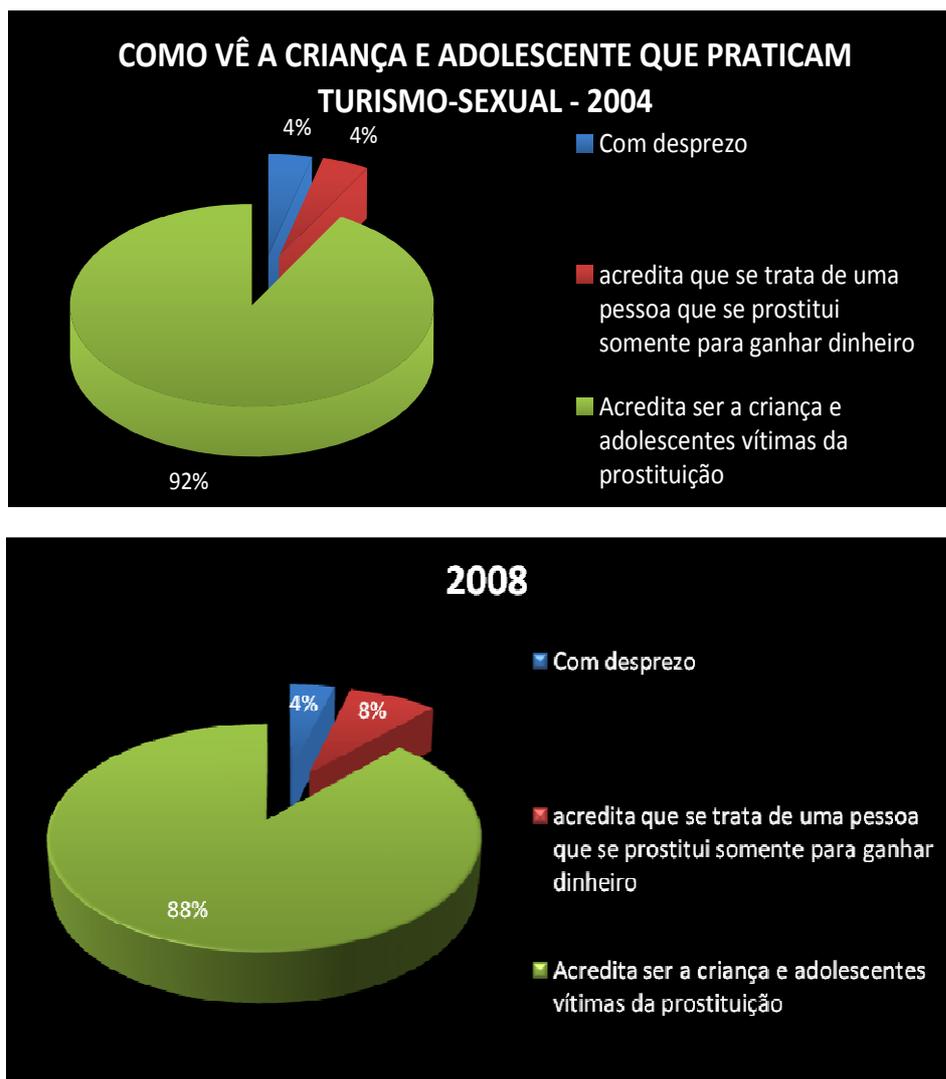
**POLICIAL 04**

*“Bem eu acho que recebe uma discriminação por parte da sociedade, falta um programa de mais apoio... ..é por que a criança ela passa necessidade e deixa de ser assistida pela família ou, que é a principal, aí já cai nesse mundo, de... como é que se diz... a prostituição é um dos meios que ela acha de... pode ser também por... causa de repressão dos pais... de... vai logo procurar um meio de fuga, de escape, de escape[...]”.*

Esse discurso retrata uma mudança nas percepções dos policiais militares, posto que no ano de 2004 a pesquisa de campo com policiais militares buscou a percepção que tinham das crianças e adolescentes que praticam o turismo sexual, na qual foi verificada à época que eles analisavam as crianças e adolescentes com desprezo como pessoas que se prostituíam para ganhar dinheiro, contrapondo-se com a visão atual dos policiais que acreditam serem elas vítimas da prostituição.

Nesse sentido, considerando o que estabelece as regras metodológicas no que tange a utilização do percentual na elaboração de gráficos, foram estabelecidos em limites percentuais os gráficos comparativos entre 2004 e 2008, com o objetivo de facilitar a compreensão da evolução das percepções dos policiais militares, mesmo sabendo que existe o impedimento metodológico para tal prática.

**Gráfico 5 - Comparativo das percepções policiais referente às crianças e adolescentes inseridas no turismo sexual - 2004/2008**



Fonte: Pesquisa CIPTUR - 2008

No que se refere ao grau de satisfação dos policiais militares quanto à execução das atividades de enfrentamento ao turismo sexual juvenil na orla marítima de Natal/RN, verifica-se a insatisfação quanto ao emprego do policiamento, verificando-se através dos discursos policiais a falta de ações preventivas e articuladas com outros órgãos de apoio à criança e à adolescência.

*“Eu vejo assim, Polícia Militar hoje é a gente... individualmente ou então coletivamente, a gente, o serviço que a gente presta é parcialmente satisfatório assim, porque geralmente a gente o que tem de fazer a gente faz, agora infelizmente quando depende de outro órgão, de uma coisa ou outra tal, é que vem o problema. Esse atendimento... poderia ser... se tivesse... se a Polícia Militar realmente trabalhasse... como é... vamos dizer assim... diariamente um órgão pudesse tá olhando ali, fiscalizador, um órgão fiscalizador desse um apoio maior a polícia, a polícia poderia melhorar [...]” (Policial 01)*

Fica evidenciado que as ações conjuntas com órgãos protetivos não são costumeiras dentro do contexto policial militar que, segundo os relatos dos policiais militares, se restringem, quando realizadas, às ações coercitivas que não possuem caráter preventivo e sim, eminentemente repressivo.

**Gráfico 6 - As ações repressivas desenvolvidas frente ao turismo sexual de crianças e adolescentes**



Fonte: Pesquisa CIPTUR - 2008

No contexto da segurança pública houve uma melhoria significativa na percepção dos policiais do universo infanto-juvenil inserido no turismo sexual, passando a ter uma visão mais protetiva, mesmo considerando que em termos institucionais a Polícia Militar carece de uma estrutura de formação continuada no que se refere aos cursos relativos à temática da infância e juventude. Essa falta de conhecimento sobre a temática produz no segmento policial deficiências no atendimento ao público, considerando que muitos desconhecem os órgãos de apoio da infância e juventude, procedimento básico para dar os encaminhamentos, nos casos de pessoas em situação de risco. Em termos operacionais os policiais questionam a carência de ações integradas com os órgãos de proteção, que segundo a visão policial seriam de extrema validade para o real enfrentamento dessa modalidade de exploração sexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o percurso da pesquisa científica, pôde-se verificar que as inquietações referentes ao tema não se extinguiram com o estudo da temática do turismo sexual juvenil. Na realidade, esse processo de conhecimento e de análise científica fez fomentar mais inquietações sobre a realidade acompanhada. O percurso utilizado e a forma de interação entre o objeto da pesquisa e o pesquisador fizeram com que houvesse questionamentos quanto à realidade do turismo sexual.

Essa realidade social dentro do contexto turístico traz consigo peculiaridades, detalhes que transformam a realidade local de acordo com as conveniências mercadológicas, que se traduzem nas diversas modalidades de turismos oferecidos, tais como o turismo religioso, o turismo rural, de aventura e o turismo sexual. Não se pode olvidar que o turismo é uma fonte de desenvolvimento para os diversos setores sociais, muito mais quando existe o devido encaminhamento para a geração de emprego e renda. Contudo, não se pode deixar de afirmar que dentro do contexto turístico existente, o turismo sexual encontra-se em evidência, que como dito anteriormente não constitui em algo a ser combatido, mas sim, que possam existir meios para aquele que por ventura o exerça, faça por uma escolha, e não por falta dela.

A exploração sexual de adolescentes se constitui em uma prática a ser enfrentada, considerando todos os aspectos legais que protegem as adolescentes, mas acima de tudo os efeitos que podem causar, tratando-se de pessoas em fase de formação. Toda essa realidade, de uma forma genérica, se faz presente através da relação que se estabelece entre o corpo – visto como infantil, com as limitações que ele oferece e que exerce no imaginário de alguns exploradores desejos, que se efetivam em atos.

A relação corpo/desejo faz do corpo do adolescente um mero produto dentro de um mercado ascendente, que valoriza o biotipo adolescente, possuidor de características/atributos físicos que despertam o interesse sexual, como o caso da predileção em áreas turísticas do nordeste por morenas, em se tratando dos exploradores estrangeiros.

Existe nesse caso um poder simbólico que faz com as pessoas envolvidas tendam a analisar o seu contexto de acordo com o que é imposto pelo mercado do turismo sexual. O exemplo mais latente é a figura do estrangeiro amável, aquele que arrebatará a adolescente da prostituição, levando-a a seus países de origem, onde viverá condignamente. Ou até mesmo, a idéia do “pé de meia”, em que a prostituição é empregada para capitalizar as adolescentes para que possam no futuro ter uma vida melhor. Talvez o mais intrigante dessa segunda

afirmação é que nenhuma delas conseguiu afirmar como seria esta mudança, como seria o meio de juntar dinheiro e sair da prostituição.

O poder simbólico, conforme Bourdieu (2005) pode ser percebido em todos os segmentos sociais que são interligados pelo turismo sexual, seja na banalização de realidade social, ou seja, pela naturalização de práticas existentes. Existem segmentos sociais que tendem a “ver, mas não enxergar”. Conseguem passar e ver a prática do turismo, mas não conseguem tecer um pensamento analítico decorrente daquela situação, passando a ter posicionamentos que possam refletir em ações.

No entanto, existem segmentos turísticos que vêem e enxergam a problemática, mas por questões de conveniência não se mobilizam para o enfrentamento, talvez um exemplo possa ser o caso de bares que na cidade de Natal fomentam o ingresso de adolescentes em seus ambientes que buscam o turismo sexual, como também, o próprio Estado que não exerce efetivamente o seu poder protetivo, fiscalizador e coercitivo para enfrentar esta realidade.

Tratando do turismo sexual infanto-juvenil, a falta de efetividade de ações estatais nesta temática faz com que a rede do turismo sexual venha a operar de forma mais efetiva, considerando que as ações que são desencadeadas são de cunho eminentemente coercitivo, tirando o foco do explorador e passando para o segmento infanto-juvenil. Existe uma violência simbólica que se efetiva nas ações e omissões dos envolvidos, os efeitos mais marcantes realizando-se no momento omissivo, em que aqueles que deveriam ter a obrigação de executar políticas públicas efetivas, não as realizam.

Existe no imaginário das pessoas a afirmação que todo efeito danoso praticado se reflete na ação, em se executar um ato e produzir um resultado, contudo, essa violência simbólica, estimulada pela naturalização de fatos tendem a esconder o aspecto omissivo que produz efeitos mais danosos à coletividade. Não houve dificuldade em proceder esta observação direta, pois na pesquisa de campo, como na elaboração das entrevistas semi-estruturadas, ou até mesmo, em conversas que antecederiam a pesquisa, foi verificado que as realidades das adolescentes que foram entrevistadas tinham um ponto em comum, e por que não dizer, um ponto central - todas passavam por dificuldades de ordem financeira e familiar, eram filhas de famílias desestruturadas e sem empregos.

A falta de políticas públicas para o segmento juvenil é um dos pontos que a omissão produz efeitos danosos à sociedade, seja na falta de uma política eficaz no que tange à geração de emprego e renda, à saúde, ao planejamento familiar e à educação. A carência dessas políticas faz com que cada vez mais aumente o número de adolescentes que vivem na

marginalidade; não no aspecto criminal, mas sim, à margem da sociedade, fora de qualquer contexto de progressão e melhoria de condições de vida.

No desenvolver da pesquisa observou-se que algumas vezes a relação objeto e pesquisador ficam comprometidos em decorrência das inúmeras situações vivenciadas, seja na possibilidade do pesquisador ser agredido por agenciadores (como aconteceu), ou mesmo pela possibilidade de sensibilização pelas vivências analisadas. Talvez, o mais difícil neste processo foi tentar manter uma postura de pesquisador em Ciências Sociais, analisando cada fato, mantendo o distanciamento necessário a uma análise científica sem trazer consigo posições e conceitos já existentes.

Consciente desses aspectos de ordem circunstancial e emocional pode-se observar o cotidiano de algumas adolescentes que realizam o turismo sexual, e como o objetivo do trabalho foi realizar uma análise das perspectivas policiais militares e infanto-juvenis, o pesquisador passou a freqüentar inicialmente locais de turismo-sexual, onde constatou que o turismo sexual de adolescentes é apresentado dentro de um contexto peculiar na orla marítima de Natal/RN, seja na delimitação territorial para a prática, considerando as deficiências do aparato fiscalizador, protetivo e coercitivo do Estado; como também, pela forma e o entrelaçamento de diversos segmentos do setor turístico com o turismo sexual infanto-juvenil. Esse envolvimento se perfaz desde a facilitação de acesso em bares, restaurantes, hotéis e motéis de adolescentes em situação de risco, que realizam através de bonificações (casos de motéis), ou até mesmo, de agenciamento por parte de pessoas que trabalham no setor turístico.

A percepção que estes dois segmentos – policial militar e juvenil – possuem da realidade vista por cada um são diametralmente diferentes. Os policiais militares possuem o entendimento de que as adolescentes praticam o turismo sexual tendo por pano de fundo a desestruturação social, mas não conseguem definir em termos práticos qual seria a ação da Corporação Militar para dar o suporte para os adolescentes em situação de risco.

O contato com os policiais que exercem a atividade policial na orla marítima de Natal fez com que ficasse claro que as ações policiais (na visão policial) seriam eminentemente repressivas, os conceitos de operações policiais, os aumentos de viaturas e de prisões podendo diminuir a exploração sexual juvenil.

Em poucas ocasiões foram trazidos questionamentos por parte dos policiais quanto a sua forma de tratar as adolescentes que se prostituem. É bem certo que a estrutura de ensino da instituição policial é carecedora de novos meios de formação, sendo difícil atualmente a contraposição entre o ensino oficial e o ensino paralelo, em que no primeiro se busca o ensino baseado em aspectos legais e éticos, e no segundo está fundamentado em experiências que

muitas vezes são oriundos de ensinamentos equivocados, utilizados como forma de experiência absorvida pelos policiais militares novatos para se tornarem um policial “operacional”.

Os esforços desencadeados nas unidades de formação não exercem uma influência efetiva na realidade, visto que a quase totalidade do efetivo pesquisado dentro da CIPTUR se queixava da falta de formação continuada, denominada de instruções especializadas. Essa falta de instrução especializada se reflete no repúdio que a maioria das adolescentes entrevistadas possui da Polícia Militar, não pelo impacto que a atividade policial pode gerar no que se refere à austeridade, mas sim, pelos inúmeros casos de violência praticados por policiais militares, que estigmatizam as adolescentes que praticam o turismo sexual.

A estigmatização como processo exclusório, quando praticada por policiais, tende a exercer repúdio e muitas vezes comportamentos desviantes que podem gerar a criminalidade, como a incidência da narco-prostituição, em que existe o envolvimento de adolescentes que atuam como entregadoras de entorpecentes e realizadoras de prostituição, com duas atuações atreladas. Os relatos são claros, considerando os depoimentos que definem que as posturas policiais no trato com este segmento são diversos do que deveria ser posto em prática.

Nesse choque de percepções existem conceitos que se formam acerca dos policiais e das adolescentes que se prostituem, que se instrumentalizam por uma cadeia de percepções repassadas por cada ator social participante desta realidade, que refletem o *habitus* de cada categoria. A formação paralela nas unidades policiais tende a ser o mecanismo que traz ao policial recém chegado, conhecimentos e vivências de outros policiais mais antigos, que tendem a influenciar sua conduta, ao considerar que a adolescente em situação de turismo sexual não é uma vítima, e em decorrência dessa compreensão passa a ter um comportamento que fere os princípios de direitos humanos da atividade policial.

Por outro lado, as adolescentes possuem a percepção negativa dos policiais militares, tendo por gênese as vivências – muitas vezes familiares – de truculência policial, que são massificadas quando passam a vivenciar o turismo sexual, fato este verificado nos DSC’s elaborados, onde a repulsa dos policiais militares é evidente, contribuindo para o descrédito da Instituição Policial Militar, mesmo considerando que os policiais militares, quando analisados no Discurso do Sujeito Coletivo, possuem a percepção voltada para o caráter protetivo, considerando que as adolescentes que praticam o turismo sexual são vítimas das desigualdades sociais e de famílias desestruturadas.

Por fim, as adolescentes constroem uma sociabilidade própria, sofrem o preconceito, a estigmatização, a falta de amparo de políticas públicas e são invisíveis no campo social, fazendo parte de uma sociedade segregadora, tendente a pôr à margem todos aqueles que não se enquadram dentro dos conceitos sociais aceitáveis. As perspectivas juvenis trazem consigo a falta de meios para inserção em um contexto social livre de exploração sexual, como também não existem no meio policial militar mecanismos que possam contribuir para as mudanças de posturas policiais no trato com adolescentes que se prostituem.

No transcorrer deste trabalho científico foram vivenciados conceitos e realidades diferentes, que exercem dentro da perspectiva acadêmica um fascínio, considerando que a temática relativa à prostituição juvenil é somente uma peça na realidade da exploração sexual de adolescentes, havendo para tanto a necessidade de aprofundamento científico, procurando um detalhamento de como se processa esta prática e a compreensão das relações sociais entre os seus agentes, através de seus sistemas simbólicos estruturantes e estruturados.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. **Crítica política das políticas de juventude.** In FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs). **Políticas Públicas: juventude em pauta.** São Paulo: Cortez: Ação educativa Assessoria, pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ACERENZA, Miguel Ángel. **Administración del turismo.** México: Trillas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Agencias de viajes: organización y operación.** México: Trillas, 1990.

\_\_\_\_\_. **Administração do turismo: conceituação e organização.** São Paulo: Editora Universidade do Sagrado Coração. V.1. 2002.

AMMANN, Safira Bezerra. AMMANN, Paul. **Cidadania, exclusão e migração: brasileiros na Suíça.** Brasília; Liber Livro Editora.2006.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões.** São Paulo: Ática, 1997.

ANDRADE, Leandro Feitosa. **Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia.** São Paulo: Educ - Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. 252 p.

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de Araújo. **Internacionalização turística de regiões periféricas emergentes: questões centrais para o litoral de Alagoas.** Latitude – Revista do Programa de Mestrado em Sociologia/Instituto de Ciências Sociais/Universidade Federal de Alagoas. Ano 1, n.1 (jan/jun.2007). Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007.p.1-210.

BAITELLO JÚNIOR, Norval. **A violência invisível na era da visibilidade: a mídia, a senilização e a violência infanto-juvenil.** In GALENO, Alex. CASTRO, Gustavo de. SILVA, Josimey Costa da (Orgs).**Complexidade à flor da pele: ensaios sobre ciência, cultura e comunicação.** São Paulo: Campinas: Cortez Editora, 2003.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia.** Passo Fundo-RS: CAPEC – Centro de Assessoramento a Programas de educação para a Cidadania, 2002.

\_\_\_\_\_. **Na Inquietude da Paz.** Passo Fundo-RS: CAPEC – Centro de Assessoramento a Programas de educação para a Cidadania, 2003.

BANDUCCI JUNIOR, A. (Org.); BARRETO, Margarita (Org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica.** 3. ed. Campinas: Papyrus, 2003. (Coleção turismo).

BAHL, Miguel (Org). **Perspectivas do turismo na sociedade pós-industrial.** São Paulo: Editora Roca, 2003.

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n.20. p. 15-29, outubro de 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

\_\_\_\_\_. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

\_\_\_\_\_. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999

BIG BUTT BRAZIL. Disponível em: [http://www.big-butt.brazil.com/brazilian-booty/hottest babies](http://www.big-butt.brazil.com/brazilian-booty/hottest_babies). Acesso em: 17 de setembro de 2004.

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. 2 ed. São Paulo: Editora Aleph, 2004.

BIGNAMI, Rosana. **A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva**. 2 ed. Editora Aleph, 2002.

BLANCHETTE, Theddeus; SILVA, Ana Paula. Nossa Senhora da Help: Sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.25, p.249-280, julho – dezembro de 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2003.

\_\_\_\_\_. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. **A distinção: Crítica social do julgamento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Institut National de La Recherche Agronomique: Paris; Unesp: São Paulo. 2004.

BRASIL. **EMBRATUR** - Decreto 448 de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil, disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/1990-1994/D0448.htm>. Acesso em 12 de abril de 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei nº. 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do.** Brasília: Senado, 1988.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa nas Ciências Sociais.** 4ª ed. São Paulo: Hucitec. 1997.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal.** Parte Especial. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva. 2005.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Rio de Janeiro: Vozes. 2008.

\_\_\_\_\_. **Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional.** In: LANCETTI, A. (Org.). Saúde Loucura 4. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. As transformações da questão social. In: BELFIORE WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Org.). **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 1997.

Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes.** Eva T. Silveira Faleiros (org). Brasília: CECRIA/UNICEF, 2000.

\_\_\_\_\_. **A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe.** Brasília: CECRIA, 1999.

\_\_\_\_\_. **A exploração sexual de crianças e adolescentes.** Denise Bom Tempo (org.). Brasília. CECRIA, 1995.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **A polícia frente ao estatuto da criança e do adolescente.** I seminário nacional das polícias militares. Recife, 1990.

COULOURIS, Daniella Georges. **Gênero e discurso jurídico: possibilidade para uma análise sociológica.** In CARVALHO, Marie Jane Soares. ROCHA, Cristianne Maria Famer (orgs.). **Produzindo gênero.** Encontro nacional da rede brasileira de estudos e pesquisas feministas. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.

CRUZ, Eduardo Franco Correia. **Violência contra a criança e o adolescente: o papel da Polícia Militar do Rio Grande do Norte frente ao turismo sexual infanto-juvenil no bairro de Ponta Negra.** Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais). Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Natal, 2004.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social.** 7ed. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2007.

DESROCHE, Henri. **Sociologia da Esperança.** São Paulo: Paulinas, 1985.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo.** São Paulo: Atlas, 2003.

DOLORES, Juliano. Sexual labor in the mark: polemics and stereotypes. Cadernos Pagu, Campinas, n.25, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 13 de Maio de 2008.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril, 1973. (Coleção Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **As Formas Elementares de Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ESPINHEIRA, Gey. **Divergência e prostituição**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Salvador: Fundação cultural do estado da Bahia. 1984. (Série cultura baiana).

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1987.

FELIZARDO, Dilma. MARINHO, André Luiz S. **Turismo sexual**: (Des) construção das noções de exploração e paradoxos do intercâmbio econômico, afetivo e sexual. Revista do Programa de Mestrado em Sociologia/Instituto de Ciências Sociais/Universidade Federal de Alagoas. Ano 1, n.1 (jan./jun.2007). Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007.p.1-210.

FIPE/EMBRATUR. **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2002**. Vol. 01, São Paulo, 2002.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ed. Porto Alegre: Bookman. 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: uso dos prazeres. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal. 2005a.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade**: o cuidado de si. 11ed. Rio de Janeiro: Graal. 2005b.

\_\_\_\_\_. **La arqueología del saber**. Buenos Aires: Siglo XXI editores Argentina. 2005c.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 22 Ed. Rio de Janeiro: Graal. 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. Ed. São Paulo: Global, 2004.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

\_\_\_\_\_. **Sociologia**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002.

\_\_\_\_\_. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP. 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC. 2004.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo. 2003.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia do Turismo**: uma perspectiva Macroeconômica 2000-2005. Estudos e Pesquisas. Informação econômica nº. 07. 2008

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia do Turismo**: Análises das atividades características do turismo. 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Inajara Tainá Lessa. O papel das ONG's na construção da cidadania no Brasil. In: TONRY, Michael. RABELO, Francisco das Chagas; BERNARDES, Genilda D'arc (Orgs). **Políticas Públicas e cidadania**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2008.

Instituto Interamericano Del niño, La nina y adolescentes. Disponível em: <http://www.iin.oea.org>. Acesso em: 14 de setembro de 2008.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. 3.ed. Campinas: Alínea. 2006.

JULIANO, Dolores. El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. Cad. Pagu, Campinas, n. 25, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3ed. São Paulo. Aleph. 2006.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe (Relatório Final – Brasil)**. Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.

LEFREVE, Fernando; LEFREVE, Ana Maria Cavalcanti. **Depoimentos e Discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Série Pesquisa em Educação. Brasília: Liber Livro e Editora. 2005.

\_\_\_\_\_. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: LEFREVE, Fernando; LEFREVE, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, J. J. V. (Orgs.) **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Edus, 2000.

LÉVI- STRAUSS, Claude. **As estruturas básicas do parentesco**. 3ed. Petrópolis: Vozes. 2003.

LIMA, José Edmilson de Souza; OLIVEIRA, Gilson Batista de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba: v.6, n.2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. Urbanização turística, cultura e meio ambiente no nordeste brasileiro. In: SERRANO, Célia M. Toledo. BRUHNS, Heloísa T (Orgs). **Viagem à natureza**: Turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1997.

MAFFESOLI, Michel. **O ritmo da vida**: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007.

\_\_\_\_\_. **O mistério da conjunção**: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade. Porto Alegre: Sulina. 2005.

\_\_\_\_\_. **A sombra de Dionísio**: contribuição a uma sociologia da orgia. 2ed. São Paulo: Zouk. 2005.

MARTINS. José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Daniele Comim. **Estatuto da Criança e do Adolescente e Política de atendimento**. Curitiba: Juruá, 2005

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1, tomo 2. São Paulo: Abril.1984.

MARZANO-PARISOLI, Maria Michela. **Pensar o corpo**. Petrópolis: Vozes. 2004.

MELO, Rui César. O papel da Polícia Militar na segurança pública e as garantias fundamentais do indivíduo. In: MORAES, Bismael B. (Org). **Segurança pública e direitos individuais**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

MERLEAU – PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 3ed, São Paulo: Martins Fontes,2006.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de Direito Penal**. Parte Especial. Arts. 121 a 234 do CP. 25ed.- São Paulo: Atlas, 2005.

MOORE, Mark Harrison. Policiamento comunitário e policiamento para a solução de problemas. In: TONRY, Michael. MORRIS, Norval. (Orgs). **Policiamento moderno**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homem Simpson**: Banalização e Violência Masculina em Sociedades Contemporâneas Ocidentais. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2001.

OLESEN, Henning Salling. Life History-A Psycho-Societal Approach. In: WEBER, Silke. LEITHÄUSER, Thomas (Orgs). **Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Noticias OMT. **Revista de La Organización Mundial Del Turismo**, año XXII, número 1/2008.

\_\_\_\_\_. : **recomendaciones sobre el marco conceptual**. Nueva York: Naciones Unidas; Madrid: Organización Mundial del Turismo, 2001.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do turismo**. 9ed. Campinas: Papirus. 2005.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Discricionariedade administrativa na Constituição de 1988**. São Paulo: Atlas, 1991.

PEREIRA, Vanda Regina F. de A. **Prostituição, Estigma e “Turismo Sexual” em Natal/RN**. 2007. Monografia de Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2007.

PISCITELLI, Adriana. Trechos de um diário de campo: mundos contemporâneos, gênero, desigualdades. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: n.08, p.148-178, 2003.

\_\_\_\_\_. Apresentação: gênero no mercado do sexo. Cad. Pagu, Campinas: n. 25, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Atlas da exclusão social no Brasil: os ricos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RABAHY, Wilson. **Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos no planejamento**. São Paulo: Manole. 2003.

RAGO, Luiza Margareth. Es que no es digna la satisfacción de los instintos sexuales? In: SOARES, Carmem. (Org). **Corpo e história**. 2ed. São Paulo. Autores associados, 2004. v.1.

REISS JR., Albert J. Organização da Polícia no século XX. In: **a Universidade de São Paulo**, 2003.

RIBEIRO, Manuela. ET al. **Prostituição abrigada em clubes – zonas fronteiras do Minho e Trás os montes**. Lisboa: Sersilito, 2005. (Coleção estudos de gênero 3).

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos ventos. 1998.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RUSSO, Glaucia Helena de Araújo. **Rodando a bolsinha: dinheiro e relações de prostituição**. Tese de doutorado, apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2006.

SALIBA, Maurício Gonçalves. **O olho do poder: Análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Unesp, 2006.

SANTOS, Joselino Vieira dos; SOUSA, Sônia M. Gomes. **Exploração sexual de crianças e adolescentes: pesquisa com documentos de domínio público**. Goiânia: Cãnone, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.); VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Infância (In) visível**. São Paulo: Junqueira e Marin, 2007.

SILVEIRA, Emerson Sena da. **Por uma sociologia do turismo**. Porto Alegre: Zouk. 2007.

SILVA, Josimey Costa da. O corpo se entretece no olhar. In: GALENO, Alex. CASTRO, Gustavo de. SILVA, Josimey Costa da (Orgs). **Complexidade à flor da pele: ensaios sobre ciência, cultura e comunicação**. São Paulo: Campinas: Cortez, 2003.

SILVA, Anamaria Santana da (*et al*). **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins: contribuição para o enfrentamento a partir da experiência em Corumbá-MS**. Brasília. OIT. 2005.

SILVA, Rogério de Araújo da. **Prostituição, artes e manhas do ofício**. Goiânia: Cãnone, 2006.

SIMMEL, Georg. **A filosofia do amor**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006

SOARES DO BEM, Arim. **A dialética do turismo sexual**. Campinas: Papirus, 2005.(Coleção turismo).

\_\_\_\_\_. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n.97, p.1137-1157, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 04 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. A gestão da interculturalidade como agente fundamental na produção da qualidade do turismo e hotelaria. **Cadernos de Administração**, Maceió, nr.2. Faculdade de Alagoas. 2001.

SOUSA, Ilnar. **O cliente: o outro lado da prostituição**. 2. ed. Secretaria de Cultura e Desporto. São Paulo: Annablume. 1998.

SOUZA, Reis Sávio Robson. O serviço social na prevenção à criminalidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v. 27, n. 86, 2006, p. 163 e 174.

SPOSITO, Marília. Trajetória na constituição da políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de. PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação educativa Assessoria, pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

TAKAHASHI, Jo. Dimensões do corpo contemporâneo: vetores relacionais entre o corpo e a paisagem. In: GREINER, Christine. AMORIM, Cláudia (Orgs). **Leituras do corpo**. Pinheiros: Anna Blume, 2003.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa de. **“Turistificação” e “revitalização” do bairro de Jaraguá (Maceió-AL):** características sócio-espaciais de um “não lugar”. Revista do Programa de Mestrado em Sociologia/Instituto de Ciências Sociais/Universidade Federal de Alagoas. Ano 1, n.1 (jan./jun.2007). Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007.p.1-210.

WEBER, Max. A esfera erótica. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

ZACCHI, Giancarlo Philippi. A incidência do desenvolvimento regional através da atividade turística. Revista turismo. Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/desenvregional.html>. Acessado em 03 de agosto de 2008.

## APÊNDICE A

### Formulário de Pesquisa I Segmento (Policiais Militares)

#### CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

#### **1. Perfil dos policiais militares em atividades na orla marítima de Natal**

1.1 Qual a sua faixa etária:

- a. Entre 20 e 25 anos
- b. Entre 25 e 30 anos
- c. Entre 30 e 35 anos
- d. Entre 35 e 40 anos
- e. Entre 40 e 45 anos
- f. Entre 45 e 50 anos
- g. Entre 50 e 55 anos

1.2 Quanto tempo possui de serviço ativo na PMRN:

- a. Menos de 05 anos
- b. Entre 05 e 10 anos
- c. Entre 10 e 15 anos
- d. Entre 15 e 20 anos
- e. Entre 20 e 25 anos
- f. Entre 25 e 30 anos
- g. Mais de 30 anos de serviço

1.3 Qual o seu grau de instrução:

- a. Ensino fundamental incompleto
- b. Ensino fundamental completo
- c. Ensino médio incompleto
- d. Ensino médio completo
- e. Ensino superior incompleto
- f. Ensino superior completo
- g. Pós-graduação incompleta
- h. Pós-graduação completa

1.4 Tem conhecimento sobre o Estatuto da Criança e Adolescente:

- a. Sim
- b. Não

1.5 Durante a atividade policial, foram realizados cursos, seminários e instruções sobre a conduta policial face ao turismo sexual:

- a. Sim
- b. Não

1.6 Conhece os órgãos de apoio a crianças e adolescentes:

- a. Sim
- b. Não

## TURISMO SEXUAL: PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES

**2 Percepção dos policiais militares frente ao turismo sexual de adolescentes: marque as questões abaixo.**

2.1 Como vê a adolescente que pratica turismo-sexual:

- a. Com desprezo
- b. Acredita que se trata de uma pessoa que se prostitui somente para ganhar dinheiro
- c. Acredita ser as adolescentes vítimas da prostituição
- d. Outra: \_\_\_\_\_

2.1.1 Justifique a sua resposta.

2.2 Conhece adolescentes que fazem prostituição:

- a. Sim
- b. Não

2.3 Conhece pessoas que aliciam adolescentes para a atividade de turismo sexual:

- a. Sim
- b. Não

## PARTICIPAÇÃO DA PMRN FRENTE AO TURISMO SEXUAL

**3 Ações preventivas e repressivas desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado frente ao turismo sexual juvenil na orla marítima da grande Natal**

3.1 Durante a atividade policial, já se envolveu em ocorrência com adolescentes, em situação de turismo sexual no bairro de Ponta Negra:

- a. Sim
- b. Não

- 3.2 Qual o procedimento tomado em relação a adolescentes envolvidos em situação de turismo sexual:
- Procura informações buscando localizar aliciadores de turismo sexual e conduz a adolescente para órgãos de apoio.
  - Procura conversar com a adolescente para orientação sobre condutas a seguir.
  - Faz a condução da adolescente, e faz a entrega aos pais ou familiares.
  - Não faz nada
  - Não sei
- 3.3 Quais são as ações preventivas desenvolvidas frente ao turismo sexual de adolescentes?
- Ações educativas junto aos turistas e comunidade local
  - Policciamento ostensivo em locais de exploração sexual de adolescentes
  - Realizações de operações integradoras entre a comunidade local e a PMRN
  - Outra: \_\_\_\_\_
  - Não realiza
- 3.4 Quais são as ações repressivas desenvolvidas frente ao turismo de adolescente?
- Operações coercitivas contra a exploração sexual de adolescentes
  - Operações conjuntas com o Ministério Público e Justiça contra a exploração sexual de adolescentes
  - Atuações conjuntas com órgãos de inteligência policial no combate ao turismo sexual juvenil
  - Outra: \_\_\_\_\_
  - Não realiza

#### **4 Participação da PMRN frente ao turismo sexual juvenil na orla marítima da grande natal na visão dos policiais militares**

- 4.1 Em sua concepção como a Polícia Militar enfrenta o Turismo Sexual na orla marítima de Natal/RN?
- Satisfatoriamente
  - Parcialmente satisfatória
  - Insatisfatoriamente

Justifique a sua alternativa:

- 4.2 Existe deficiência no atendimento, em sua concepção, em relação ao turismo sexual por parte da Polícia Militar do Rio Grande do Norte?
- Sim
  - Não

Justifique a sua alternativa marcada:

4.3 Em sua concepção, o que a Polícia Militar do Rio Grande do Norte pode melhorar no enfrentamento ao turismo sexual de adolescentes

**APÊNDICE B**

Formulário de Pesquisa II

Segmento – Adolescentes

**CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA****1 Perfil sócio-gráfico das adolescentes que exercem o turismo sexual**

- 1.1. Idade da adolescente: \_\_\_\_\_
- 1.2. Sexo da adolescente em situação de turismo sexual:
- a. Feminino
  - b. Masculino
- 1.3. Idade da adolescente quando ocorreu a primeira experiência na situação de turismo sexual:
- a. 06 a 10 anos
  - b. 11 a 16 anos
  - c. 17 a 18 anos
  - d. Não informado
- 1.4. Escolarização da adolescente:
- e. Não alfabetizada (a)
  - f. Educação infantil – Pré-escola a 4ª série
  - g. Ensino fundamental 5ª a 8ª série
  - h. Ensino médio 2º grau completo
  - i. Ensino médio 2º grau incompleto
  - j. Não informado
- 1.5. Cor da adolescente em situação de turismo sexual:
- a. Branca
  - b. Parda
  - c. Negra
  - d. Outra: \_\_\_\_\_
  - e. Não informado

**TURISMO SEXUAL: PERCEPÇÃO DAS ADOLESCENTES****2. Percepção das adolescentes frente ao turismo sexual**

- 2.1. Localidade em que ocorre o turismo sexual:
- 2.2. Como você vê a atividade que exerce.

**PARTICIPAÇÃO DA PMRN FRENTE AO TURISMO SEXUAL****3. Participação da PMRN frente ao turismo sexual na visão das adolescentes**

- 3.1. Com referência ao trabalho policial. Já foi abordado (a) pela Polícia?
- Sim
  - Não
- 3.2. Já denunciou policiais militares por maus tratos:
- Sim
  - Não
- 3.3. Em decorrência de maus tratos praticados por policiais militares, caso tenha procedido, informe o órgão em que procedeu a denúncia:
- Comando geral da PMRN
  - Corregedoria da Secretaria de Segurança Pública
  - Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública
  - Conselho de Direitos Humanos
  - Ministério Público
  - Juízo da Criança e do Adolescente
  - Conselho tutelar
  - Outro: \_\_\_\_\_
- 3.4. Qual foi o tratamento dispensado pela Polícia?
- Foi bem tratado
  - Destratado verbalmente pela Polícia
  - Agressão física por parte da Polícia
  - Não informado
- 3.5. Como você vê os policiais que patrulham na área em que você atua?

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)